

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS – SCH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DECISO**

DIEGO COLETTI OLIVA

**“SE EU GRITO E O GOVERNO NÃO ESCUTA... VAMOS QUEBRAR”:
A INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA DA VIOLÊNCIA A PARTIR DA ATUAÇÃO
DA TÁTICA BLACK BLOC NO BRASIL PÓS JUNHO DE 2013**

CURITIBA

2017

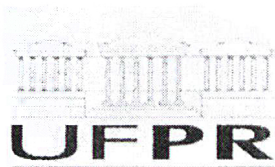
DIEGO COLETTI OLIVA

**“SE EU GRITO E O GOVERNO NÃO ESCUTA, VAMOS QUEBRAR”:
A INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA DA VIOLÊNCIA A PARTIR DA ATUAÇÃO
DA TÁTICA BLACK BLOC NO BRASIL PÓS JUNHO DE 2013**

Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação
em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais,
Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal
do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de
Moraes.

**CURITIBA
2017**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação S'

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **DIEGO COLETTI OLIVA** intitulada: **"SE EU GRITO E O GOVERNO NÃO ESCUTA, VAMOS QUEBRAR": A INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA DA VIOLÊNCIA A PARTIR DA ATUAÇÃO DA TÁTICA BLACK BLOC NO BRASIL PÓS JUNHO DE 2013**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO.

Curitiba, 10 de Abril de 2017.

PEDRO RODOLFO BODÊ DE MORAES
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

PABLO ORNELAS ROSA
Avaliador Externo (UVV)

MARIA TARCISA SILVA BEGA
Avaliador Interno (UFPR)

ADRIANA ESPINDOLA CORREA
Avaliador Externo (UFPR)

ANA LUISA FAYET SALLAS
Avaliador Interno (UFPR)

Dedico esta tese à revolta dos “vândalos mascarados”.

AGRADECIMENTOS

Sempre ouvi dizer o quanto o trabalho acadêmico é um trabalho solitário, quando nos colocamos a ler de forma quase obsessiva sobre determinado assunto, fazendo nossos fichamentos, anotações e reflexões. Quando fazemos nosso trabalho de campo, nos colocando como observadores de uma realidade social que nos cerca, mas tentando manter certo distanciamento dos sujeitos que buscamos estudar. Ou ainda quando finalmente nos sentamos a escrever nossos artigos e teses, passando horas, dias, semanas em um confronto diário com aquela tela branca do editor de texto, com aquele cursor piscando incessantemente na página em branco.

No entanto essa é uma visão um tanto quanto limitada de tudo que envolve o trabalho acadêmico, ou pelo menos essa foi a minha experiência durante esses 4 anos de desenvolvimento desta tese, onde muitos outros sujeitos além de mim mesmo estiveram envolvidos das mais diversas maneiras, e aos quais eu devo muito mais do que apenas algumas palavras de agradecimento nas páginas deste texto.

Antes de qualquer coisa devo agradecer aqueles que foram protagonistas do trabalho de campo realizado para esta tese, daqueles que foram as ruas durante os protestos e manifestações, vestidos de preto e com rostos cobertos, cujos nomes não posso citar por motivos óbvios, mas que não apenas colaboraram para a realização desta pesquisa, mas foram centrais para a mesma, cujas palavras tornaram-se inclusive títulos da tese e de seus capítulos e epígrafe deste texto final. Assim, agradeço aos 70 contribuidores desta tese, adeptos da tática black bloc, que aceitaram participar desta pesquisa e colaborar com o seu desenvolvimento.

Devo agradecer também às instituições que fomentaram o trabalho realizado, representadas pela CAPES, cujo financiamento dos 4 anos de pesquisa foi fundamental para que pudesse me dedicar a este trabalho de forma comprometida e produtiva, e a Universidade Federal do Paraná, destacadamente ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, por oferecer a estrutura e a formação que recebi não apenas nos anos de doutorado, mas também desde o mestrado realizado na mesma instituição.

Ainda no campo das instituições envolvidas, mas de forma mais pessoal, também não posso deixar de agradecer aos colegas e amigos do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos, cujos debates, conversas, bate papos e até o grupo de WhatsApp foram fundamentais tanto para repensar e recolocar

algumas ideias e perspectivas teóricas e epistemológicas, mas também para pensar em outros temas, outras questões, outros assuntos, por vezes muito além do trabalho acadêmico e intelectual e muito mais informais e descontraídos.

Agradeço profundamente também aos membros da banca, tanto os que estiveram presentes desde a qualificação, como os que se juntaram à discussão agora na defesa. Agradeço pela atenção dedicada ao texto e pelas contribuições inestimáveis de seus comentários e observações sobre o trabalho, muito obrigado professores Ana Luisa Fayet Sallas, Maria Tarcisa da Silva Bega, Adriana Corrêa, Pablo Ornelas Rosa e José Antônio Gediel por também terem participado da construção desta tese.

Mas sou ainda mais grato ao professor Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, orientador desta tese, pelos diálogos e debates, pelas ideias trocadas e sugeridas, e especialmente pela liberdade e confiança que me foi dada para a condução desta pesquisa, e também pela paciência nos momentos finais, quando a pressão e o apoio foram fundamentais para que eu conseguisse, mesmo com todos os problemas enfrentados, continuar e terminar este texto que aqui se encontra.

Mas como disse no começo desses agradecimentos, não é só de academia e de pesquisa que se faz uma tese, por isso preciso agradecer também aos amigos e familiares que me apoiaram neste percurso, que me deram força ao longo desses anos e me ajudaram a seguir esse caminho de uma forma muito menos solitária e isolada, sejam as amizades feitas em Curitiba como Ana Maria, Elisa, Milena, Pedro, Thays, ou as amizades que se mantiveram desde a graduação em Araraquara como Lara e Katrini, até os amigos que vem desde os tempos de Casa Branca, como Rodrigo e Sérgio.

De forma especial devo agradecer também aos meus pais Sebastião e Sílvia, que mesmo distantes geograficamente sempre estiveram próximos e ajudaram como puderam para que eu pudesse correr atrás de meus objetivos e concluísse mais essa etapa de minha carreira acadêmica.

Mas o maior dos agradecimentos não pode ser a outra pessoa senão aquela que mais me acompanhou ao longo destes 4 anos, que tem sido minha parceira e companheira de vida há uma década, e cuja celebração de união entre nós marcou também o período desse doutorado há dois anos atrás. Muito obrigado Carol, meu amor, por ser essa pessoa incrível que conseguiu me dar forças e me incentivar durante esse todo esse processo. Você foi a única pessoa que realmente esteve

presente em todos os momentos, que viu todo o suor, sangue e lágrimas que marcam as páginas desta tese, e que suportou os momentos de raiva, de medo, de depressão e de tristeza, que aguentou os dias de mau humor e de irritação e continuo aqui, sendo um porto seguro para o qual sempre pude recorrer. Sem você essa tese não sairia da minha cabeça e tomaria estas páginas.

Agradeço portanto à todos os envolvidos por tornarem esse processo muito menos solitário e introspectivo do que esperava, e agradeço também às críticas, aos tropeços e às escorregadas durante esse processo, que só me fizeram levantar novamente e tentar mais uma vez, até que finalmente, esta tese pudesse chegar onde chegou. Enfim, obrigado.

*Todo apoio aos combativos que não aceitam calados os
abusos da elite econômica e política do país.
(Facebook Black Bloc Curitiba, 2015).*

RESUMO

Ao observar as manifestações e protestos iniciados com as chamadas Jornadas de Junho de 2013 e nos anos que se seguiram, nesta tese busco enfatizar a atuação da tática black bloc e suas relações com a repressão policial, o sistema de justiça e a representação midiática, para compreender o recurso à instrumentalização da violência como uma forma legítima de ação politicamente orientada, ao mesmo tempo questionando o monopólio do uso legítimo da força pelo Estado. Para isso foram empreendidas diversas técnicas de coleta de dados empíricos, da observação de campo e etnografia virtual a questionários e entrevistas com os sujeitos envolvidos. Nesse sentido, compreendo que as ações ditas “violentas” empreendidas pelos adeptos da tática black bloc possuem sentido e linguagem próprias, entendidas na chave da ação performática como uma forma simbólica de atacar e questionar o sistema político e econômico vigente e a violência estatal, bem como de atrair a atenção do público e da mídia para a agenda das manifestações populares.

Palavras-chave: Violência política. Protestos. Black bloc. Repressão. Criminalização.

ABSTRACT

In observing the demonstrations and protests that began with the so-called Jornadas de Junho de 2013 and in the years that followed, in this thesis I try to emphasize the performance of the black bloc tactic and its relations with police repression, the justice system and media representation, seeking to understand the instrumentalization of violence as a legitimate form of politically oriented action, at the same time questioning the monopoly of the legitimate use of force by the State. For this, several techniques of empirical data collection, from field observation and virtual ethnography to questionnaires and interviews with the subjects involved, were undertaken. In this sense, I understand that the so-called "violent" actions undertaken by adepts of the black bloc tactic have their own sense and language, understood in the key of performance action as a symbolic way of attacking and questioning the current political and economic system and state violence, as well as drawing the attention of the public and the media to the agenda of popular demonstrations.

Keywords: Political violence. Protests. Black bloc. Repression. Criminalization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – JORNALISTAS SENDO ATINGIDOS PELA PM-SP	55
FIGURA 2 – MANIFESTANTES BUSCANDO PROTEÇÃO	56
FIGURA 3 – CADEIRAS QUEIMADAS NA ALERJ	57
FIGURA 4 - REPRESSÃO DA PM-RJ	58
FIGURA 5 - MANIFESTANTES QUEIMAM BANDEIRA DO PT EM SÃO PAULO	59
FIGURA 6 - MANIFESTAÇÃO CONTRA COPA DO MUNDO FIFA 2014	64
FIGURA 7 - MANIFESTANTE EM 2013	76
FIGURA 8 - POLICIAL MILITAR EM 2013	77
FIGURA 9 - BLACK BLOC NAS MANIFESTAÇÕES DE 2013	78
FIGURA 10 - MILITANTE ADEPTA DA TÁTICA BLACK BLOC	91
FIGURA 11 - POLÍCIA MILITAR E BLACK BLOC	103
FIGURA 12 - ADEPTO DA TÁTICA BLACK	107
FIGURA 13 - CARRO DA POLÍCIA EM CHAMAS	127
FIGURA 14 - "FOI MAL FESSOR"	135
FIGURA 15 - POLICIAIS FILMANDO AS MANIFESTAÇÕES	139
FIGURA 16 - CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DE POLICIAL DA TROPA DO BRAÇO	151

LISTA DE TABELAS

GRÁFICO 1 - AUTORIDADE E CENTRALIDADE DAS PÁGINAS BLACK BLOC	47
GRÁFICO 2 - PERFIL REGIONAL DOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO	50
GRÁFICO 3 - NÚMERO DE MANIFESTANTES NOS PROTESTOS NO BRASIL	57
GRÁFICO 4 - NÚMERO DE CIDADES ONDE HOVE PROTESTOS NO BRASIL	60
GRÁFICO 5 - DETENÇÕES REALIZADAS NAS MANIFESTAÇÕES EM 2013	62
GRÁFICO 6 - FILIAÇÕES IDEOLÓGICAS	82
GRÁFICO 7 - FAIXA ETÁRIA	88
GRÁFICO 8 - EDUCAÇÃO	89
GRÁFICO 9 - GÊNERO	90
GRÁFICO 10 - COR/RAÇA/ETNIA	92
QUADRO 1 - BREVE HISTÓRICO DA BLACK BLOC	83

LISTA DE SIGLAS

ALERJ – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

DOI/CODI - Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

FIFA - Fédération Internationale de Football Association (Federação Internacional de Futebol)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MBL – Movimento Brasil Livre

MPL – Movimento Passe Livre

OMC – Organização Mundial do Comércio

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PT – Partidos dos Trabalhadores

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira.

PM-SP – Polícia Militar de São Paulo

PM-RJ – Polícia Militar do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 “UMA REALIDADE MUTÁVEL E EFÊMERA”: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	21
1.1 RECORTE TEMPORAL – UM OBSTÁCULO À PARTE	28
1.2 PENSANDO O PROCESSO DE PESQUISA	30
1.2.1 A cultura do medo como chave de pensamento	30
1.2.2 A inspiração foucaultiana	32
1.2.3 Quadros e enquadramentos	34
1.2.4 A teoria fundamentada nos dados	37
1.3 CAMINHOS E OBSTÁCULOS	38
1.3.1 O Trabalho De Campo	40
1.3.2 (N)ETnografia	41
1.3.3 Limites e alcances no ambiente virtual	48
2 “NÃO É SÓ POR 20 CENTAVOS”: AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013	52
2.1 UM PANORAMA DAS MANIFESTAÇÕES	53
2.1.1 As Manifestações De 2014 E 2015	62
2.2 A COBERTURA MIDIÁTICA	68
3 “SEM ROSTO, SEM LÍDERES”: SOBRE A TÁTICA DOS MASCARADOS	78
3.1 A TÁTICA BLACK BLOC	79
3.1.1 O nascimento	83
3.2 A IDENTIDADE	86
3.2.1 O perfil inicial	87
3.2.2 Estética	93
3.2.3 Ideologia e motivação	96
3.2.4 Conflitos internos	98
4 “A VIOLÊNCIA PELA VIOLÊNCIA NÃO SE SUSTENTA”: ANALISANDO A VIOLÊNCIA POLÍTICA	101
4.1 A GUERRA COMO METÁFORA	102
4.2 AÇÃO DIRETA E VIOLÊNCIA	105
4.3 A MENSAGEM	112
4.3.1 Violência performática	116
4.3.2 Resistência e Catarse	122

5 “VIOLÊNCIA VEM DO ESTADO... O QUE FAZEMOS É DEFESA”: VIOLAÇÕES, REPRESSÃO E CRIMINALIZAÇÃO	125
5.1 REPRESSÃO VIOLENTA	132
5.2 VIOLAÇÕES DE DIREITOS.....	138
5.3 CRIMINALIZAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO	141
5.3.1 Legislação criminalizante	144
5.3.2 Alguns casos de destaque	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS.....	156
ANEXOS	162

INTRODUÇÃO

A violência é um tema fundamental para a compreensão dos fenômenos sociais, graças talvez a sua multiplicidade de formas, de sentidos e de interpretações, permeando praticamente todas as relações sociais. Tal elemento da sociedade está presente desde as guerras e formas mais concretas de agressão física, até as mais abstratas formas simbólicas de dominação, discriminação e violação de direitos, há de se ressaltar inclusive que muitas interpretações da sociedade a colocam não apenas como parte constitutiva da mesma, mas como ponto central. A própria ordem social seria, então, resultado do conflito e não do consenso.

A partir de 2013, os protestos e manifestações que tomaram as ruas do Brasil já foram, por si só, suficientes para atrair o olhar de qualquer pesquisador, mas o que mais me inquietou dentro do contexto fervoroso de protestos foi a questão da violência, assim como, seus usos por diferentes sujeitos, suas justificativas e o questionamento sobre sua legitimidade. Inúmeras manifestações tomaram as ruas, não apenas das principais capitais do país, mas alcançaram até mesmo pequenas cidades do interior do país, sem qualquer tradição de atuação e protagonismo político ou social. O epicentro das demandas feitas pelos manifestantes era, inicialmente, relacionado à redução das tarifas do transporte público e uma reestruturação do próprio modelo de cidade e de mobilidade urbana, que depois acabou por culminar num mosaico de insatisfações e indignações com o “atual estado das coisas” no país, levantando pautas contra a corrupção, contra a criminalização do aborto, contra a homofobia, contra o racismo, por melhores condições na educação, na saúde, na segurança, entre outros.

Foram inúmeras as demandas que surgiram, e igualmente inúmeras e variadas às análises que foram feitas. Uma verdadeira avalanche de informações que muitas vezes confundiu mais do que realmente explicou a lógica dos fatos. Demandas como dos professores da rede pública de ensino alimentaram os protestos e mantiveram boa parte dos manifestantes nas ruas. Desde o início das manifestações, uma importante questão que tem ocupado a pauta dos debates, a relação entre a(s) violência(s) da repressão policial aos manifestantes, e do chamado vandalismo de certos grupos como os adeptos da tática black bloc.

De um lado, as tropas de choque das polícias militares estaduais, armadas com gás lacrimogêneo, balas de borracha e policiais infiltrados entre os próprios

manifestantes, amparados por uma lógica de vigilantismo e de direitos humanos para humanos direitos. De outro, os “vândalos” mascarados, vestidos de preto, incitando o caos e a depredação do patrimônio com seus coquetéis molotov e violência dita gratuita, ameaçando a “ordem” e “desvirtuando” o caráter das manifestações. E entre eles, os caracterizados pela mídia como apenas “manifestantes”, aqueles que protestam, falam palavras de ordem e se retiram de qualquer ato de “vandalismo”.

Assim, coloca-se a problemática principal que guia os caminhos desta pesquisa e que se tornou o objeto principal de minha atenção durante os últimos anos: **a instrumentalização política da violência enquanto ferramenta legítima de ação.**

Dentre toda a gama de violências, o caráter político da mesma sempre esteve presente em minhas pesquisas ao longo de meu percurso acadêmico. Durante a graduação em Ciências Sociais na UNESP, trabalhei em minha monografia o tema da Cultura do Medo que perpassa as relações de terrorismo e violência estatal, mas também diversas práticas discursivas que constroem os quadros de referências sobre os quais construímos nossas visões de mundo, sejam a mídia tradicional, o poder político institucional, e mesmo o senso comum e a opinião pública (OLIVA, 2011). Na pesquisa para a dissertação de mestrado em Sociologia na UFPR, a vigilância eletrônica mostrou também que sua efetividade se encontra atrelada ao exercício dessa violência política e manutenção da Cultura do Medo ao construir e segregar os desviantes de certos espaços, reproduzindo estereótipos e desigualdades sob o argumento da segurança e do medo (OLIVA, 2013). Assim, a partir de 2013, ao ingressar no doutorado em Sociologia, não foi surpresa que o contexto iniciado a partir de junho daquele ano despertasse meu interesse sociológico.

É importante ressaltar, quando se inicia o debate sobre um tema tão polêmico quanto o que proponho nestas páginas, que ao utilizar do conceito de violência não estou me referindo a práticas individuais de violência ou a própria noção de agressividade, refiro-me aqui tão somente ao sentido político da mesma, à sua interpretação como uma manifestação de relações de poder e sua articulação direta com a esfera pública. Não se busca mais considerar a violência como resultado ou efeito de algo, mas sim compreender como ela aparece dentro das relações, quando ela é legitimada, quando ela é perseguida, quando é descartada e quando é usada de forma estratégica, seja com a legitimidade do Estado, seja pelos manifestantes.

Não há como se falar, na vertente foucaultiana e arendtiana, de violência sem falar de poder, pois ambos se produzem e se reificam através da coletividade e dos

seus usos. Para Foucault, o poder embora repressivo é também produtivo de outras relações, em Arendt o poder é parte do movimento que faz legítimo ou necessário os usos da violência, que pode também destruí-lo, mas nunca o criar. Assim, em contraponto à concepção weberiana de violência legítima, como monopólio legal do Estado, coloca-se a leitura de Arendt de uma violência nunca legitimada ou legalizada em si, mas que pode ser instrumentalizada de maneira justificável para se atingir determinado fim quando exercida por um poder legítimo.

Por instrumentalização política da violência, ideia que pauta a problemática já elencada e o objeto desta tese, refiro-me, então, a forma como determinados sujeitos fazem uso da violência como uma ferramenta válida e justificável de ação social na busca por um fim politicamente legítimo, seja para manutenção do poder e da autoridade ou o questionamento, negação e possibilidade revolucionária da sociedade.

Não é de hoje que diversas abordagens sociológicas e filosóficas apontam que a violência está ligada diretamente ao próprio conceito de revolução e de transformação da sociedade, construindo um entendimento comum segundo o qual tal transformação sequer seria possível de forma efetiva sem a violenta destruição do sistema anterior. A violência seria necessária para o sucesso de qualquer proposta revolucionária, tomando aqui o conceito de revolução de Hannah Arendt que liga a mesma não apenas a mudança, mas a fundação das liberdades. Ideia que se alia de forma bastante clara aos ideais defendidos pelos manifestantes adeptos da tática black bloc que, como apresentarei no decorrer desta tese, colocam-se de modo geral como revolucionários, anarquistas e anticapitalistas.

Nesse sentido, foi importante observar de forma mais crítica dois dos principais sujeitos que, de forma prática, recorriam à instrumentalização política da violência. De um lado a repressão policial, cuja atuação durante os protestos de 2013 foi marcada pela brutalidade, abusos e ilegalismos, do uso desproporcional da força contra os manifestantes, a detenções arbitrárias e perseguição de determinados perfis políticos. De outro lado, a tática black bloc, recorrendo a ações diretas polêmicas marcadas pela violência buscando questionar o status quo e a legitimidade das autoridades por meio do “vandalismo”.

“Vandalismo” este, que nesta tese será sempre entre aspas, pois se trata de uma sentença, um rótulo utilizado pela mídia e pelas instituições oficiais de segurança público para generalizar a ação dos “mascarados”. Rótulo que criava e alimentava

uma profecia autorrealizável, na medida em que a partir do momento que todos os manifestantes mascarados passavam a ser referidos como “vândalos” e “baderneiros”, qualquer mensagem política que eles buscassem transmitir era imediatamente subsumida ao discurso dominante. Sendo eles criminosos ou não, recorrendo à depredação do patrimônio público ou não, não havia outra possibilidade de interpretação para seus atos, eles eram “vândalos” a partir do momento que eram invariavelmente tratados como vândalos.

É dentro deste rótulo genérico aplicado a todos os manifestantes mascarados que aparece a tática black bloc, com suas máscaras e roupas pretas, instrumentalizando a violência contra símbolos do capitalismo e do poder estatal de forma politicamente direcionada, como uma linguagem carregada de elementos simbólicos e performáticos, cuja mensagem, no entanto, passava despercebida pela maioria, silenciada sob o discurso do vandalismo. O contexto das chamadas Jornadas de Junho, com uma miríade de diferentes grupos de manifestantes, mais ou menos articulados entre si, com pautas e ideologias amplas e até mesmo contraditórias, indo de movimentos sociais tradicionais, a manifestantes apartidários e grupos de anarquistas a integralistas. Assim se faz necessário observar e analisar atentamente os diferentes sujeitos envolvidos nessa complexa relação.

O objetivo desta pesquisa, portanto é o de construir uma compreensão aprofundada sobre como a violência é instrumentalizada e justificada por determinados sujeitos. Partindo da hipótese de que, dentro do contexto estudado e das práticas da tática black bloc, a violência torna-se praticamente uma forma de linguagem performática com uma mensagem política implícita, muito distante da percepção comum de vandalismo, baderna e violência gratuita e sem sentido.

Para isso é necessário buscar os enquadramentos e práticas discursivas produzidas sobre e pela tática black bloc, identificando os sentidos atribuídos aos seus atos, a mensagem que busca ser transmitida e as reações que ela engendra, mobilizando para isso os discursos dos diversos sujeitos envolvidos nessas relações, desde a mídia tradicional, as autoridades estatais até os próprios adeptos da tática.

A mídia exerceu um papel importante na construção desses enquadramentos e práticas discursivas e, com frequência, recorri as imagens e notícias veiculadas nesses meios como material, não tanto como dados sobre o objeto desta pesquisa, mas como leituras paralelas sobre a tática, afinal essa foi a maior fonte de informações e desinformações circulando em grande escala sobre as ações da black bloc, sobre a

brutalidade policial e sobre a violência nas manifestações de forma geral e, em grande medida, foi uma das principais responsáveis por uma espécie de cruzada moral empreendida contra os "vândalos mascarados" em defesa de manifestações pacíficas, fortalecendo e reproduzindo certo populismo penal do discurso punitivista das autoridades policiais, cuja única forma de resposta aos protestos "violentos" e a ação direta foi na chave da repressão, punição e criminalização.

Por populismo penal me refiro aqui a um discurso de medo e insegurança difundido pela mídia e por certa parte da criminologia, que argumenta em favor do endurecimento constante das leis penais, mesmo em contrassenso aos índices de violência e criminalidade, sob a promessa de que o efeito dissuasório da punição irá resolver os problemas de segurança pública do momento, sejam estes quais forem, e com essa promessa busca se legitimar não através de dados empíricos, mas principalmente por meio do apoio popular. Discurso esse bastante comum nos programas policiais da mídia brasileira.

Compreender essas relações é fundamental para que se possa interpretar a conjuntura política contemporânea, não pensando apenas na realidade de nosso país, mas no clima de profunda insatisfação com a política e os políticos tradicionais, de crise de representação e frustração com a democracia. Assim, lançar luz sobre essas relações se torna uma tarefa árdua, mas também crítica para se pensar os limites e os caminhos disponíveis para a ação política contemporânea.

Para atingir ao objetivo definido e compreender a problemática, participei ativamente das manifestações desde 2013 até as mais recentes, observando a atuação da polícia militar e dos adeptos da tática black bloc com especial atenção, participações que me renderam amplas ideias ao diário de campo. Acompanhei diariamente as principais notícias e matérias da mídia tradicional, assim como da mídia alternativa, e também as principais páginas e grupos das redes sociais relacionados à tática black bloc, o que me ajudou a compreender as articulações e mediações por trás da temática. Além disso, realizei questionários, entrevistas e conversas informais com 70 adeptos da tática, o que gerou um universo de material de análise extremamente rico e me situou e aprofundou no campo.

Dos 70 adeptos que responderam o questionário online, conversei informalmente com vários deles por meio de ferramentas de comunicação online como whatsapp e facebook messenger, selecionando 10 sujeitos, de acordo com sua disponibilidade e interesse em colaborar com a pesquisa, com os quais realizei

entrevistas semi estruturadas sobre a atuação nas manifestações, contato com a tática black bloc e o sentido das ações e do recurso à violência como instrumento e linguagem de atuação política.

Todos esses dados são analisados aqui sob um olhar que combina inspirações, especialmente, mas não apenas, de Foucault, Goffman e Butler pensando a construção do discurso, seus quadros de referência e os limites de seu enquadramento, permitindo tanto compreender sua construção de verdades quanto questioná-la. Para isso, a estrutura desta tese foi organizada para deixar claro e didático o desenvolvimento do texto, por mais que a pesquisa em si não tenha sido um processo tão contínuo e linear quando a sequência dos capítulos possa sugerir.

Assim, no **Capítulo 1 “Uma realidade mutável e efêmera”: A construção da pesquisa** apresento algumas questões de campo e teoria que guiaram essa pesquisa, discutindo o interesse pelo tema e sua ligação com a chave da cultura do medo, tema central na minha trajetória acadêmica, assim como a relação com o trabalho de campo e a metodologia empreendida, definindo os principais conceitos acionados e o próprio processo da pesquisa com inspiração foucaultiana. Ainda neste capítulo trago também a realização do trabalho de campo, os caminhos, obstáculos e arranjos que empreendi para acessar esse campo tão sensível e os seus sujeitos, fazendo uso frequente de recursos para pesquisa no ambiente virtual, ressaltando os limites e alcances possibilitados por este tipo de pesquisa.

No **Capítulo 2 “Não é só por 20 centavos”: As jornadas de junho de 2013**, busquei construir um panorama geral das famosas Jornadas de Junho, estabelecendo um breve histórico com as datas mais marcantes, a participação, o alcance e o tamanho das manifestações, além de sua agenda e principais pautas, claramente definidas na questão da redução das tarifas do transporte público até certo ponto, e cada vez mais fragmentada a seguir. Dei ênfase a forma como a violência foi retratada pelas mídias tradicionais, e às mudanças na narrativa da mesma, em certos momentos apoiando a repressão, em outros o protesto, mas sempre criminalizando os “vândalos mascarados”. Para isso busquei apresentar uma visão mais ampla das manifestações pelo país mas já direcionando, de certa forma, a atenção para as manifestações que ocorreram nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba.

No **Capítulo 3 “Sem rosto, sem líderes”: Sobre a tática dos mascarados** busco deixar mais claro o que é a tática black bloc e como se dá sua articulação e participação nas manifestações de junho de 2013. Além disso resalto as principais

características da identidade da tática, como a heterogeneidade do perfil de seus adeptos, a questão da estética das máscaras e roupas pretas e da ideologia e motivação de seus adeptos, comumente associada ao anarquismo e anticapitalismo, finalizando com o apontamento de alguns conflitos internos na própria questão de como a tática se relaciona com a instrumentalização da violência.

No **Capítulo 4 “A violência pela violência não se sustenta”**: **Analisando a violência política** intento demonstrar como a questão da instrumentalização da violência se relaciona com uma interpretação bélica e militarizada da sociedade. Busco também articular o recurso à violência pelas táticas de ação direta, além de me debruçar de forma mais específica sobre a mensagem que a tática black bloc busca transmitir ao acionar a violência e o que é essa “violência performática”, que justifica, para os adeptos da tática a sua ação não como uma ação violenta, mas como uma performance, um espetáculo cujo principal objetivo é atrair a atenção para as pautas e agendas dos protestos. Ainda nesse capítulo buscarei tensionar a interpretação dessa mensagem na chave da resistência contra um sistema opressor em uma forma quase catártica de liberação.

No **Capítulo 5 “Violência vem do Estado... o que fazemos é defesa”**: **Violações, repressão e criminalização** o objetivo será retomar outras formas de instrumentalização da violência política ao analisar mais profundamente os processos de repressão, desde as violações ao direito de protesto e livre manifestação, e as diversas formas de abuso e brutalidade policial enfrentadas nos confrontos com as polícias. Aqui busco analisar também a relação não apenas com as forças policiais das tropas de choque, mas como o próprio sistema de justiça, analisando a criminalização das manifestações e protestos e, especialmente, dos adeptos da tática black bloc, por meio de acusações infundadas, evidências forjadas, e tipos penais que variaram desde desacata e depredação de patrimônio à sabotagem, formação de quadrilha e ameaça à segurança nacional.

1 “UMA REALIDADE MUTÁVEL E EFÊMERA”: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

Antes de abordar um tema como o que proponho nesta tese, e trazer à tona discussões um tanto quanto polêmicas, seja dentro ou fora do ambiente acadêmico, é importante que fique claro para o leitor deste texto a forma como desenvolvi esta pesquisa, desde a delimitação do objeto de análise, a definição de objetivos e justificativas realistas e viáveis a serem alcançados por uma sociologia feita quase em tempo real; a busca e escolha por métodos e técnicas empreendidos para fundamentar a discussão aqui realizada. Este processo de construção da pesquisa deve ser compreendido de tal forma que os passos que segui durante os últimos anos possam ser acompanhados no decorrer destas páginas, e assim, o debate que aqui proponho não fique restrito ao hermetismo do discurso acadêmico.

Dentro do conturbado contexto político do Brasil nos anos em que realizei esta pesquisa de doutorado acompanhamos enormes manifestações e conflitos políticos e sociais, vimos a polarização e radicalização de posições políticas, o surgimento e o crescimento de um cenário de instabilidade política e institucional cujo ápice foi o golpe jurídico que levou ao impeachment de uma presidenta legitimamente eleita, e cujas consequências ainda sentiremos pelo menos por alguns anos.

Uma questão específica, no entanto, chamou minha atenção em 2013, durante o início das manifestações contra o aumento das tarifas de transporte público que inundaram o país, e foi buscando compreendê-la que esta pesquisa foi realizada. Durante boa parte do primeiro ano do doutorado tal objeto não esteve realmente claro para mim, e muitas foram as viradas e mudanças de abordagem, perspectiva e mesmo de tema durante esse período. Entrei no doutorado visando aprofundar minha pesquisa sobre vigilância¹, voltei minha atenção para a Comissão da Verdade que começava a atuar naquele mesmo ano, até que finalmente, quando as manifestações tomaram conta das ruas, finalmente encontrei a definição do que realmente atraía minha atenção e o objeto sociológico desta pesquisa foi construído: compreender como a violência podia ser justificada enquanto recurso político válido, em outras palavras, **como se legitima a instrumentalização política da violência?**

¹ OLIVA, D. C. Entre olhos eletrônicos e olhares humanos. 2013. 151p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

Com essa pergunta central guiando os caminhos percorridos durante a pesquisa, busquei identificar as diferentes práticas discursivas que eram acionadas pela mídia, pelas autoridades, e pelos próprios manifestantes. Como foram construídas as narrativas sobre os “vândalos”? Qual era a posição dos principais meios de formação de opinião sobre as manifestações, a violência policial e o “vandalismo”? E qual era o impacto disso, de fato, na opinião pública?

Muitos caminhos se apresentaram aqui, muitos discursos concorrentes conseguiram alcançar visibilidade colocando em pauta a discussão sobre essa tensa e intrínseca relação entre violência e política. Até que ponto a atuação violenta da repressão policial era justificada para se contrapor à violência dos “vândalos” que depredavam a propriedade pública e privada nas ruas? Ou, invertendo a questão, até que ponto era legítima a ação direta dos manifestantes contra o abuso de poder do Estado e a brutalidade policial?

Assim identifiquei os principais sujeitos dessa pesquisa, aqueles que se envolveram diretamente na construção das práticas discursivas sobre a violência durante os protestos, e por meio de um conjunto variado de ferramentas e técnicas de coleta – como questionários, entrevistas, observação e uma etnografia virtual em redes sociais – busquei desconstruir/reconstruir seus discursos, seus enquadramentos e suas experiências sociais. Foi esse o foco que permitiu observar os movimentos de construção de “verdades” sobre a violência nas manifestações, seja para as forças policiais, os manifestantes “legítimos” e os “vândalos mascarados”.

Essa questão, e o interesse sociológico por ela, obviamente, não nasceu de forma espontânea e aleatória à minha frente, mas foi incentivada por um contexto muito específico no qual eu estava inserido naquele momento, e de certa forma durante toda a minha formação acadêmica, cujo tema chave sempre fora a questão da cultura do medo, seja nos anos iniciais da graduação em Ciências Sociais, até a participação mais recente no Centro de Estudos sobre Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH) e, como desenvolverei mais adiante nesta tese, essa cultura do medo está relacionada diretamente ao processo de instrumentalização política da violência, seja de forma a legitimá-la – quando se justifica a brutalidade policial – ou deslegitimá-la – quando se criminaliza a ação direta.

O ano de 2013 teve um início extremamente produtivo para mim no sentido de oferecer uma visão sobre o passado recente do país, e sobre algumas marcas que resistem em nosso presente. Naquele ano pude acompanhar de perto, enquanto

pesquisador, os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade “Teresa Urban” (CEV/PR), visto que quem presidia a mesma era também meu orientador de doutorado, Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes, o que me garantia amplo acesso às reuniões, oitivas e documentos da comissão, bem como contato com os demais membros e colaboradores da mesma.

No entanto, com a explosão das manifestações de Junho de 2013 e suas repercussões, não pude deixar de notar as semelhanças entre os discursos que eram acionados pela mídia e pelo Estado naquele momento em comparação aos discursos que haviam sido acionados na época da ditadura civil-militar que observávamos junto à CEV, especialmente na relação entre subversão e manutenção da ordem. Quanto mais observava a atuação da polícia militar na repressão aos protestos, a criminalização das manifestações, e os próprios discursos acionados por parte dos manifestantes, mais me interessava pela repetição de certos padrões.

Nesse momento ficou claro como o tema da Comissão da Verdade, e o próprio conceito de justiça de transição que ela trazia em sua proposta merecia destaque e atenção, ressaltando sua repercussão nas discussões jurídicas e políticas contemporâneas, bem como seu caráter intrinsecamente precário. Apesar de não estabelecer uma relação tão direta com o objeto desta pesquisa, não posso deixar de lado esses laços de continuidade que se encontram na persistência de uma cultura política-jurídica ainda fortemente marcada pelo autoritarismo de nosso passado recente, demonstrando essa transição ainda inacabada, que no caso brasileiro, ainda mais do que no restante da América Latina, contou com uma repressão com pretensões de legalidade, e que agora era revisitada pelas comissões estaduais e nacional da verdade.

Desenterrar esse passado exige, necessariamente, quebrar com o fantasma de uma eterna transição, que nunca se consuma e que, por isso, assombra o regime democrático fazendo-lhe lembrar a todo momento, que qualquer passo mais ousado pode significar uma precipitação de um fim trágico, sempre virtualmente apontado no horizonte. (QUINALHA, 2013, p.235).

Não é difícil compreender, a partir dessa perspectiva, como esses padrões de discursos, e de instrumentalização política da violência acabavam por se repetir de forma tão clara. Em uma transição negociada como a que teve lugar em nosso país, em nome da conciliação e governabilidade, sem maiores confrontos ou violências durante o próprio processo de transição, os pactos de redemocratização acabam por garantir certa imunidade aos crimes cometidos durante o regime, ao anistiar todos os

envolvidos, tal processo acaba por eximir torturadores e assassinos da ditadura de quaisquer responsabilidades, o que, em certa medida, fomenta uma cultura que naturaliza e trivializa a violência física, moral e psicológica cometida por agentes do Estado, e deslegitima a ideia de que as violações de direitos humanos são crimes imprescritíveis (QUINALHA, 2013).

Assim, com a presença desses fantasmas do passado ainda forte em nosso sistema de justiça e de segurança pública, não é difícil compreender como certas práticas discursivas são retomadas com assustadora facilidade, inclusive acionando a Doutrina de Segurança Nacional para criminalizar manifestantes², e ressuscitando os modelos de órgãos como o DOI/CODI para tratar de investigações sobre atos de vandalismo cometidos durante as manifestações³.

Não bastasse todo esse contexto de repetição de velhos padrões, em meio a tantas referências sobre a instrumentalização política da violência por parte do Estado, que outro elemento ganhou destaque nas ruas e na cobertura midiática sobre as manifestações, e este sujeito chave dos protestos de 2013 captou meu interesse de forma que não pude ignorar e me senti instigado a rever meu projeto de pesquisa e voltar minha total atenção a este fenômeno, não apenas enquanto espectador, mas enquanto sociólogo. Esse sujeito era a tática **black bloc**⁴.

O aparecimento destes manifestantes que recorriam à “violência” e ao “vandalismo”, bem como a proteção e defesa, como forma de atuação me tomou de questionamentos e curiosidade, principalmente quando ficou claro com o desenrolar dos acontecimentos que a presença da tática não era apenas algo pontual, mas acabou por tornar-se praticamente um elemento fixo de nossa “cultura” de manifestações políticas. Para onde você olhasse, a black bloc estava lá. Esses sujeitos atacavam elementos simbólicos do capitalismo e do poder estatal e enfrentavam diretamente as tropas de choque, revidavam as bombas de efeito moral

² Manifestantes são presos em SP por infringir lei criada na ditadura. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/brasil/policia/manifestantes-sao-presos-em-sp-por-infringir-lei-criada-na-ditadura,3d3b2c154b991410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

³ Decreto Nº 44305 de 24/07/2013. Cria Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas - CEIV e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=256823>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

⁴ A tática black bloc será referida no texto com o uso do artigo feminino, respeitando os sujeitos pesquisados, pois durante o trabalho de campo era assim que os adeptos se referiam à tática. Já o uso de letras minúsculas busca diminuir a fetichização do termo comumente usado pela mídia com maiúsculas (Black Bloc) como se a black bloc fosse um grupo ou movimento definido e organizado institucionalmente, o que não é o caso, como deixarei claro no capítulo 4.

e o gás lacrimogêneo com pedras, escudos improvisados e máscaras, sempre vestidos de preto. Assim, o recorte do objeto desta pesquisa foi sendo definido de forma cada vez mais clara: compreender e analisar as dinâmicas e as ações desses sujeitos, o enquadramento, os significados e experiências de suas ações e de sua “violência”.

A tática utilizada era um elemento novo em nosso contexto⁵ e a atenção dada a esses grupos pela mídia e pelo Estado, construindo uma imagem de criminosos, vândalos e terroristas, garantiram que o meu olhar se focasse especialmente sobre esses novos “agentes subversivos”. Quem eram esses sujeitos? O que era essa tal black bloc? O que eles queriam? Qual era a sua mensagem? E a curiosidade mais sociológica: **quais as relações estabelecidas com a violência enquanto ferramenta de atuação política?**

Para responder a essas questões a pesquisa foi realizada por meio de um amplo trabalho de campo empírico usando redes sociais através de um questionário⁶ aplicado em páginas de impacto sobre black blocs, a observação e participação em manifestações e contatos mais pessoais com alguns sujeitos que utilizavam da tática black bloc selecionados a partir do questionário feito via Facebook, a partir dos quais foram realizadas entrevistas semi-estruturadas.

Os resultados coletados por meio dessas técnicas foram quantificados quando possível além de analisados qualitativamente, me posicionando, portanto, mais uma vez de forma crítica à oposição que por vezes marca o campo da pesquisa científica, que tende a separar e classificar pesquisas quantitativas e qualitativas, na medida em que defendo, ao lado de diversos autores, que tal dicotomia não tem fundamentação que a justifique na área das Ciências Sociais, na medida em que independentemente das bases de dados que são utilizadas, está sempre presente uma relação de intersubjetividade entre o pesquisador e seu objeto, portanto a escolha por metodologias quantitativas ou qualitativas devem ser acionada conforme as necessidades apresentadas pelo trabalho de campo, e não como algo pré-determinado e limitador da própria interpretação dos dados. Como apontam Vidich e Lyman:

⁵ Como veremos no decorrer da tese a tática black bloc já possui certa tradição em protestos de movimentos anticapitalistas e antiglobalização, mas era a primeira vez que sua ação era vista no Brasil.

⁶ Anexo A – Questionário.

Nesse sentido fundamental, todos os métodos de pesquisa são, no fundo, qualitativos, sendo, nesse ponto, igualmente objetivos; o emprego de dados quantitativos ou de procedimentos matemáticos não elimina o elemento intersubjetivo que representa a base da pesquisa social. A objetividade consiste não em um método per se, mas na formulação do problema da pesquisa e na disposição dos pesquisadores de dedicarem-se a esse problema onde quer que os dados e suas instituições possam levá-los. (VIDICH; LYMAN, 2006, p.51).

A entrada nesse campo não foi nada fácil, como deixarei claro mais adiante, no sentido em que se aproximar desse grupo exigiu certo jogo de cintura como pesquisador, tendo que tomar cuidado a cada passo desse caminho, desde a escolha da foto de perfil, um autocontrole sobre as postagens e discussões nas quais me envolvia nas redes sociais, visto que não apenas eu observava esses sujeitos para realizar esta pesquisa, como também eles observavam minhas posturas e posicionamentos públicos tentando saber se, e até que ponto, podiam confiar em mim e falar livremente sobre as ações da tática sem se expor a represálias.

Tal relação com os sujeitos de pesquisa não é incomum na área dos estudos sobre violência e segurança pública, durante a pesquisa realizada para a dissertação de mestrado⁷ cheguei a ser confundido por alguns dos informantes como investigador da Polícia Civil, e dessa vez não era incomum que alguns dos sujeitos dos quais me aproximei se recusassem a colaborar com a pesquisa por medo de ser parte de alguma investigação policial, ou de serem identificados e perseguidos de alguma forma, visto que vários inquéritos policiais foram estabelecidos buscando identificar os adeptos da tática e responsabilizá-los por atos criminosos, muitas vezes sem qualquer ligação direta com as ações da tática.

Além do trabalho de campo propriamente dito, também me debrucei sobre uma pesquisa bibliográfica e documental, levantando a literatura acadêmica contemporânea que tratava do tema da tática black bloc, seu surgimento em diferentes contextos locais, suas ideologias, bandeiras e, principalmente, seu recurso à violência enquanto forma de atuação, linguagem e mensagem política. Aqui foram fundamentais os livros: *Black Blocs*, de Dupuis-Déri (2014) e *Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*, de Esther Solano, Bruno Paes Manso e Willian Novaes (2014).

⁷ OLIVA, D.C. op. cit.

Os comentários e matérias produzidas pelos órgãos da imprensa tradicional e alternativa também foram uma rica fonte de dados, na medida em que permitiram observar a construção de um determinado discurso sobre a instrumentalização política da violência que foi, em grande medida, responsável pela percepção da opinião pública sobre a atuação das black blocs e das polícias militares, bem como sobre as manifestações desde 2013.

Relatórios produzidos por institutos de pesquisa e *think tanks*, como o *Black Bloc Rising: Social Networks in Brazil*⁸ desenvolvido pelo Instituto Igarapé⁹ em parceria com o grupo SecDev Analytics¹⁰, e organizações não governamentais, como o *Protestos no Brasil 2013*¹¹ e *As ruas sob ataque – Protestos 2014 e 2015*¹², ambos produzidos pela ONG Artigo 19¹³, também foram importantes fontes de dados sobre a ação da tática black bloc e das polícias militares durante as manifestações, dando mais uma perspectiva sobre os eventos e o contexto em que estas se desenrolaram.

Também trabalhei com materiais produzidos ou distribuídos pelos próprios adeptos da tática, como o *Black Bloc Papers*¹⁴ e outros manifestos disponibilizados por meio da internet e postagens nas páginas das redes sociais, uma fonte rica para se acessar a “posição oficial”, por assim dizer, desses manifestantes que aderiram à tática da ação direta e da instrumentalização da violência. Por meio dessas fontes pude ter contato com as justificativas e explicações desses grupos sobre suas ações, motivações e objetivos, a defesa de seus posicionamentos e as críticas recebidas da mídia, do Estado e de outros manifestantes que discordam do recurso à violência como uma tática legítima de ação.

⁸ Disponível em: <<https://secdev-foundation.org/wp-content/uploads/2014/07/Black-Bloc-Rising-Social-Networks-in-Brazil.pdf>>. Acesso em 15 set. 2016.

⁹ De acordo com seu site, “O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado à integração das agendas da segurança, justiça e do desenvolvimento. Seu objetivo é propor soluções inovadoras a desafios sociais complexos, por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e articulação”. Disponível em: <<https://igarape.org.br/sobre-o-igarape/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

¹⁰ De acordo com seu site, “A Fundação SecDev é um think-do tank canadense que trabalha na encruzilhada entre conflito, desenvolvimento e novas tecnologias. Acreditamos que as novas tecnologias podem capacitar as pessoas para sair do conflito, da insegurança e da opressão.” (Tradução nossa). Disponível em: <<https://secdev-foundation.org>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

¹¹ Disponível em: <http://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2014/06/Protestos_no_Brasil_2013-vers%C3%A3o-final.pdf>. Acesso em 15 set. 2016.

¹² Disponível em: <<http://artigo19.org/blog/2015/09/10/as-ruas-sob-ataque-protestos-2014-e-2015/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

¹³ De acordo com seu site, “A ARTIGO 19 é uma organização não-governamental de direitos humanos nascida em 1987, em Londres, com a missão de defender e promover o direito à liberdade de expressão e de acesso à informação em todo o mundo. Seu nome tem origem no 19º artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU”. Disponível em: <<http://artigo19.org/a-organizacao/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.infoshop.org/amp/bgp/BlackBlockPapers2.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2016.

Devo ressaltar, no entanto, que essa “revisão de literatura” tem como objetivo recuperar interpretações e compilar informações e dados relevantes sobre o tema no sentido de apontar diferentes perspectivas, leituras e posicionamentos sobre as questões que permeiam essa tese, não como verdades inquestionáveis, muito pelo contrário. Como afirma Becker:

Todos os assuntos que estudamos já foram estudados por muitas pessoas com muitas ideias próprias; além disso são os domínios das pessoas que realmente habitam esses mundos, que têm ideias próprias sobre o que está em jogo neles, e sobre o que significam os objetos e eventos que neles têm lugar. Esses especialistas por profissão ou pelo grupo a que pertencem têm em geral um monopólio de ideias sobre “seu” assunto que não é examinado nem questionado. Os recém-chegados ao estudo do assunto, seja ele qual for, podem ser facilmente seduzidos a adotar essas ideias convencionais como premissas não examinadas de sua pesquisa. A estimável atividade da “revisão de literatura”, tão cara aos corações das bancas de tese, nos expõe ao perigo dessa sedução. (BECKER, 2007, p.24-25).

Neste sentido, o olhar sobre esse material bibliográfico e documental sobre os temas e sujeitos dessa pesquisa não tem como função limitar o alcance da mesma, ou estabelecer pressupostos de análise, muito pelo contrário, seu papel é meramente de estabelecer referências e pontos de comparação que devem ser da mesma forma questionados, problematizados e examinados pelo pesquisador em relação aos dados empíricos oferecidos pelo meu próprio trabalho de campo, seja para reforçar os resultados encontrados ou para refutá-los e coloca-los em xeque.

1.1 RECORTE TEMPORAL – UM OBSTÁCULO À PARTE

Com o interesse da pesquisa focado sobre fatos que, no período inicial do doutorado, aconteciam em tempo real, analisando eventos muito recentes e ainda em andamento, um dos maiores desafios metodológicos foi a definição de um recorte temporal. Estava claro que a análise deveria começar a partir das primeiras manifestações de junho de 2013 promovidas pelo MPL¹⁵ e a relação com a instrumentalização da violência nesse contexto, observando a brutalidade policial de um lado e as ações da tática black bloc de outro, conforme abordarei adiante nesta tese.

¹⁵ Movimento Passe Livre.

No entanto, a questão que ficava aberta com o desenrolar da pesquisa e do próprio doutorado era: a data inicial estava dada, mas e quanto à data final? Qual seria o ponto onde a pesquisa deveria parar a análise e estabelecer o seu final? Essas questões se tornaram ainda mais fortes com o reaparecimento da tática black bloc na ocupação dos secundaristas em São Paulo depois de um período de “silêncio” da mesma e, ainda mais recente, nas manifestações Fora Temer, após o impeachment.

Em vários momentos achei que tinha encontrado um marco, um evento que poderia servir de ponto final para a tese, e então, algum tempo depois, algo acontecia com a participação da black bloc e eu sentia que não podia simplesmente ignorar e deixar de fora da tese, como se aquele fato precisasse ser incluído. Essa dinâmica é vista de forma muito frequente em temas contemporâneos, a ansiedade do pesquisador em analisar algo que não teve ainda um final, fazer uma espécie de sociologia do presente.

Foi assim com a Copa do Mundo de junho a julho de 2014 e as prisões “preventivas” de diversos adeptos da tática. Da mesma forma posteriormente com as eleições presidenciais em outubro de 2014 e com as manifestações que vieram depois da reeleição da presidenta Dilma Rousseff. Terminado 2014, parecia ser um bom recorte para a pesquisa, mas com o chamado *Massacre de 29 de Abril* em 2015 em Curitiba, a tática black bloc reapareceu e esteve presente em pequenos grupos no confronto entre a Polícia Militar e os professores. Em 2016 as manifestações após o impeachment e as ocupações das escolas pelos estudantes secundaristas reacenderam, com intensidade, a discussão sobre a qual essa tese se debruça, mais uma vez repetindo certos padrões e causando em mim uma espécie de *deja vu*: ao final deste doutorado termino esta tese em um contexto bastante similar àquele em que a iniciei.

Não foram raras as ocasiões em que meu orientador me chamava a atenção para parar de fazer campo e delimitar a pesquisa, e confesso que foi um esforço pessoal bastante grande seguir esse conselho, mas finalmente consegui completa-lo. Desse modo, o recorte final desta tese se restringe às manifestações ocorridas nos anos de 2013 e 2014 especialmente, quando a atuação da tática foi mais presente e teve maior destaque, mas também parte de 2015. Ou seja, desde as *Jornadas de Junho*, mas também incluindo as manifestações que continuaram após a redução das tarifas que, como demonstrarei durante esta tese, já tinham algumas características diferentes e articulavam novos sujeitos e práticas discursivas, ressaltando assim

algumas diferenças na atuação e na presença, ou ausência, dos meios de instrumentalização política da violência que analisei durante a pesquisa.

1.2 PENSANDO O PROCESSO DE PESQUISA

1.2.1 A cultura do medo como chave de pensamento

O interesse em compreender a temática da instrumentalização política da violência partiu, inicialmente, de meu interesse individual pelo tema da cultura do medo que, como apontei anteriormente, perpassa todo meu trabalho anterior como sociólogo, desde a graduação em Ciências Sociais, quando escrevi justamente sobre a influência da cultura do medo na sociedade contemporânea¹⁶, passando pelo mestrado em Sociologia, onde abordei também a influência dessa mesma cultura do medo na construção dos “alvos” da vigilância do sistema de videomonitoramento eletrônico da cidade de Curitiba¹⁷, e agora também no doutorado mais uma vez a cultura do medo exerce sua influência na construção de um novo “inimigo da ordem pública”, os adeptos da tática black bloc. Tal perspectiva, no contexto das chamadas *Jornadas de Junho de 2013*, tornou-se um dos eixos mais produtivos, a meu ver, para se pensar a construção das narrativas sobre o que acontecia nas ruas de nosso país.

No contexto atual, o medo passa então a fazer parte do imaginário coletivo, tomando proporções inéditas e sendo constantemente disseminado e reproduzido, e por vezes criado intencionalmente para justificar determinadas ações. No período da ditadura militar brasileira, por exemplo, foi a figura assustadora do comunista que carregou a carga de temos utilizada para justificar os abusos e práticas autoritárias do governo, enquanto nos Estados Unidos de hoje o terrorismo é o bode expiatório para legitimar práticas imperialistas e políticas autoritárias. Assim, o medo aparece frequentemente como uma justificativa para o discurso da busca por segurança, e para a implantação de diversos processos de securização urbana. (OLIVA, 2013, p.36-37).

Vale ressaltar aqui que o medo em relação aos perigos contra o corpo e a propriedade, em outras palavras, o medo da violência, são aqueles que mais facilmente são percebidos e influenciam mais diretamente em nossa percepção

¹⁶ OLIVA, D. C. Por uma sociologia do medo: Um ensaio sobre a cultura do medo. 2011. 40p. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2011.

¹⁷ OLIVA, D. C. op. cit.

cotidiana de perigo e insegurança. Assim, quando um grupo como os adeptos da tática black bloc empregam “ações violentas” como forma de atuação, a narrativa construída dentro da chave da cultura do medo é um dos elementos que servirá tanto para esvaziar de sentido político a mensagem pretendida com suas ações, como para justificar, sem grandes problemas, a atuação ainda mais violenta da repressão policial contra essas ações, visto que, de maneira geral, ainda é bastante aceita a premissa de que cabe ao Estado o monopólio legítimo da violência. Nessa lógica violência da black bloc gera desordem social, a violência policial visa manter a ordem, o que apenas amplia ainda mais o alcance do conceito de violência.

Assim, por meio deste conceito de cultura do medo, podemos compreender de forma um pouco mais clara, como algumas práticas securitárias são legitimadas e aceitas sem grandes discussões pela sociedade, abrindo espaço para um discurso do combate à violência e da busca constante por segurança, sem dar mais atenção às consequências negativas e aos usos efetivos dessas práticas. (OLIVA, 2013, p.40).

Era mais uma vez, portanto, a cultura do medo, seus enquadramentos e suas práticas discursivas que davam sentido e significado aos atos que tomavam não apenas as ruas, mas as telas de nossas televisões, as páginas de nossos jornais e também, em certa medida de forma inédita, as redes sociais. Vimos diferentes versões da história contadas em diferentes meios, mas algumas delas foram repetidas de forma incansável, em tom de denúncia, de indignação, de frustração, de medo e de ódio.

A partir dessas narrativas os discursos tomavam forma e a opinião pública era construída, apresentando basicamente duas leituras do que acontecia nas ruas: de um lado vândalos e baderneiros recorrendo à violência para criar a desordem; de outro a brutalidade policial desproporcionalmente recorrendo também à violência para manter a ordem¹⁸. Discursos quase diametralmente opostos em seus sentidos (disrupção e manutenção da ordem), mas que tinham em comum o fato de demonstrarem duas formas distintas de uso da violência enquanto instrumento – legítimo ou não – de ação política.

Ao observar esse cenário, e em grande medida me envolver diretamente com ele durante as manifestações e protestos, essa pesquisa foi tomando forma e a imaginação sociológica começou a tomar o lugar da simples observação ao passo que

¹⁸ Uma análise mais aprofundada dessas questões é feita no decorrer desta tese.

o interesse cada vez mais acadêmico sobre os fatos cobrou uma fundamentação teórica mais estruturada.

1.2.2 A inspiração foucaultiana

Como pesquisador de inspiração foucaultiana quero deixar mais clara a forma como construí esta pesquisa, com uma abordagem que não serve como fundamentação teórica de fato, mas como guias epistemológicos, formas de pensar sobre o próprio ato de pesquisar, possibilidades e não limitações. Parece-me importante que se reconheça essa perspectiva, os alcances e também os limites da pesquisa, especialmente quando se trata de questões tão subjetivas quanto à construção de práticas discursivas.

Quando se lida com temas tão polêmicos e controversos como a violência e a ação política são necessárias uma vigilância epistemológica constante. Assim, parto do reconhecimento do caráter não consensual da pesquisa, tanto em sua fundamentação teórica, sua abordagem metodológica e mesmo nos resultados e conclusões alcançadas. Outras perspectivas divergentes das apontadas aqui existirão, outras formas de compreensão de algumas das questões tratadas aqui podem ser empreendidas e não me proponho a construir uma explicação universal do fenômeno que observo. “Se não é sempre que um texto consegue (con)vencer alguns outros, nunca um texto (con)vencerá todo mundo” (SEVERIANO, 2016).

Não se trata, no entanto, de adotar o relativismo como premissa a ponto de defender que todas as perspectivas e análises são igualmente válidas e importantes, pelo contrário, trata-se de reconhecer a pluralidade de referenciais e abordagens, mas também a necessidade da crítica e da autocrítica, para que se movimente a construção do saber e o próprio processo de pesquisa e construção do conhecimento, que se encontram no interior de relações de poder, conflito e dissenso.

Esse posicionamento implica também em uma ruptura com um elemento típico das teses, dissertações e produções acadêmicas em geral, que é a adoção de hipóteses e pressupostos sobre os quais a pesquisa é fundamentada. Numa pesquisa de inspiração (não fundamentação) foucaultiana, parto da suspensão das certezas e pressupostos sobre o objeto, iniciando a pesquisa a partir de um não-saber, de um desconhecimento ou estranhamento inicial do mesmo, justamente como o faz Foucault ao investigar a loucura, a sexualidade ou as disciplinas.

Com outras palavras, trata-se de não partir de nenhum universal que diria: eis a loucura. Não se trata de partir de nenhuma posição humanista dizendo: eis o que é a natureza humana, eis o que é a essência humana, eis o que é a liberdade humana. É preciso tomar a loucura por um “x” e se apossar da prática, da prática somente como se não soubesse nada, e fazer de tal modo sem nada saber sobre o que é a loucura (FOUCAULT, 2010, p.63).

É dessa perspectiva que, ao me debruçar sobre a “violência” das ações da tática black bloc, não ousou definir a priori o que é – ou deixa de ser – a violência, mas recorro às práticas discursivas produzidas pelos próprios sujeitos da pesquisa, pela forma como o campo constrói suas representações internas do que é violência, levando em conta as relações de poder e de intersubjetividade ali articuladas.

Ao não partir de pressupostos, mas quebrá-los, questioná-los, desconstruí-los, o pesquisador não apenas deve desapegar-se daquilo que acredita conhecer previamente sobre seu objeto, mas deve também assumir para a sua escrita o papel didático de (re)construir passo a passo o processo da pesquisa, da construção do objeto, sua problematização, observação, descrição e análise, até os resultados e inquietações, lançando luz sobre cada ponto do caminho como elemento fundamental da pesquisa, que conduz o leitor por uma leitura crítica dos fenômenos estudados, abandonando assim posições cristalizadas e ressaltando o fato de que as coisas não são tão simples e evidentes quanto pode parecer ao primeiro olhar.

A crítica consiste em desentocar o pensamento e em ensaiar a mudança; mostrar que as coisas não são tão evidentes quanto se crê, fazer de forma que isso que se aceita como vigente em si não o seja mais em si. Fazer crítica é tornar difíceis os gestos fáceis demais. Nessas condições, a crítica – e a crítica radical – é absolutamente indispensável para qualquer transformação. (FOUCAULT, 2011, p.356).

É essa capacidade de desconstruir um posicionamento prévio e (re)construir as leituras sobre os objetos analisados que traz à pesquisa um potencial mais do que científico e intelectual, mas também um potencial político.

Assim, na medida em que esse desconhecimento do objeto serve para que a pesquisa rompa com o que até então era evidente, pense o que até então era impensado e movimente o que até então estava paralisado, podemos afirmar que a própria pesquisa já é um ato de transformação. Transformação nos saberes, transformação nas práticas, transformação nas formas de compreensão e organização sociais, transformação na relação do pesquisador consigo mesmo e com os outros. Não há, pois, uma cisão entre atividade intelectual e a atividade militante. Se a pesquisa já é, nela mesma, uma atividade crítica, é possível afirmar igualmente que a pesquisa já é também, nela mesma, uma atividade de transformação. (SEVERIANO, 2016, p.269).

Partindo dessa leitura foucaultiana do papel do pesquisador e do trabalho de pesquisa, empreendi algum esforço metodológico para combinar e articular certas ferramentas desenvolvidas por outros autores que trazem importantes contribuições para a compreensão dos fenômenos sociais aqui analisados, fundamentando métodos de ler a experiência dos sujeitos e de compreender não apenas como “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2011, p.8-9), mas também usando a perspectiva goffmaniana dos quadros de experiência social, posteriormente desenvolvida pelos enquadramentos de Judith Butler.

1.2.3 Quadros e enquadramentos

A partir dos diferentes discursos que circularam a partir de junho de 2013 sobre a violência nos protestos, o que busquei foi identificar os quadros de referência em que esses discursos eram construídos, tanto os discursos da mídia, quanto os dos próprios atores, e contrapor esses quadros que permitem que diferentes discursos sejam mobilizados sobre o mesmo acontecimento. Demonstrando, assim como Goffman, que “quando os papéis dos que participam numa atividade são diferentes – o que ocorre frequentemente – a visão que uma pessoa tem daquilo que está ocorrendo será provavelmente muito diferente da visão de outra” (GOFFMAN, 2012, p.31).

Assim, meu esforço foi o de tentar isolar alguns dos esquemas primários de compreensão dessas situações a fim de compreender e analisar estes quadros de referência que permitem diferentes percepções e leituras sobre os mesmos fatos. A combinação entre Foucault e Goffman implica reconhecer que as “molduras” estabelecidas pelos quadros da experiência social não apenas estabelecerão o alcance e os limites das práticas discursivas dos sujeitos envolvidos, mas irão regular e direcionar implicitamente a interpretação dessas situações sociais.

Essa articulação entre os dois autores, é algo que tenho trabalhado de diferentes maneiras em meus trabalhos, buscando encontrar o equilíbrio entre essas duas perspectivas tão ricas de compreensão e interpretação da realidade social, de uma forma que dá menos ênfase à descrição das interações em si, e mais às regras implícitas que definem a situação e configuram os significados dentro delas,

justamente onde entra essa dimensão relacional dos “quadros”, a partir dos quais podemos analisar o impacto dessas regras e princípios não declarados sobre a forma como as interações são determinadas, e também sobre o esforço dos sujeitos envolvidos para modificar ou manter estes quadros (GOFFMAN, 2012).

Essas regras implícitas e princípios não declarados que definem a forma como uma situação será interpretada são chamadas por Goffman de “esquemas primários”, que nada mais são do que formas de interpretação das situações sociais, que direcionam nossa atribuição de significado aos fenômenos observados de acordo com uma leitura de certa forma legitimada, uma prática discursiva que já foi aceita, que permite tanto aos envolvidos quanto aos observadores “localizar, perceber, identificar e etiquetar um número aparentemente infinito de ocorrências concretas, definidas em seus termos” (GOFFMAN, 2012, p.45).

Assim, um dos passos para a realização desta pesquisa foi isolar alguns desses esquemas que foram acionados para compreender e analisar a instrumentalização política da violência no contexto das manifestações de junho de 2013 e, especialmente, nas ações da tática black bloc, buscando encontrar os limites impostos por esses quadros de referência, mas também suas vulnerabilidades, e os elementos que foram deixados de fora desses quadros, influenciando diretamente a percepção sobre essas situações sociais, fortalecendo certas práticas discursivas em detrimento de outras, e direcionando, para a chave da cultura do medo, a interpretação dos eventos e dos sujeitos envolvidos.

No entanto, quando se parte dessa perspectiva é importante reconhecer que, assim com definimos elementos que serão o foco de atenção principal dentro dos quadros de referência e que estes apontarão para os esquemas que darão significado à situação, estamos também deixando outros elementos de fora, que acionariam outros significados e permitiriam outras interpretações sobre a mesma situação.

Como Goffman deixa claro em sua obra:

Dada uma corrente de atividade enquadrada de uma determinada maneira e que fornece um enfoque de atenção oficial central aos participantes ratificados, parece inevitável que ocorram simultaneamente outros modos e linhas de atividade (incluindo a comunicação em sentido estrito) no mesmo cenário, segregados daquilo que domina oficialmente, e sejam tratados, se é que o serão, como algo à parte. Em outras palavras, os participantes seguem uma linha de atividade – uma trama narrativa – ao longo de uma série de acontecimentos que são tratados como fora de quadro, subordinados desta maneira particular àquilo que veio a ser definido como a ação principal. (GOFFMAN, 2012, p.254).

É nesse sentido que outro passo desta pesquisa é justamente o de buscar analisar também essas atividades e significados que ficaram fora do quadro da atividade principal, graças às práticas discursivas que foram acionadas nessa situação. Como demonstrarei nesta tese, quando os discursos sobre a tática black bloc tomam como atividade principal o “vandalismo” e a “violência” das ações da tática, seu conteúdo político, sua mensagem pretendida, acaba sendo ignorada, como uma atividade fora de quadro, algo que recebe pouca ou nenhuma atenção dos observadores, e assim, se perde nas narrativas que são construídas sobre a instrumentalização política da violência, mesmo que, para os sujeitos envolvidos – os adeptos da tática black bloc – essa corrente de significados tem um caráter fundamental e estruturante para suas ações.

É nesse sentido que Judith Butler, em seu livro *Quadros de Guerra* (2015), traz contribuições riquíssimas a esta análise. A autora faz uma espécie de desenvolvimento do conceito goffmaniano de quadro, ao apontar para um “foco nos modos culturais de regular as disposições afetivas e éticas por meio de um enquadramento seletivo e diferenciado da violência” (BUTLER, 2015, p.13). Foco esse que permite repensar a precariedade, a vulnerabilidade e as reivindicações sobre linguagem e pertencimento social na medida em que ressalta normas e formas de organização sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros. (BUTLER, 2015, p.15).

Mais do que isso, a autora ainda aponta para um novo alcance do próprio termo enquadramento (*framed*, em inglês), ao apontar para essa manipulação implícita da interpretação.

Esse sentido de que a moldura direciona implicitamente a interpretação tem alguma ressonância na ideia de incriminação/armação como uma falsa acusação. Se alguém é incriminado, enquadrado, em torno de sua ação é construído um “enquadramento”, de modo que seu estatuto de culpado torna-se a conclusão inevitável do espectador. Uma determinada maneira de organizar e apresentar uma ação leva a uma conclusão interpretativa acerca da própria ação. (BUTLER, 2015, p.23).

Tomando essa articulação entre os três autores como base para minhas análises, não apenas intento demonstrar os alcances e limites dos discursos e quadros que nos oferecem diferentes interpretações sobre a legitimidade – ou não – do uso da violência enquanto ferramenta de ação política, mas também questionar esses enquadramentos, demonstrando que eles de fato nunca contiveram a totalidade

da cena que se propuseram a ilustrar, sempre deixando elementos de fora, nunca demonstrando, portanto, de forma precisa todos os elementos dessa instrumentalização política da violência. No limite, busco questionar e problematizar os enquadramentos da violência política.

1.2.4 A teoria fundamentada nos dados

A escolha dessas abordagens teóricas, ou melhor dizendo, do esforço de combinar essas abordagens em uma ferramenta de análise capaz de oferecer uma compreensão mais ampla sobre o objeto de estudo desta tese, não se deu de forma linear. Pelo contrário, não houve no caminho de construção da pesquisa uma definição inicial clara de qual seria o aporte teórico, isso foi se construindo com o andamento do campo e o avanço nas literaturas.

Assim, em termos metodológicos, o que fiz foi seguir o método da teoria fundamentada nos dados, ou *grounded theory*, uma metodologia de pesquisa relativamente nova e pouco utilizada no Brasil, provavelmente por fazer com que o pesquisador assuma uma postura pouco confortável em relação à pesquisa. Este método se aproxima do objeto sem trazer uma teoria ou mesmo uma hipótese inicial a ser testada em campo, seu caminho é justamente o contrário: na busca pela compreensão de determinado fenômeno ou das motivações de determinados sujeitos, realiza-se uma coleta seletiva de dados sobre o objeto, aplicando técnicas variadas conforme os objetivos da pesquisa, reunindo um corpus de dados a partir do qual se extrai as teorias que podem dar sentido a esses dados, por meio de uma análise sistemática e rigorosa, daí o nome teoria fundamentada (*grounded*) nos dados (CASSIANI; ALMEIDA, 1999).

Essa abordagem articula diretamente os diferentes passos e técnicas do trabalho de campo realizados para esta tese, com os posicionamentos do pesquisador e as teorias acionadas para interpretação dos dados, na medida em que não implica partir de um corpo teórico pré-definido, embora possa englobar várias teorias, e não pretende também rechaçar ou comprovar hipóteses, mas sim acrescentar novas perspectivas e possibilidades de compreensão do fenômeno estudado.

Partindo da inspiração foucaultiana, entrei em campo sem pressupostos construídos sobre o que poderia encontrar, sem hipóteses explicativas, nem mesmo provisórias, buscava encontrar as perspectivas e explicações dos próprios sujeitos e

do contexto em que o objeto de análise se encontrava. A única certeza que tinha ao iniciar a pesquisa era a definição do objeto e seu recorte, buscava, no limite, a compreensão do processo de instrumentalização política da violência nas manifestações que, naquele momento, tomavam forma – e força – no Brasil. Quais as dinâmicas que acionavam a ação/reação violenta? Qual foi o contexto de explosão de violências? Como se desenrolaram os eventos no mês de junho e no que se difundiram?

1.3 CAMINHOS E OBSTÁCULOS

No contexto dos protestos de junho de 2013 e seus desdobramentos por 2014 e 2015, devo deixar claro que a realização desta pesquisa está longe de ter sido um caminho fácil. Os obstáculos enfrentados para encontrar bibliografias e referenciais teóricos que dessem conta do tema ou se debruçassem sobre o mesmo foram grandes, mas apesar disso o momento de realização do trabalho favoreceu a discussão e a divulgação sobre a temática da violência política, seja pelo viés da ação direta e da desobediência civil, bem como de seu contraponto, a repressão e a brutalidade policial.

No entanto, ainda mais complexa do que a revisão bibliográfica foi a própria entrada em campo. Os discursos midiáticos sobre a violência nas manifestações sempre foram no sentido de criminalizar os “vândalos mascarados”, após a redução das tarifas de ônibus e a fragmentação das pautas¹⁹, os vândalos aleatórios que “atrapalhavam” o andamento das manifestações passaram a ser representados para a mídia pelos adeptos da tática black bloc, e assumiram assim o papel de bode expiatório do “vandalismo” nas manifestações. De acordo com a grande imprensa, se havia depredação de patrimônio e violência nas ruas a responsabilidade era unicamente da tática black bloc e seus arruaceiros despolitizados.

Apesar deste discurso ser falho, como busco demonstrar no decorrer desta tese, ele teve efeitos concretos sobre a pesquisa e tornou minha entrada em campo ainda mais complexa, dificultando a aproximação dos sujeitos, afinal, quando todos os discursos oficiais, tanto do Estado quanto de uma parcela dos movimentos sociais

¹⁹ O desenrolar das pautas dos protestos e manifestações será apresentado mais adiante nesta tese.

mais tradicionais, colocam a tática black bloc como um inimigo público, qualquer um que demonstre interesse demais pelas ações da tática levanta suspeita entre os seus adeptos.

Nesta tese, como já apontei anteriormente, os adeptos da tática black bloc, são entendidos como os protagonistas da instrumentalização política da violência no contexto analisado, são manifestantes com uma atuação diretamente questionadora da legitimidade do monopólio da violência pelo Estado, dispostos a enfrentar essa disputa por legitimidade tanto no discurso, através de uma mensagem de luta que buscam transmitir em suas ações, quanto nas linhas de frente, entrando em confrontos diretos com a tropa de choque das forças policiais. Assim, são estes os sujeitos que irão, de fato, instrumentalizar a violência, por meio da ação direta, como uma forma legítima de manifestação política, seus atos de “vandalismo”, como veremos adiante, estão inseridos dentro de um quadro de referência carregado de significados políticos muito mais complexos do que o enquadramento apresentado pelo discurso midiático.

Graças a esse embate direto com o Estado e a fantasia construída pelo enquadramento do discurso midiático retratando os perigosos “vândalos” da black bloc, durante a realização desta pesquisa, muitos dos adeptos da tática passavam por processos judiciais sob as acusações mais variadas, desde vandalismo e depredação do patrimônio público, até sabotagem, formação de quadrilha e mesmo sob a Lei de Segurança Nacional²⁰.

Sendo assim, para estes sujeitos, o anonimato era uma questão de grande importância, não apenas pela proposta de unidade da tática, mas também como uma estratégia de defesa e proteção contra a repressão policial e contra a criminalização crescente da tática e o interesse súbito de um desconhecido por suas ações tão perseguidas e estigmatizadas pelos discursos midiáticos e ações do Estado, causava mais desconfiança do que qualquer outra coisa, e não foram poucas as ocasiões em que minha aproximação foi questionada, rejeitada ou simplesmente ignorada por eles, pelos mais variados meios.

Tentei entrar nesse campo por diferentes caminhos, por meio das redes sociais, participando das manifestações, buscando contatos e interação com os

²⁰ Os processos judiciais, as acusações e a criminalização da tática serão discutidas com mais profundidade no decorrer desta tese.

sujeitos pessoalmente durante as manifestações e protestos nas ruas de Curitiba ou on-line nos grupos e páginas de interesses ligados à tática, e os resultados, devo reconhecer, variaram de extremamente produtivos em alguns casos a completamente frustrantes em outros. Ainda assim, este trabalho de campo rendeu muito mais material do que uma única tese de doutorado poderia dar conta e, com certeza, levantou muitas outras questões e inquietações a serem trabalhadas com maior profundidade no que diz respeito à ideologias, identidades, mobilização e organização política, bem como para outras abordagens sobre a violência, brutalidade policial e a própria noção de justiça, isso sem contar toda a questão da construção dos discursos midiáticos, que definitivamente garantiria outra tese por si só.

1.3.1 O Trabalho De Campo

O trabalho de campo, para mim, é o que mais atrai e justifica a dedicação à vida acadêmica. Trata-se da oportunidade de realmente entrar em contato direto com realidades diferentes, com valores, princípios e ideais dos mais variados, e de abrir um espaço de conexão e troca com outras experiências sociais, onde se constrói, desconstrói e reconstrói nossa própria subjetividade. É por esses e outros motivos que acredito que a pesquisa sociológica não se faz apenas sentado nas salas da universidade em meio a abstrações filosóficas ou dados estatísticos, mas ela se concretiza verdadeiramente por meio do trabalho empírico, do contato direto com os sujeitos envolvidos no fenômeno social que se busca compreender.

Esta pesquisa parte, portanto, da perspectiva de que são as necessidades apresentadas em campo que devem guiar o pesquisador, no sentido de buscar as ferramentas teóricas e epistemológicas que lhe permitem compreender a realidade apresentada, e não o contrário. Nesse sentido, os passos que segui para a entrada em campo desta pesquisa, e os meios pelos quais busquei me aproximar dessa realidade e desses sujeitos permitiram definir quais seriam os enquadramentos e discursos chaves para a fundamentação das análises, bem como os conceitos e marcos teóricos que permitiriam sua leitura.

Depois de observar por um tempo a atuação nas ruas e nas mídias sociais da tática black bloc, adotei o caminho que se apresentava como o mais rico, e também mais novo, para ser minha porta de entrada nesse campo, reconhecendo sua importância não apenas como ambiente de expressão direta dos sujeitos envolvidos,

mas também como espaço de organização, preparação e divulgação das ideias e ações desse grupo: as redes sociais.

A pesquisa em ambientes virtuais, apesar de não ser tão recente, apresenta alguns obstáculos bastante específicos em termos do desenvolvimento de métodos e técnicas para coleta e tratamento dos dados. Enquanto as mídias digitais em si passaram por mudanças bastante amplas em seus formatos, as ferramentas de pesquisa, de modo geral, ainda se mantêm vinculadas a uma perspectiva quantitativa e a uma busca por relações causais, ou então muito influenciadas por métodos tradicionais de pesquisa face-a-face.

Ao olhar de forma mais aberta para este campo, vê-se que os dados disponíveis nas mídias digitais, especialmente nas redes sociais, na verdade são ricos em material qualitativo e permitem estabelecer inúmeras correlações entre os eventos, fatos e discursos ali reproduzidos, o que demanda uma nova postura do pesquisador que se debruça sobre esses elementos:

Dados (de redes) sociais não são dados quantitativos, são dados qualitativos em uma escala quantitativa. Isso pode soar como uma distinção muito bizantina para alguns, mas ao longo dos últimos 10 anos essa abordagem tem tido enormes implicações na forma como os dados (de redes) sociais são modelados, analisados, vendidos, entregues e utilizados por organizações no mundo todo.²¹ (D'ORAZIO, 2014, s.p., tradução livre, grifos do autor).

Assim, realizei um processo de pesquisa etnográfica, para essa aproximação inicial e exploratória do campo, observando e analisando a presença e atuação da tática nas ruas, mas também nas redes sociais, além da aplicação de questionários online, entrevistas semiestruturadas e conversas informais com os adeptos da tática, bem como a observação participante nas manifestações e protestos que aconteceram na cidade de Curitiba/PR.

1.3.2 (N)ETnografia

A pesquisa etnográfica pode ser entendida, literalmente, como a descrição de uma cultura, ou de grupos sociais que são percebidos como tendo certo grau de

²¹ Original: **Social data is not quantitative data, rather qualitative data on a quantitative scale.** This might sound like a very byzantine distinction to some but over the past ten years this approach has had huge implications on the way social data has been modelled, analysed, sold, delivered and used by organisations worldwide.

unidade cultural, tornando-se assim uma ferramenta útil tanto para a identificação de conceitos relevantes por meio da observação, como para a formulação de teorias para a análise sociológica (VAN LIER, 1988).

Devo ressaltar que ao acionar essa técnica para a pesquisa se faz necessário compreender a realidade social a partir da percepção de que a mesma se trata de um processo inacabado, cuja observação deve ir além da mera descrição ou quantificação dos dados, tampouco deve buscar uma ordem linear e definitiva de relações de causa e efeito (GUTIERREZ, 2009, p.5), mas deve reconhecer e deixar sempre presentes a subjetividade do pesquisador, a multiplicidade do olhar, o contexto, o enquadramento. Quanto mais profunda a observação, mais a presença do etnógrafo deve ser reconhecida como parte dos dados do campo, e mais deve estar claro que as descrições apresentadas são também um reflexo do seu próprio olhar:

Todo observador antropológico verá algo que nenhum outro observador pode reconhecer, ou seja, uma espécie de projeção harmoniosa da própria personalidade do observador. (LEACH, 1984, p.357, tradução livre²²).

Assim, a presença do etnógrafo afeta o campo e influencia o comportamento dos sujeitos observados, por mais cuidadoso que o pesquisador seja na maioria das situações sua presença será percebida e gerará alguma reação ou ajuste de comportamento, e mesmo quando esta presença for ignorada, como seria o caso de uma observação de manifestações e protestos em vias públicas, por exemplo, a própria leitura que será feita deste campo será marcada também pela subjetividade do pesquisador, sendo assim, essa técnica implica em reconhecer essa relação de intersubjetividade entre pesquisador e objeto. No entanto, quando se pensa na aplicação da etnografia no ambiente virtual, há algumas peculiaridades que devem ser levadas em consideração.

O campo virtual traz diferentes questões com relação à entrada e presença do pesquisador no campo, que implicam diferentes relações com seu objeto e com os demais sujeitos da pesquisa, ela estabelece uma relação mediada entre pesquisador e pesquisa, além de apresentar relações também mediadas entre todos os envolvidos, mediadas pelo ambiente virtual, que coloca outras relações com espaço e tempo, outras formas de interação, outros códigos, outras práticas.

²² Original: Every anthropological observer will see something no other such observer can recognize, namely a kind of harmonious projection of the observer's own personality.

A etnografia virtual é adequada para o propósito prático de explorar as relações de interação mediada, mesmo que não remova a coisa real em termos metodologicamente puristas. É uma etnografia adaptativa que se ajusta às condições em que se encontra. (HINE, 2000, p.65, tradução livre²³).

Essas novas formas de interação mediada vivenciadas no ambiente virtual exigem portanto que a pesquisa seja realizada de forma também diferenciada, adaptando os métodos, técnicas e instrumentos utilizados tradicionalmente nas pesquisas “off-line” sobre temas semelhantes. Como aponta Hine, apesar desses novos desenvolvimentos e práticas de pesquisa, ainda não temos uma forma clara e plena de como aplicar essas metodologias tradicionais ao ambiente virtual, ou de como preencher as lacunas que surgem durante esta aplicação.

Tomei a etnografia virtual, portanto, como uma possibilidade metodológica de aproximação e investigação de práticas discursivas, relações e interações sociais que, apesar de se concretizarem fora do espaço virtual, tem também uma articulação muito profunda com o ciberespaço. Para realizar essa observação, de maneira bastante similar à prática de uma etnografia tradicional, busquei me inserir no campo por um longo período de tempo, analisando, interpretando e percebendo as relações e atividades que tomavam lugar nas páginas e grupos ligados à tática, buscando compreender os esquemas primários acionados por seus enquadramentos dentro de redes altamente complexas e dinâmicas que, como lembra Gutierrez (2009, p.2), envolvem “além das ligações entre documentos, postagens, mensagens, toda uma totalidade de relações sociais”.

De certa forma a etnografia virtual facilita a entrada do pesquisador em campo, e até pode minimizar a influência de sua presença no campo, na medida em que o pesquisador pode não interagir dentro dos espaços e assim passar completamente despercebido pelos sujeitos da pesquisa, por exemplo. No entanto, essa entrada também demanda que outros cuidados sejam atendidos pelo pesquisador, visto que essa acessibilidade da internet por acabar por resultar em pesquisas superficiais e inconsistentes, que podem acabar deixando de lado dados expressos de outras formas que não sejam a convencional expressão textual.

²³ Virtual ethnography is adequate for the practical purpose of exploring the relations of mediated interaction, even if not quite the real thing in methodologically purist terms. It is an adaptive ethnography which sets out to suit itself to the conditions in which it finds itself.

Além disso, a própria forma dessas interações mediadas, de acordo com os recursos empreendidos e possíveis em determinadas redes sociais, facilitam também o encontro com dados falsos e personalidades fabricadas (KOZINETTS, 1998), por esse motivo, apesar da possível “invisibilização” da presença do pesquisador, é justamente a sua interação, e a hibridização da metodologia, acolhendo outras técnicas e métodos em paralelo à observação etnográfica, que permitirão que essas armadilhas sejam evitadas e que a pesquisa seja realizada de forma aprofundada, consciente e responsável com relação aos dados e resultados.

Seguindo essas percepções, conjuntamente com o destaque da utilização das redes sociais durante as manifestações de junho de 2013 no Brasil, fui construindo uma parte do campo de pesquisa. O uso das redes sociais por manifestantes e militantes políticos tem se destacado não só no Brasil como em manifestações em vários outros países, seja como espaço de divulgação do evento que vai ocorrer, articulando um maior número de pessoas, ou como espaço de denúncia da brutalidade policial após ou durante os atos e, também, como espaço de discussão.

A decisão por seguir esse caminho era, segundo meu ver, a que me garantiria a possibilidade de acesso aos sujeitos adeptos da tática black bloc de forma mais simples, rápida e direta, visto que a aproximação nas ruas se mostrava bastante dificultada pela própria questão do anonimato e da criminalização da tática. Além disso, também se mostrava como a via que apresentaria os dados mais ricos em relação aos objetivos desta pesquisa, buscando compreender as práticas discursivas e os enquadramentos produzidos pelos próprios sujeitos e sua relação com a instrumentalização política da violência.

Assim, ainda durante as chamadas *Jornadas de Junho de 2013* passei a acompanhar diversas páginas do Facebook relacionadas à tática black bloc, às manifestações e as ideologias anarquistas e anticapitalistas²⁴, também acompanhei portais da mídia, tanto tradicional quanto alternativa, que traziam notícias sobre o assunto. Meu objetivo nessas observações virtuais sempre foi ampliar o foco para além das postagens e notícias sobre o assunto, mas também para todo o seu entorno – comentários, compartilhamentos, “curtidas”, redes nas quais circulava, fontes, entre outros – construindo assim uma leitura que desenhava da forma mais ampla os limites

²⁴ Tais posições ideológicas, como veremos adiante, estão frequentemente ligadas aos princípios da tática.

e alcances dos enquadramentos produzidos pelos adeptos da tática, pela mídia, e pela população em geral, por meio dos comentários, apontando assim os caminhos para o seu questionamento e problematização.

A escolha pela plataforma do Facebook como fonte dos dados se justifica pela popularidade desta rede no Brasil que corresponde, sozinha, a 80,56% das atividades em redes sociais no país, esmagadoramente maior do que quaisquer das demais outras redes sociais consideradas populares, como *Tumblr* (8,85%), *Youtube* (4,41%) ou *Twitter* (3,33%)²⁵. Assim, esse é o espaço virtual por excelência através do qual os discursos (re)produzidos sobre a black bloc podem ser identificados, visto que os adeptos da tática não possuem qualquer tipo de grupo ou vínculo institucional definido, espalhando-se em páginas e fóruns de redes sociais, um ambiente mais propício ao acesso rápido e ágil e a viralização de seus conteúdos.

Essa observação participante das páginas do *Facebook* se mostrou bastante rica e com um alcance, por vezes, mais amplo do que o esperado, sendo que, de um ponto de vista realista sobre o desenvolvimento da pesquisa, mostrou-se ampla até demais, onde algumas informações eram cansativamente repetitivas e supersaturadas, enquanto outras tinham impacto e repercussão praticamente nulos. Essa faceta da rede demandou o estabelecimento de um recorte mais definido sobre os dados: O que era realmente útil para a pesquisa? Sobre o que minha atenção deveria estar focada? E como poderia organizar todos esses dados?

Em outubro de 2013, com a publicação do relatório *Black Bloc Rising: Social Networks in Brazil*²⁶, desenvolvido pelo grupo SecDev Analytics²⁷ em parceria com o Instituto Igarapé²⁸, esta questão acabou sendo resolvida para mim. Usando ferramentas técnicas disponibilizadas pelo próprio sistema do Facebook, o relatório levantou as atividades na rede social (postagens, comentários e curtidas) a partir dos

dados de 42 páginas públicas do Facebook que afirmavam representar o movimento Black Bloc em várias regiões do Brasil; e os dados de 9 páginas gerais, incluindo a página Black Bloc "nacional" e páginas não diretamente

²⁵ Dados referentes ao período de junho de 2013 a dezembro de 2015, disponibilizados pelo site StatCounter Global Stats. Disponível em: <http://gs.statcounter.com/#social_media-BR-monthly-201306-201512-bar>. Acesso em: 29 jan. 2016.

²⁶ Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2013/10/Black-Bloc-Rising-Social-Networks-in-Brazil.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

²⁷ Op. cit.

²⁸ Op. cit.

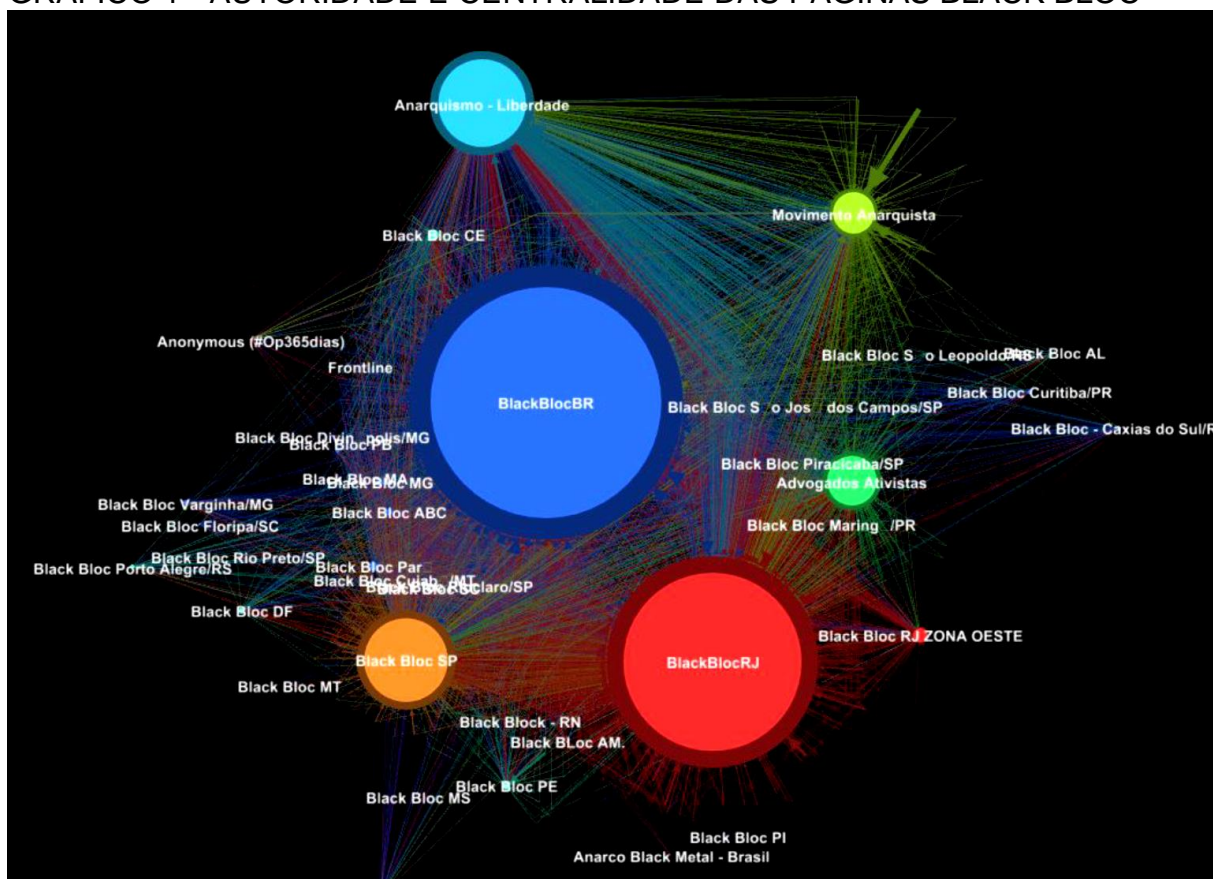
afiliadas ao Black Bloc, incluindo páginas de coletivos anarquistas. (SECDEV, 2013, p. 3, tradução livre²⁹).

A análise apresentada no relatório traz muitos dados interessantes sobre a construção, o engajamento, a autoridade e a centralidade das páginas direta ou indiretamente ligadas à tática black bloc durante o período das *Jornadas de Junho de 2013*, e permitiu que o recorte desta tese fosse traçado de forma clara.

Assim, as páginas *Black Bloc Brasil*, *Black Bloc RJ* e *Black Bloc SP* foram as que obtiveram maior destaque em termos de autoridade, centralidade e engajamento, o que marca sua importância na delimitação da amostragem e recorte. Também foi incluída na pesquisa a observação da página *Black Bloc Curitiba/PR*, abarcada não pela sua centralidade e autoridade em termos nacionais, que por sinal é bastante limitada – como pode ser visto no GRÁFICO 1 –, mas pela possibilidade de observar de perto sua atuação prática nos protestos e manifestações na cidade de Curitiba, assim como, pela possibilidade de estabelecer um contato mais direto com os adeptos da tática na cidade, entrando, portanto, na amostragem não pela sua tipicidade enquanto um elemento de importância tão central para a análise, mas pela sua acessibilidade ao pesquisador.

²⁹ Original: Data from 42 public Facebook pages claiming to represent the Black Bloc movement in various districts in Brazil; and data from 9 general pages, including the “national” Black Bloc page and non-Black Bloc affiliate pages, including anarchist collective pages.

GRÁFICO 1 - AUTORIDADE E CENTRALIDADE DAS PÁGINAS BLACK BLOC



FONTE: SecDev, 2013.

Boa parte do material coletado para esta pesquisa se deu a partir dessas páginas, onde as principais postagens produzidas durante o recorte temporal analisado³⁰ foram coletadas e organizadas, incluindo não apenas a mensagem textual divulgada, mas também fotografias, imagens, “memes”, hiperlinks para outras fontes, como vídeos e outros textos. Esse material permitiu, através da análise de conteúdo, visualizar e analisar o enquadramento construído pelos próprios adeptos da tática sobre si mesmos, como eles significam suas ações e sua estratégia e, numa leitura mais voltada a essa pesquisa, como justificam e legitimam a instrumentalização política que fazem da violência, bem como a forma como problematizam o monopólio da violência legítima pelo Estado.

Ainda por meio dessa (n)etnografia foram coletadas matérias de jornais, revistas, periódicos, entrevistas e vídeos divulgados na mídia tradicional, que foram submetidos ao mesmo tipo de análise, e assim construíam o enquadramento da tática

³⁰ A partir de junho de 2013 até o final de 2015.

black bloc de acordo com as práticas discursivas os órgãos oficiais da imprensa e do Estado, que davam outro sentido e outro significado completamente diferente, e por vezes até oposto, ao dado pelos adeptos da tática.

Finalmente, não me limitei ainda apenas às postagens “oficiais” das páginas e grupos e mesmo da mídia, mas também observei as “curtidas” e os comentários sobre esse material, a reação das pessoas não diretamente envolvidas nem com a tática nem com a mídia sobre as ações da black bloc, sobre sua estratégia de atuação, sua mensagem, enfim, o que deu ainda a perspectiva de um terceiro enquadramento, este ligado aos esquemas e sentidos que são acionados pela população em geral sobre a tática, o que cria a possibilidade de observar que discurso está sendo normalizado sobre essa questão, aquele que reforça o enquadramento construídos pelos adeptos da tática, ou o que reforça o enquadramento construído pela mídia tradicional?

1.3.3 Limites e alcances no ambiente virtual

A entrada por meio das redes sociais foi extremamente importante para que a pesquisa pudesse ser desenvolvida, na medida em que permitiu a interação e o contato com adeptos da tática de diferentes regiões do Brasil pelas próprias páginas e grupos que promoviam essa articulação mais ampla, ou seja, as páginas, apesar de serem geograficamente demarcadas, não restringem a participação apenas de membros de uma determinada região. Não são apenas cariocas na *Black Bloc RJ*, paulistas na *Black Bloc SP* ou curitibanos na *Black Bloc Curitiba/PR*.

Assim, pude interagir com pessoas de Alagoas, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Goiás, entre outros estados, além de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, que foram realmente o foco desta pesquisa. Essas interações foram realizadas por meio de mensagens *inbox* do próprio Facebook, por WhatsApp e também por um questionário³¹ aplicado voluntariamente aos membros das quatro páginas citadas. Esses contatos permitiram que uma amostragem bastante ampla fosse construída, principalmente considerando a exclusividade desse campo e a importância do anonimato para os adeptos da tática, ainda assim é importante ressaltar que para

³¹ Anexo A.

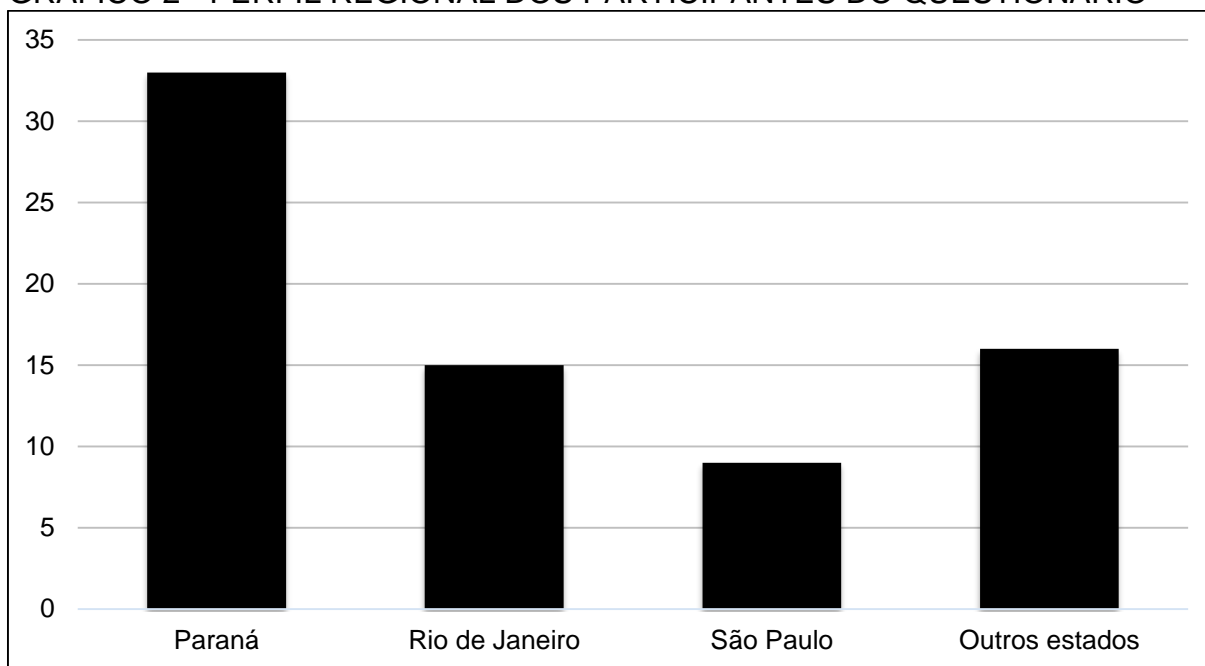
cada contato realizado com sucesso muitos outros eram recusados, ignorados e refutados pelos sujeitos pelos mais variados motivos.

A facilidade de acesso pelas redes sociais para o pesquisador também é igualmente aberta para qualquer pessoa com outros interesses em relação à tática, assim como os próprios sujeitos também tinha acesso ao meu perfil nas redes sociais, e por vezes eu fui questionado e até atacado por causa de determinados posicionamentos que tive publicamente sobre o cenário político nacional nos últimos anos. Assim, uma série de estratégias de aproximação tiveram de ser postas em prática de minha parte para conseguir uma maior abertura, desde controlar a privacidade de determinadas postagens que fazia, até o uso de fotos de perfil que causassem uma identificação mais direta com a tática na hora de realizar os contatos.

Depois de alguns meses iniciais fazendo esse acompanhamento das páginas e das notícias sobre a tática, e construindo esses primeiros contatos, apliquei um breve questionário exploratório sobre o campo. Esse questionário, elaborado com a ferramenta virtual do Google Forms³², foi divulgado amplamente nas páginas e grupos dos adeptos da tática e gerou uma amostragem com 70 sujeitos, de várias regiões do país, mas majoritariamente de São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ e Curitiba/PR, e suas respectivas regiões metropolitanas, permitindo a construção de um perfil geral dos adeptos e abrindo espaço para uma aproximação mais direta desses sujeitos.

³² Disponível em: <<https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

GRÁFICO 2 - PERFIL REGIONAL DOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO



FONTE: O autor, 2017.

Apesar dos vários limites que um simples questionário online possa oferecer, ressalto que essa ferramenta serviu para abrir um canal de comunicação mais direto e construir certa relação de confiança com os sujeitos desta pesquisa, o que permitiu um aprofundamento posterior desse contato, sem o qual não teria sido possível desenvolver este trabalho.

Mesmo a aplicação do formulário enfrentou resistência dos adeptos da tática, e não foram poucas as críticas e respostas negativas que recebi, me acusando de usar uma ferramenta que exporia a identidade dos participantes, apesar de ter mantido o acesso ao questionário o mais anônimo e restrito possível, sem nenhuma pergunta de caráter pessoal, que pudesse identificar os participantes, e nem mesmo solicitando o *login* nos serviços do Google para acessar o questionário. Havia apenas uma única pergunta ao final do questionário onde o participante poderia, de forma totalmente voluntária, deixar algum meio de comunicação para que eu pudesse entrar em contato para aprofundamentos futuros, ainda totalmente opcional.

No contexto de perseguição política também empreendido contra os adeptos da black bloc, cheguei até a ser acusado de ser um infiltrado da polícia buscando armar formas de acusá-los e incriminá-los por atos de vandalismo cometidos durante as manifestações ou para enquadrá-los por formação de quadrilha, o que não deixa

de ser um dado importante para esta pesquisa ao demonstrar a tensão que permeava esse campo.

Os dados aqui levantados foram amplos e úteis, sem dúvida, mas o mais importante é que a partir destes 70 questionários pude entrar em contato mais frequente e direto com 47 adeptos da tática, por meio de entrevistas não diretivas, que tomaram a forma de conversas informais por meio de redes sociais e aplicativos de comunicação e realizar 10 entrevistas em profundidade, o que garantiu a esta pesquisa seu aprofundamento em questões qualitativas sobre as representações, interpretações e justificativas acionadas para legitimar o recurso à violência e a mensagem que se pretende transmitir por meio desta.

Entrevistar um número bastante amplo de adeptos da tática, considerando a delicadeza da situação, tendo a desconfiança e o medo como grandes barreiras, permitiu-me questioná-los de forma mais direta sobre as questões às quais essa tese se dirige – a instrumentalização política da violência e sua legitimidade – e ainda levantaram também inúmeras outras questões e lançou luz sobre pontos pouco claros para um observador externo: como o perfil dos adeptos, suas posições políticas, sua mensagem e suas principais motivações.

Todos esses são pontos que, durante a pesquisa, demonstraram claramente que a percepção popular, refletida nos comentários das páginas e notícias e reforçada por uma parte considerável do discurso midiático e estatal, que coloca os adeptos da tática black bloc como um grupo de jovens “rebeldes sem causa” despolitizados e arruaceiros está muito distante da realidade da maioria desses sujeitos.

Além de monitorar e “etnografar” as páginas do Facebook e seus membros no ambiente virtual, aplicar questionários e realizar entrevistas, também fiz, durante todo o período do doutorado, observações diretas das ações da tática black bloc. Participei da maioria das manifestações e protestos que aconteceram na cidade de Curitiba, desde junho de 2013, acompanhando de perto a atuação da black bloc nessas ocasiões, bem como a atuação da Polícia Militar do Paraná. Com essas observações das manifestações construí parte significativa de meu caderno de campo sobre a black bloc, com uma atenção especial para suas ações tanto de ataque como de defesa, seus números nas ruas da capital paranaense, bem como sua presença – e também sua ausência – em determinados momentos.

2 “NÃO É SÓ POR 20 CENTAVOS”: AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

Junho de 2013 foi um momento de efervescência e explosão de questões para qualquer um que se interesse por política e sociedade. Para os sociólogos foi um momento impactante, especialmente para aqueles que pesquisam ou se interessam por questões ligadas à movimentos sociais, juventude, acesso à cidade, brutalidade policial, representação política, partidos políticos, enfim... diversos temas que vieram à tona e ganharam destaque no espaço público. Todas essas questões tomaram forma concreta nas ruas do Brasil, sendo debatidas e questionadas, não só por acadêmicos, mas pela mídia, políticos e cidadãos, trazendo novos temas e novas questões em meio a esse processo de ebulição.

No Brasil, a onda de protestos começava nas cidades que haviam crescido rápido demais e em meio à cultura do medo, do ódio e da intolerância. A cidade de São Paulo acostumada a lidar com a violência e a criminalidade a partir de uma lógica de invisibilização, segregando e isolando a diferença do convívio direto, a cidade de muros, shopping centers e enclaves fortificados, cujas praças e pontes foram esquecidas por parte da população e haviam se tornado lugares de perigo, de contato, de contágio, e foi justamente a fagulha do direito à cidade e a mobilidade urbana que iniciou o incêndio nas ruas brasileiras.

Com o crescimento dos protestos pelo Brasil, mesmo em cidades e regiões onde a questão do transporte público não era um ponto de disputa tão forte como era em São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais do país, a multiplicidade das pautas que passaram a ocupar os cartazes e as vozes das ruas foram se tornando cada vez mais dissonantes e esses movimentos revelavam agendas frequentemente mal resolvidas, paradoxais e até contraditórias, indo além (ou aquém) da questão das tarifas, como ficou evidente nos slogans “não é só por 20 centavos!”.

A disputa dessas vozes rebeldes nas ruas brasileiras, defendendo pautas desde combate à violência policial nas periferias e ao genocídio da população negra, até a exploração das minas de nióbio, de bandeiras anarquistas a integralistas, deixou claro que era impossível definir uma essência destes protestos, um objetivo claro e fixo perseguido pelos manifestantes que uma vez atingido resolveria o mal-estar que permeia a sociedade. O que era compartilhado nas ruas não era a pauta, a bandeira ou o objetivo, sequer a posição ideológica dos manifestantes estava alinhada, o que

era compartilhado era um sentimento comum de desconforto, descontentamento e, especialmente, de frustração que sustentava e unificava demandas particulares.

2.1 UM PANORAMA DAS MANIFESTAÇÕES

O ano de 2013 no Brasil se mantém ainda como um ponto de dissenso entre os cientistas sociais, alguns apontam o momento como ápice da expressão política popular, outros veem ali as primeiras sementes da guinada conservadora na política nacional e dos movimentos que levaram ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff. De qualquer forma, trata-se de um momento político rico e ao mesmo tempo confuso, cujas análises feitas no calor do momento muitas vezes tiveram de ser repensadas, trazendo novas pautas, novas leituras e novos sujeitos ao cenário político nacional. Apesar do dissenso sobre o legado e os efeitos dos protestos no Brasil, é seguro falar que o mês de junho de 2013, “mudou o Brasil e continua tendo efeitos sobre o jornalismo, a política, o debate sobre segurança pública, transporte, qualidade de vida nas cidades, entre tantos temas” (SOLANO et al, 2014, p.144).

Até o início de junho de 2013, o país passava por um período de calmaria no campo da política. O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, do PT³³, o governador do estado, Geraldo Alckmin, do PSDB³⁴, o governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, do PMDB³⁵, e a presidenta Dilma Rousseff, também do PT, estavam em posições estáveis politicamente, com índices altos de aprovação popular e cenários previsivelmente positivos para os pleitos eleitorais do ano seguinte. Pouco mais de um mês depois Dilma, Alckmin e Cabral tornaram-se três dos mais impopulares políticos brasileiros. (SOUZA, 2015).

No dia 14 de março em Curitiba, no dia primeiro de junho no Rio de Janeiro e no dia 2 de junho em São Paulo, foram assinados os aumentos de 20 centavos nas tarifas de transporte público. Curiosamente, muitas cidades em diferentes contextos e realidades, das capitais ao interior dos estados, assinaram propostas de aumento de suas tarifas de transporte público no mesmo valor de 20 centavos. Esse “pequeno” aumento no valor das passagens foi a centelha que iniciou as *jornadas de junho de*

³³ Partido dos Trabalhadores.

³⁴ Partido da Social Democracia Brasileira.

³⁵ Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

2013, que tiveram como epicentros as 2 maiores cidades do Brasil: São Paulo e Rio de Janeiro. Vale notar que, em Curitiba, a passagem já havia sido reajustada alguns meses antes não tendo grandes impactos até que as manifestações paulistas e cariocas começassem.

As primeiras manifestações marcadas nas 2 grandes capitais, em 3 de junho, foram mobilizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), um movimento social de reivindicação do direito à cidade e mobilidade urbana, cujas origens podem ser traçadas a partir das manifestações da “Revolta do Buzu” em Salvador durante o mês de agosto de 2003 e é fundado oficialmente em 2005, durante o V Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre³⁶.

Os primeiros movimentos marcados pelo grupo em São Paulo e no Rio de Janeiro não se destacavam das ações típicas dessa nova geração de movimentos, como os de resistência urbana ou os movimentos estudantis, sem uma cobertura midiática significativa e mobilizando um número reduzido de manifestantes.

Assim, buscando mobilizar uma nova estratégia, pensando o uso coletivo dos transportes e uma pauta ampla que afetava toda a cidade, as manifestações se deslocaram a partir do segundo ato, em 6 de junho de 2013, para o centro da cidade. Conforme as manifestações ocupavam um espaço público central, foi crescendo gradualmente a participação popular e também a repressão policial. Este ato levou cerca de 5 mil pessoas às ruas³⁷ de São Paulo que ocuparam as ruas em frente ao Teatro Municipal, foi também o primeiro confronto com a PM-SP que gerou a detenção de 15 manifestantes³⁸.

Outro ato aconteceu no dia 7 de junho, uma manifestação menor na cidade de São Paulo fechando a Marginal Pinheiros com 2 mil pessoas, sem maiores dados sobre repressão. Novamente, no dia 11 de junho, uma marcha de 6 horas com 5 mil pessoas³⁹ paralisou as ruas centrais da cidade, mas foi duramente reprimida pela polícia, com 1 policial agredido e 20 manifestantes detidos, resultando, até agora, em um total de 35 detenções na maior capital do país em menos de uma semana.

³⁶ Para mais informações sobre a atuação do MPL ver: LIBERATO, L. V. M. Expressões Contemporâneas de Rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista. 2006. 270 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

³⁷ Dado retirado do relatório Protestos no Brasil de 2013 pelo Artigo 19.

³⁸ Ibidem.

³⁹ Ibidem.

O dia 13 de junho merece uma atenção especial e considero essa data como um marco das manifestações deste período. Nesse dia a cidade de São Paulo foi, mais uma vez, o foco das manifestações quando cerca de 20 mil manifestantes ocuparam as ruas da capital paulista e foram violentamente reprimidos pela tropa de choque paulistana, numa noite que acabou com 235 pessoas detidas⁴⁰, dos quais 2 eram jornalistas, e mais de 100 feridos⁴¹, sendo 22 jornalistas.

FIGURA 1 – JORNALISTAS SENDO ATINGIDOS PELA PM-SP



FONTE: UOL Notícias, 2013.

⁴⁰ Ibidem

⁴¹ Ibidem.

FIGURA 2 – MANIFESTANTES BUSCANDO PROTEÇÃO



FONTE: UOL Notícias, 2013.

No Rio de Janeiro, no mesmo dia, cerca de 2 mil pessoas também se manifestaram no centro da cidade, seguindo boa parte do percurso tranquilamente, mas sendo duramente reprimidos ao fim do trajeto, tendo 17 detidos, 2 pessoas indiciadas e 3 feridas.

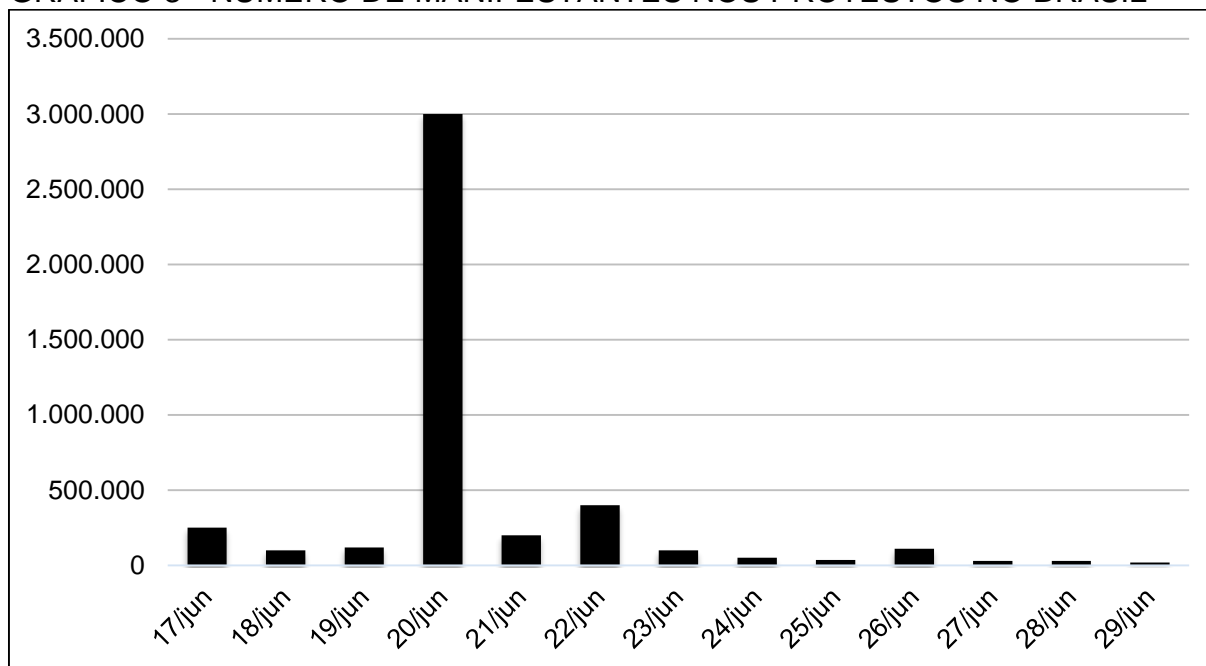
Após esse dia de forte repressão policial, a partir do dia 17 de junho há um pico na participação popular em todo o Brasil, com manifestações significativas em várias outras cidades do país. Observando os encadeamentos de eventos e o desenvolvimento dos protestos, compreendo que não foi, de fato, o aumento das tarifas que levou milhões às ruas em 2013, o principal fator que incentivou essa participação foi justamente o repúdio à brutalidade policial enfrentada por manifestantes e jornalistas nas ruas de São Paulo alguns dias antes, assim como a mudança no discurso midiático e no enquadramento dado às manifestações.

No dia 17 de junho foram mais de 100 mil manifestantes no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas também eram cerca de 20 mil em Belo Horizonte, 10 mil em Curitiba, 5 mil em Brasília e em Fortaleza⁴², entre outras cidades, espalhando-se inclusive para o interior de alguns estados em locais sem qualquer tradição de ativismo político. Até esse momento os protestos se concentravam nas capitais, especialmente

⁴² Dados sobre número de manifestantes retirados do livro *A Experiência contemporânea da política entre jovens brasileiros*. (SOUZA, 2015).

em São Paulo e Rio de Janeiro, a partir daqui começaram a se espalhar, alcançando números bastante expressivos em outras cidades. No GRÁFICO 3 vemos o desenvolvimento do número de manifestantes a partir desta data.

GRÁFICO 3 - NÚMERO DE MANIFESTANTES NOS PROTESTOS NO BRASIL



FONTE: SECCO, 2013 (adaptado pelo autor).

FIGURA 3 – CADEIRAS QUEIMADAS NA ALERJ



FONTE: UOL Notícias, 2013.

No Rio de Janeiro os manifestantes se reuniram em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio De Janeiro (ALERJ) e, posteriormente, invadiram-na,

onde quebraram janelas, jogaram pedras, queimaram portas e colocaram fogo em cadeiras retiradas de dentro do edifício, conforme FIGURA 3.

O “caos” começou a se alastrar e pessoas também de fora da manifestação começaram a explorar o momento, agências bancárias começaram a ser destruídas, alguns locais pichados, algumas lojas foram depredadas e sofreram saques, um carro foi incendiado e explodiu. Alguns manifestantes ocuparam o Teatro Municipal, a Câmara dos Vereadores e a Biblioteca Nacional.

Neste dia emblemático, é importante notar que as ocupações desses espaços começaram por volta das 20 horas e a tropa de choque chegou aproximadamente às 23 horas ao local. Contudo, na sua chegada tardia a repressão foi extremamente violenta e com bombas de efeito moral e gás lacrimogênio a PM-RJ desocupou a ALERJ completamente às 23 horas e 45 minutos. Algumas cenas de violência desnecessária foram registradas pelos jornalistas nesse dia, como a FIGURA 4.

FIGURA 4 - REPRESSÃO DA PM-RJ



FONTE: UOL Notícias, 2013.

No dia 18 de junho, em São Paulo, novamente ocorreu um ato com cerca de 50 mil manifestantes, houve tumulto e tentativas de ocupar o prédio da prefeitura, além de saques e a queimada de um veículo da rede de televisão Record, mas também foi o primeiro momento que o prefeito Fernando Haddad sinalizou à população que poderia revogar os 20 centavos de aumento nas tarifas de transporte público.

Assim, uma decisão coletiva entre os prefeitos Haddad de São Paulo e Paes do Rio, no dia 19 de junho, revogou o aumento das tarifas nas duas capitais. Em Curitiba, o aumento da tarifa, que aconteceu em março, foi revogado no dia seguinte, 20 de junho, pelo então prefeito Gustavo Fruet. Contudo, mesmo depois que mais cem cidades revogaram o aumento, tirando o foco dos 20 centavos, os protestos continuaram. As chamadas já estavam espalhadas e os efeitos são sentidos até agora.

Como o GRÁFICO 3 demonstra, foi justamente no dia 20 de junho que as manifestações atingiram seu ápice, com mais de 3 milhões de manifestantes nas ruas espalhados por todo o Brasil. A maior parte das manifestações ocorreu sem confrontos, em Curitiba nenhum enfrentamento foi registrado. Somente um confronto entre polícias e manifestantes no Rio de Janeiro, não tão forte como os outros já vistos, em que algumas fogueiras foram acesas e um grupo ateou fogo num carro de reportagem do SBT, resultando em 62 feridos de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde.

Em São Paulo, uma nova faceta das manifestações começava a aparecer: conflitos entre os próprios manifestantes, de um lado militantes de movimentos sociais e partidos políticos e de outros grupos apartidários (ou, melhor dizendo, antipartidários), onde bandeiras do PT foram roubadas, rasgadas e incendiadas.

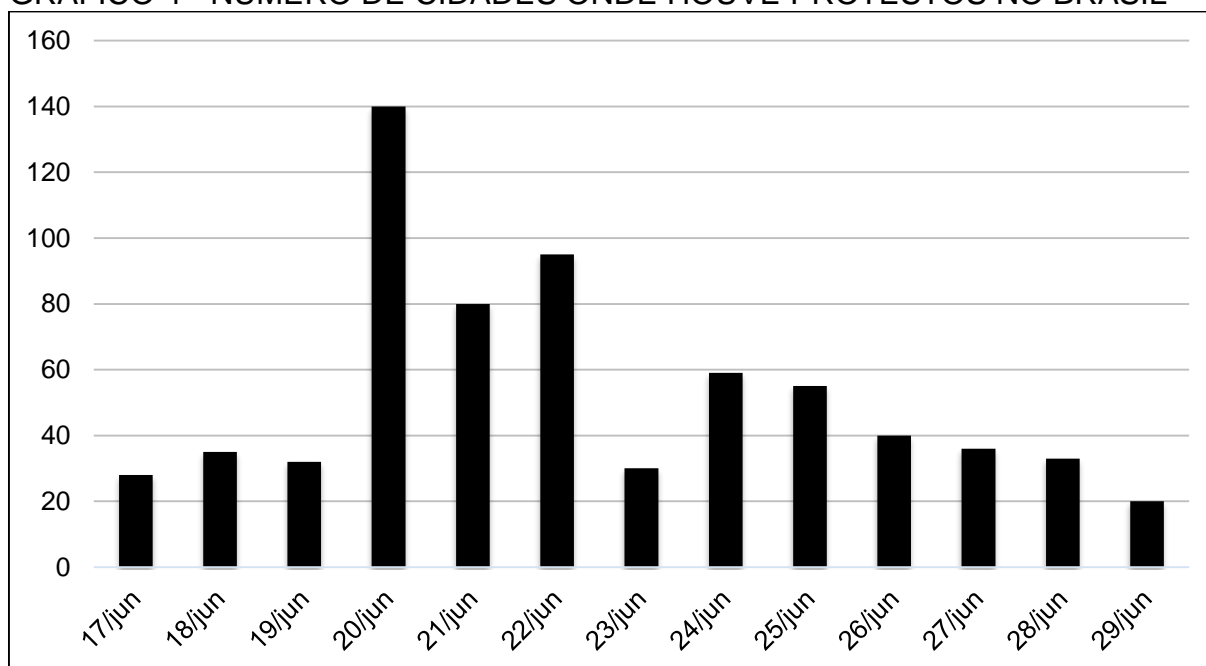
FIGURA 5 - MANIFESTANTES QUEIMAM BANDEIRA DO PT EM SÃO PAULO



FONTE: UOL Notícias, 2013.

Devo ressaltar um fato interessante sobre essa dinâmica da participação popular nas manifestações: o dia 20 de junho, a mais expressiva manifestação, é uma data com um contexto bastante específico, pois marca a vitória sobre o aumento das tarifas do transporte público que, no dia 19, haviam sido revogadas pelos governos de São Paulo e Rio de Janeiro, e em Curitiba no próprio dia da manifestação, tendo assim, mais de 100 mil pessoas reunidas em São Paulo, 300 mil no Rio de Janeiro e em Curitiba 3 mil⁴³. Para além de apenas mais um protesto, é a marca de uma espécie de celebração da vitória, comemorada por todo o país, mas que marca também a queda da participação e do alcance dos protestos pelo país, como podemos ver tanto no GRÁFICO 3 em relação ao número de manifestantes, quanto no GRÁFICO 4 em relação ao número de cidades com manifestações.

GRÁFICO 4 - NÚMERO DE CIDADES ONDE HOVE PROTESTOS NO BRASIL



FONTE: SECCO, 2013 (adaptado pelo autor).

No GRÁFICO 4 podemos ver que a partir de 23 de junho há uma queda no número de cidades envolvidas, antes disso as cidades continuavam se mobilizando de forma significativa, especialmente em 22 de junho. Nessa data, embora espalhadas pelo país, não houve uma quantidade significativa de participantes nas manifestações

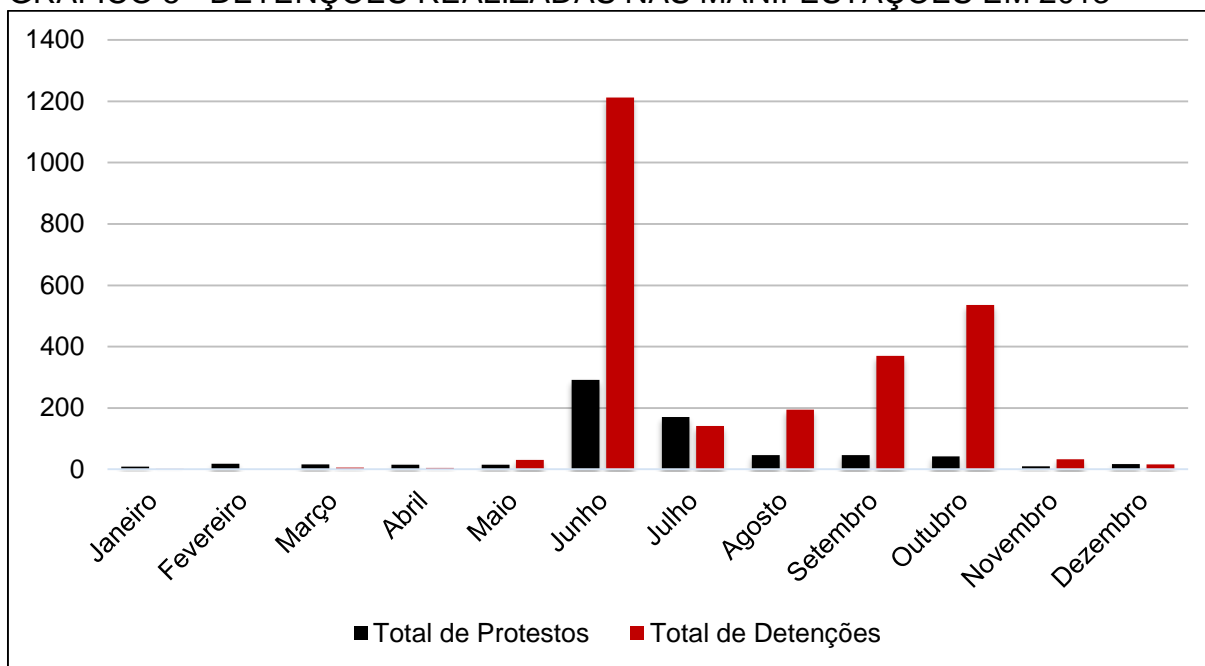
⁴³ Dados retirados do Portal G1. Disponível: <<http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>>. Acesso em 20 jan. 2017.

no Rio de Janeiro ou em Curitiba, se observarmos e compararmos ao GRÁFICO 3, a quantidade de pessoas já é expressivamente reduzida, mas ainda é maior que outros dias, com exceção do fatídico dia 20.

Uma das explicações para esse esvaziamento gradual das ruas está na falta de coesão entre os manifestantes após a vitória da pauta central trazida pelo MPL. Com a redução das tarifas de transporte público, a pauta inicial havia sido alcançada, mas a heterogeneidade das manifestações era muito mais ampla do que isso e, apesar do MPL nunca ter se colocado como uma liderança dos protestos, esse objetivo comum ainda era uma espécie de nó que amarrava os manifestantes, sem esse nó e com uma agenda de pautas tão múltiplas, a fragmentação das manifestações começou a ficar cada vez mais visível.

Os protestos continuaram de forma espalhada pelo país, mas o número de participantes se mantém reduzido e bem menos expressivo quando comparado ao dia 20 e mesmo a algumas datas anteriores. Diversos atos são realizados durante o restante do ano, especialmente até meados de outubro de 2013, e com certeza podemos conectar os protestos realizados durante o ano de 2014 contra a Copa do Mundo da FIFA e que seguiram até 2015 a esse movimento que se iniciou nas *jornadas de junho de 2013*. Interessante notar que o esvaziamento das ruas em outubro de 2013 é paralelo a um pico de detenções realizadas pela polícia militar, que só é inferior em números absolutos às detenções realizadas em junho, mas que proporcionalmente ao número de manifestantes representa um aumento considerável no uso (ilegal) das detenções para averiguação, que cai drasticamente no mês seguinte, com o esvaziamento das manifestações deste ano, como podemos ver no GRÁFICO 5.

GRÁFICO 5 - DETENÇÕES REALIZADAS NAS MANIFESTAÇÕES EM 2013



FONTE: Artigo 19, 2014 (Adaptado pelo autor).

Assim, as ruas continuaram ocupadas, e se mantiveram dessa forma por meses, mas a mesma horizontalidade de organização, o fato de não haver um grupo que comandava os movimentos nas ruas, fator que foi inicialmente celebrado e deu legitimidade para abrir espaço a muitas vozes dissonantes nas ruas do país, começou também a demonstrar seus limites. O apartidarismo colocado desde o início pelos manifestantes e que trouxe tantas pessoas de diferentes ideologias e posições políticas às ruas foi se tornando cada vez mais *antipartidarismo*.

2.1.1 As Manifestações De 2014 E 2015

As *jornadas de junho de 2013* são inquestionavelmente um ponto chave na história recente do país, que marca uma nova dimensão para as manifestações, foi a partir desses eventos que os atos de manifestação pública tornaram-se elemento comum de nossa cultura política que permanece até hoje, com características muito diferentes daquelas de 2013 em alguns momentos, em outros nem tanto, mobilizando grupos variados, de esquerda, de direita, progressistas, conservadores, mas mantendo em comum a estratégia de manifestações populares.

No entanto, é importante ressaltar que, salvo em algumas manifestações específicas no ano de 2015, a partir de outubro de 2013 – momento que apresenta

também um pico de detenções realizadas nas manifestações, como demonstra o GRÁFICO 5 – a capacidade de mobilização das manifestações caiu vertiginosamente em comparação às *jornadas de junho de 2013*, tanto em quantidade de manifestantes nas ruas, quanto em quantidade de cidades com grandes protestos, mesmo quando se repetiam as condições que antes haviam sido motivo suficiente para trazer milhares e até milhões às ruas.

No início de 2014 as tarifas de transporte público sofreram aumento no Rio de Janeiro, o MPL e o debate sobre o acesso à cidade e a mobilidade urbana voltaram às pautas, no entanto, dessa vez os resultados foram bem diferentes, o aumento das tarifas não foi impedido e a visibilidade das manifestações não chegou nem perto daquela alcançado 6 meses antes. O auge da cobertura midiática se deu quando o cinegrafista da Rede Bandeirantes, Santiago Andrade, foi atingido por um rojão durante as manifestações e veio a falecer em consequência dos ferimentos⁴⁴. A partir deste evento o MPL se afasta de um certo protagonismo nas manifestações e só volta a se mobilizar mais ativamente no início de 2015, quando são aumentadas as tarifas de transporte público na cidade de São Paulo, quando novamente o movimento se demonstrou incapaz da mesma capacidade de mobilização de 2013.

Vale ressaltar ainda, que agora, no início de 2017, as tarifas de transporte público de Curitiba foram também aumentadas pela nova gestão da Prefeitura Municipal, o que gerou novas manifestações públicas e forte repressão policial, no entanto, como esses eventos ainda são muito recentes, e fogem ao recorte temporal desta pesquisa, não cabe aqui analisá-los.

Apesar da queda na participação e capacidade de mobilização no ano de 2014, os protestos continuaram, desta vez a pauta central, que não era tão unificadora quando em junho de 2013, foi contra a Copa do Mundo da FIFA⁴⁵, um megaevento esportivo que envolveu grandes investimentos financeiros em estádios de futebol e centros esportivos, o que gerou manifestações populares pedindo por serviços públicos “padrão FIFA”.

⁴⁴ O caso da morte de Santiago Andrade consta no Anexo C – Mortes relacionadas aos protestos.

⁴⁵ Fédération Internationale de Football Association.

FIGURA 6 - MANIFESTAÇÃO CONTRA COPA DO MUNDO FIFA 2014



FONTE: UOL Notícias, 2014.

Estes protestos, que ocorreram principalmente entre os meses de fevereiro e junho de 2014 foram marcados por uma grande atuação repressiva do Estado, mas com algumas características diferentes em relação a 2013. Não houve tanta violência generalizada por parte das forças de segurança pública, ao contrário, essas atuaram de forma muito mais focada e estratégica, demonstrando um planejamento prévio nas suas ações, utilizando de novas técnicas e táticas de controle e repressão, muitas vezes na tentativa de impedir que o protesto sequer iniciasse, fazendo com que os protestos fossem gradualmente perdendo força durante o primeiro semestre de 2014, e terminassem sem grandes repercussões com a prisão preventiva de diversos manifestantes "suspeitos de participar em atos violentos"⁴⁶.

Para além da simples mobilização da tropa de choque e/ou da cavalaria, foram utilizadas táticas como o *kettling* e o envelopamento, novas tecnologias de monitoramento e vigilância, a criação da chamada tropa do braço – com soldados especializados em artes marciais e equipamentos para confronto corpo-a-corpo – e ações de intimidação institucional por parte do Estado, com comissões de investigação sobre as manifestações, processos judiciais, inquéritos e projetos de lei que visavam restringir o direito a manifestação e a criminalizar a atuação de

⁴⁶ Ver EL País. A polícia prende 19 ativistas anti-Copa. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/13/politica/1405205909_221645.html>. Acesso em 20 jan. 2017.

determinados grupos de manifestantes, especialmente os adeptos da tática black bloc⁴⁷.

A partir dessas novas (ou nem tão novas) práticas repressivas a tática Black Bloc, que havia ganhado grande visibilidade após as *jornadas de junho* foi tornando-se cada vez mais o bode expiatório preferido das autoridades públicas e da mídia tradicional para legitimar a criminalização de manifestantes sob a justificativa de que haviam “infiltrados black bloc cometendo crimes” durante os protestos, mesmo que não houvesse qualquer evidência concreta disso. A manutenção desse discurso que enquadra a tática black bloc sob a definição de “vândalos criminosos” garante a impunidade e a continuidade de violações contra direitos fundamentais dos manifestantes cometidas pelo Estado, representando um risco efetivo aos direitos humanos no país.

Após a Copa do Mundo as atenções se voltaram para o período eleitoral, que nesse pleito especificamente foi muito disputado e terminou com a reeleição, por uma margem muito pequena, da presidenta Dilma Roussef. A polarização que tomou as campanhas eleitorais naquele momento passou também as manifestações, abrindo espaço para a formação e consolidação de diversos grupos e movimentos que se autoproclamavam como conservadores e/ou identificados com a direita política, entre eles os Revoltados Online e o Movimento Brasil Livre (MBL) assumiram certo protagonismo nas próximas manifestações, que foram se ampliando de tal forma que no dia 15 de março de 2015 foram realizados atos unificados espalhados por dezenas de cidades pelo país e com dimensões comparáveis aos maiores protestos das *jornadas de junho de 2013*.

É interessante notar, no entanto, que essas novas manifestações não eram marcadas pela proposta de uma organização horizontal e descentralizada que marcou 2013, havia claramente uma liderança dos grupos citados acima para a organização e chamada às ruas para as manifestações também claramente direcionadas contra o governo federal, o PT e a esquerda política, apesar do discurso fortemente repetido do apartidarismo/antipartidarismo que permeava e permeia até hoje esses grupos. Mais do que isso, também é interessante observar o fato de que essas manifestações, que ficaram conhecidas pelas bandeiras verde-amarelas, não foram alvo de repressão

⁴⁷ Retorno a esses pontos de forma mais aprofundada no decorrer da tese.

policial ou violação de direitos por parte do Estado, nem seus líderes suspeitos em inquéritos e investigações criminais.

É possível entender este fenômeno como uma forma degradação do espaço público como espaço de debate e um arriscado comportamento de massa que poderia levar ao surgimento, ou fortalecimento de uma onda conservadora e totalitária (ARENDT, 2012), elementos que temos presenciado em nossa conjuntura atual de forma crescentemente mais forte e influente não apenas, mas especialmente, no contexto brasileiro.

Pensando desta forma, compartilho da posição de alguns intelectuais e analistas políticos ao colocar nossas *jornadas de junho de 2013* e as que se seguiram na mesma chave de uma onda de mobilizações globais iniciadas em 2011, do Oriente Médio aos Estados Unidos, passando pela Europa e chegando ao Brasil, que colocavam em questão as formas vigentes de se fazer política, cada uma em seu contexto, mas todas no mesmo processo de insatisfação e frustração com o *status quo*.

Claro que não é possível ignorar as particularidades de cada um desses eventos: na praça Tahrir⁴⁸ os manifestantes exigiam aquilo que o movimento Occupy Wall Street⁴⁹ já tinha (liberdade e democracia); a Revolução Verde⁵⁰, no Irã, era contra um regime autoritário islâmico e fundamentalista, enquanto a Primavera Árabe⁵¹ contra um regime corrupto e pró-ocidente; da mesma forma eram específicas as demandas dos protestos na Turquia⁵², na Espanha⁵³, na Grécia⁵⁴ e, igualmente, no Brasil.

⁴⁸ Praça em Cairo, capital do Egito, onde ocorreram uma série de manifestações de rua, protestos e atos de desobediência civil que ocorreram a partir de 2011.

⁴⁹ Occupy Wall Street é um movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas - sobretudo do setor financeiro - no governo dos Estados Unidos.

⁵⁰ O Movimento Verde Iraniano constituiu-se a partir de uma série de protestos, contestando o resultado da eleição presidencial do Irã de 2009, que dava a vitória ao presidente Mahmoud Ahmadinejad.

⁵¹ Primavera Árabe, como é conhecida mundialmente, foi uma onda revolucionária de manifestações e protestos que ocorreram no Oriente Médio e no Norte da África a partir de 18 de dezembro de 2010.

⁵² Os Protestos na Turquia em 2013 começaram como um protesto ambiental pacífico contra a demolição do Parque Taksim Gezi que, posteriormente, se transformou em protestos contra o Governo por toda a Turquia após a resposta policial que pôs termo à ocupação do referido parque por parte de ambientalistas.

⁵³ Os protestos de 2011 na Espanha, chamados por alguns meios espanhóis de Movimiento 15-M, Indignados e Spanish revolution, são uma série de protestos espontâneos de cidadãos inicialmente organizados pelas redes sociais e idealizados em primeiro momento pela plataforma civil e digital ¡Democracia Real Ya!

⁵⁴ Os Protestos na Grécia em 2010–2012 foram uma série de protestos e greves gerais que ocorrem em todo o país feitos por uma parte da população deste país contra as medidas de austeridade tomadas pelo governo.

Ainda assim, o que une esses protestos ao redor do mundo, com conjunturas e elementos tão diferentes entre si, é o fato de que nenhum deles pode ser reduzido à uma única questão, todos apontam para uma combinação de fatores econômicos e políticos, que incluem demandas que vão desde a luta por democracia até uma investida para superação das formas tradicionais da mesma.

E nos protestos que tomaram as ruas do Brasil a partir de 2013 esses elementos também estavam presentes. A questão econômica aqui foi marcada pelo agravamento dos sintomas da crise global, mais especificamente pautada naquele momento pelo aumento das tarifas do transporte público. Já a questão político-ideológica era definida pelo crescimento da crise de representação, a descrença no sistema político vigente e, especialmente, nos políticos, ponto que ficou bem claro pelo discurso apartidário dos movimentos, que se desenrolou das manifestações foi se transformando em antipartidários, e, num olhar mais direcionado, também esteve sempre presente no discurso de frustração dos adeptos da tática black bloc.

Grupos conservadores e movimentos de direita se organizaram para participar dos mesmos atos que movimentos sociais mais progressistas e tipicamente de esquerda. Após a revogação da tarifa, as diferenças apareciam de forma clara e os manifestantes com pautas de direita e pouco articuladas com movimentos sociais, sem experiência tradicional de militância, passaram a empunhar bandeiras atrativas, porém politicamente abstratas, com pautas generalistas, como contra a corrupção, por mais saúde e educação, chegando até a pedir intervenção militar “constitucional”.

Algumas das pautas presentes nas ruas acionavam uma agenda anticapitalista e antiglobalização, embora não colocadas de forma reflexiva por boa parte dos manifestantes, mas que propiciaram o aumento do destaque de grupos anarquistas, como os adeptos da tática black bloc e os ciberativistas Anonymous⁵⁵, que já estavam presentes desde os primeiros protestos, mas que gradualmente tornavam-se protagonistas dos mesmos.

Além da mudança nas manifestações, a mídia também mudou seu discurso e mais uma vez deu novo sentido ao enquadramento após a vitória na redução das tarifas. De apoio aos manifestantes, contra a repressão e a brutalidade policial, o foco

⁵⁵ Ver TORINELLI, M. C. A Máscara e a multidão: Enquadramentos dos anonymous nas manifestações de junho de 2013 no Brasil. 2015. 221p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

passa agora aos “vândalos mascarados” e a desarticulação das pautas colocadas. É nesse contexto que a discussão sobre a violência nas manifestações mais uma vez ganhou destaque, mas agora aberta em duas chaves: de um lado, com cada vez menos destaque, a brutalidade policial e as violações cometidas em nome da ordem contra jornalistas e manifestantes. De outro, a violência praticada pelos próprios manifestantes, seja entre si mesmos quando os antipartidários atacavam sindicalistas e militantes de partidos políticos, seja pelas ações diretas de outros grupos, questionando até onde poderiam ir as manifestações de insatisfação. Assim, o próprio campo levantou uma questão que guiou parte desta tese e que permitiu a construção da pesquisa: quais os limites da subversão da ordem e em que momento o protesto vira vandalismo?

2.2 A COBERTURA MIDIÁTICA

Fica evidente como a questão da violência é de extrema importância para a compreensão de todo contexto político e social, com o alto número de confrontos, feridos e presos, mas também para compreender a própria dinâmica dos protestos de junho de 2013 e dos que se seguiram. Ao longo das próximas páginas busco tratar de forma breve a compreensão do discurso da violência como parte fundamental de nosso léxico político e do papel da mídia como parte desta narrativa, visto que uma análise aprofundada sobre esse tema renderia não apenas mais um capítulo deste trabalho, mas uma nova tese de doutoramento por si só, o que não é meu objetivo.

A mídia aqui é compreendida um dispositivo, utilizando o conceito de Foucault. Um mecanismo que constrói uma série de narrativas de verdade como técnicas e estratégias de exercício do poder. Sendo os discursos uma forma de poder repressivo mas também produtivo, pois levam a mais discursos de verdades reforçando elementos estabelecidos, mas também criando novos discursos e novas verdades. Segundo o autor, o conceito de dispositivo

engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p. 244).

Em alguns pontos desta tese, comentei as mudanças de discursos da mídia, apontando para o funcionamento deste dispositivo, contudo, essa discussão sobre

mídia exige certos aprofundamentos, especialmente pelo seu papel importante na criação de algumas categorias e antagonismos, como: “vândalos mascarados” *versus* “manifestantes pacíficos”, a bandeira do apartidarismo/antipartidarismo, a rejeição a ação direta e o foco na “violência” como central em diversas manifestações, assim como o apoio ou rejeição em relação à repressão das Polícias Militares.

A grande mídia no Brasil é controlada por um pequeno grupo de corporações que monopolizam os principais veículos de comunicação e vem de uma longa tradição de despolitizar as questões sociais e desqualificar não apenas sua discussão mas também os próprios sujeitos envolvidos nesse debate, especialmente quando tais ideias entram em conflito com seus interesses, seja alienando figuras políticas de destaque ou criminalizando movimentos sociais e a luta por direitos de determinadas minorias.

Durante os protestos de 2013, e também os que seguiram em 2014 e 2015, a mídia exerceu um papel importante na interpretação do sentido das manifestações, construindo os enquadramentos à partir dos quais uma narrativa era construída, e seguindo sua tradicional atuação, essa narrativa foi estabelecida, e modificada, conforme os interesses desses grupos e seguindo uma agenda que é também pautada pela cultura do medo, que ao ser fortalecida pelo discurso midiático e interiorizada pelos sujeitos transforma-se em ignorância em relação ao que está em pauta e em discursos de ódio à quaisquer indivíduos ou grupos que apresentem um posicionamento contrário, ou apenas diferente do seus. Essa relação com a cultura do medo se torna ainda mais flagrante em nosso contexto de militarização não apenas das forças policiais, mas uma militarização da própria política, a partir do qual a única forma de se lidar com um conflito político e social é por meio da metáfora da guerra, da construção de um inimigo que deve ser derrotado e eliminado.

Ora, a importância do papel da mídia na construção desse inimigo é inegável, e durante os protestos de 2013 foi possível acompanhar sua trajetória por meio de uma narrativa não tão linear assim, mas que inflou a cultura do medo em relação aos “vândalos infiltrados”, contribuindo para a polarização dos discursos, e cumpriu sua parte na instrumentalização política da violência, mantendo a disputa sobre sua legitimidade como foco do espetáculo desde as primeiras manifestações e durante toda a cobertura, no entanto, não sempre da mesma forma, alternando entre perspectivas que denunciavam, legitimavam ou invisibilizavam a brutalidade policial, mas que invariavelmente criminalizavam as ações diretas e o “vandalismo”.

Nas primeiras manifestações em junho de 2013, a mídia adotou seu posicionamento tradicional, cobriu de forma superficial as manifestações convocadas pelo MPL, dando ênfase ao impedimento de importantes vias públicas da cidade e tensionando mais a relação entre a liberdade de manifestação de uns contra o direito de ir e vir de outros, do que as pautas trazidas pelos manifestantes. Não era o preço das tarifas que chamava a atenção da mídia, mas os entraves ao “bom andamento” da cidade, denunciando e recriminando os atos de “baderna” promovidos pelos manifestantes.

O medo da desordem provocada pelos protestos era o grande mote da cobertura midiática, e os editoriais dos grandes meios de comunicação tradicionais questionavam as pautas das manifestações e incentivavam a repressão policial, não muito diferente do que se viu em outros momentos, antes e depois de 2013, como nas ocupações dos estudantes secundaristas pelo país em 2016, ou nas novas manifestações contra mais um aumento das tarifas em 2017.

A partir do dia 13 de junho, no entanto, com a intensa brutalidade com que a polícia reprimiu as manifestações em São Paulo e no Rio de Janeiro o discurso mudou, as inúmeras denúncias de abusos e excessos cometidos pelas forças policiais, registradas pelas câmeras dos próprios manifestantes, mas também sofridas e registradas pelos próprios jornalistas presentes nas manifestações, tiveram um papel importante na mudança do discurso midiático que passou a dar mais atenção às pautas dos protestos e a legitimar as manifestações.

É interessante notar que essa mudança no enquadramento dado aos protestos não foi simplesmente por causa da repressão ou dos excessos cometidos pelas tropas de choque contra os manifestantes. Um ponto que com certeza influenciou a posição da mídia de forma ampla foi o fato de que, nesse dia 13 de junho, 22 jornalistas foram feridos e 2 foram detidos arbitrariamente pela polícia militar no Rio de Janeiro enquanto cobriam as manifestações.

Depois do dia 20 de junho, com a vitória sobre as tarifas de transporte público, e a redução dos 20 centavos na maioria das cidades, a mídia tornou a mudar seu discurso, gradualmente tirando seu apoio das manifestações, não de forma tão declarada quando inicialmente, mas dando menos cobertura e menos atenção às pautas, mais uma vez focando na violência dos “vândalos mascarados”, e é a partir desse momento que cada vez mais a tática black bloc começa a ser “enquadrada” como o inimigo público da vez, o bode expiatório que será mobilizado sempre que for

necessário deslegitimar a continuidade das manifestações, afinal, o objetivo – a redução das tarifas – já foi alcançado, não há mais necessidade para protestos, muito menos para violência.

Essa postura da grande mídia não foi diferente do esperado. Salvo exceções, a cobertura se limitava a cenas de violência repetidas à exaustão, da violência dos manifestantes, “badernas”, “depredação” e “vandalismo”, à violência policial, bombas de efeito moral, balas de borracha e agressões contra manifestantes e jornalistas, como se fosse possível resumir os protestos apenas à essas cenas de violência gratuita, despolitizada e caótica.

Essa repetição *ad nauseum* por sinal é considerada uma característica central das mídias contemporâneas por diversos autores desde Adorno (2002) e também Bourdieu (1997) (RIAL, 2003), por meio da qual se reforça uma narrativa que não chega a inventar fatos, mas direciona o olhar do espectador para esquemas de sentido bastante específicos, construindo um novo discurso a partir dessa narrativa:

Mais do que inventar ou produzir um discurso, a mídia reduplicá-lo-ia, porém, sempre a seu modo, na sua linguagem, na sua forma de tratar aquilo que “deve” ser visto ou ouvido. Isso quer dizer, então, que ela também estaria simultaneamente replicando algo e produzindo seu próprio discurso. (FISCHER, 2002, p.86).

É assim que a cultura do medo toma centralidade nos discursos que passam a circular sobre a atuação da tática black bloc que chega a ser retratada como organização terrorista⁵⁶ ou associada ao crime organizado⁵⁷, fortalecendo o medo da violência, mas não de qualquer violência. A postura da mídia tradicional sobre a violência tende a ser muito mais tolerante quando esta é usada pelas forças policiais ou militares, ou por manifestantes considerados “legítimos” do que quando ela é praticada por “jovens despolitizados” que se escondem atrás de máscaras como criminosos. Daí as diferentes interpretações e atenções dadas à brutalidade policial ou a violência dos manifestantes apartidários contra os militantes de partidos e movimentos sociais em relação à violência dos “vândalos mascarados”. Enquanto a violência de uns é legitimada e justificada, ou pelo menos invisibilizada, a dos outros

⁵⁶ ÉPOCA. Por dentro da máscara dos black blocs. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/11/bpor-dentro-da-mascarab-dos-black-blocs.html>>. Acesso em 20 jan. 2017.

⁵⁷ ESTADÃO. Black blocs promete caos na copa com ajuda do PCC. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,black-blocs-prometem-caos-na-copa-com-ajuda-do-pcc,1503308>>. Acesso em 20 jan. 2017.

é completamente esvaziada de qualquer sentido político, criminalizada e amplamente rechaçada.

A escolha das imagens, do foco, a repetição incessante e cansativa, o silenciamento das intenções políticas e das mensagens por trás dos atos de “vandalismo”, todos esses processos de seleção do que mostrar e do que ocultar, são parte da construção de uma relação de distanciamento com o outro, de estranhamento e aversão aos “baderneiros” que, dentro desse enquadramento que segue a lógica da cultura do medo, passam a ser os inimigos que devem ser eliminados. Dentro de uma metáfora de guerra os adeptos da tática black bloc são tanto inimigos da ordem, por isso devem ser reprimidos pela ação do Estado, quanto inimigos dos manifestantes “legítimos”, ao deturpar e ofuscar as questões que estavam “verdadeiramente” em pauta nas ruas.

No entanto, apesar de ter alcançado certo sucesso nessa empreitada de direcionar o olhar do espectador, houve momentos em que a opinião pública não bateu com as intenções da mídia, e, por vezes, a legitimidade do monopólio da violência pelo Estado foi posta em xeque durante os protestos de 2013 quando a “baderna” e o “vandalismo” não foram tão rejeitados assim pela população, como ficou claro quando o apresentador do programa Brasil Urgente, José Luiz Datena fez uma enquete perguntado a opinião de seus espectadores sobre a “baderna” nas manifestações:

Seguíamos o script: “baderna, me inclua fora dessa [...] protesto tem de ser pacífico, não pode ter depredação, não pode impedir a via pública”. Rezava o script que manifestação só é legítima quando não atrapalha, do contrário é violência. E a lógica da ordem parecia tão impecável que já se debatia seriamente a possibilidade de trancafiar quaisquer formas de ato público no sambódromo da cidade. Daí o conselho tático do apresentador, que exclui do possível qualquer estratégia: “isso joga esses caras contra a população, porque tem muita gente já revoltada contra essas pessoas que estão fazendo esse tipo de protesto violento”. Para reafirmar o que todos temem, e devem continuar temendo, o programa elaborou a nova enquete de sempre: “Então eu vou fazer uma pergunta em cima disso aqui. Deixa eu ver a pergunta que fizeram aí: ‘você é a favor desse tipo de protesto?’”. Alguma coisa saiu do lugar quando os números apareceram de cabeça pra baixo: “Até agora... a maioria... eu não sei se os caras entenderam bem... mas a maioria tá achando que esse protesto de quebrar tudo é legal...”. O riso irônico que então despontava foi prontamente recolhido: “Quer dizer... a opinião do povo prevalece, eu não quero aqui... eu dou minha opinião, eu não sou a favor de quebra-quebra, protesto, porque eu acho que é vandalismo, acho que é vandalismo”. Seguiu-se a necessidade de retomar o que fora perdido mediante a autoridade de quem porta o microfone: “esse tipo de protesto com baderna, eu sou contra, eu votaria não, *eu votaria não!*”. Contudo, “a voz do povo é a voz de Deus”, e esse seguia sua recusa. Contra o sobrenatural, cabia ainda um último recurso: a correção científica. Para que hipótese e resultado permanecessem o mesmo, a pesquisa carecia de precisão conceitual: “Será que nós formulamos mal a pergunta? ‘Você é a favor de

protesto *com baderna?* Eu acho que essa seria a pergunta [...] Faça a pergunta do jeito que eu pedi, por favor, [...] porque aí fica claro, que senão o cara não entende”.

E então, o “povão” ou, mais precisamente, aquela audiência específica, habituada a temer fantasmas de Vândalos e Bandidos, se mostrou teimosa na resposta que, a essa altura, só poderia ser lida como uma reação irracional: “Já deu pra sentir: o povo tá tão pê da vida [...] que apoia qualquer tipo de protesto [...]. Fiz duas pesquisas, achei até que uma palavra poderia simplesmente não estar sendo entendida. A palavra ‘protesto’ poderia englobar um protesto com baderna ou sem baderna, mas as duas pesquisas deram praticamente a mesma proporção, o mesmo resultado. As pessoas estão apoiando o protesto porque não querem o aumento da passagem. Então pode tirar daqui”. Com um gesto de mão, Datena empurrou para o lado o quadro virtual que exibia o resultado da enquete. (VIANA, 2013, p.53-54)⁵⁸.

Foi justamente por causa dessa questão que passei a observar com mais atenção o fato de que não haviam apenas dois enquadramentos paralelos sendo construídos sobre a atuação da tática, havia sim o enquadramento construído a partir das práticas discursivas da mídia tradicional e havia, obviamente, o enquadramento construído pelas práticas discursivas dos próprios sujeitos, adeptos da tática black bloc, mas havia também um terceiro enquadramento presente, influenciado por ambos os anteriores, mas que não refletia de forma mecânica nenhum dos dois. Esse era o enquadramento construído pela “multidão”, dentro e fora das manifestações, informada pela mídia tradicional e alternativa, que acionava seus próprios esquemas primários de interpretação, indo muitas vezes além das molduras construídas por ambos.

Ainda sobre o discurso midiático devo ressaltar que existe uma grande ironia, e até hipocrisia, no posicionamento assumido pela mídia ao criminalizar as manifestações “violentas” e acusar os tais “vândalos” e “baderneiros” de desviarem a atenção das “verdadeiras questões” dos protestos sendo que no limite quem decide cobrir ou não a violência e se concentrar nas “verdadeiras questões” é a própria mídia.

É a cobertura que define qual será o foco das reportagens, e a mídia tradicional quer capturar cenas de violência nas ruas. O “vandalismo” vende, a “baderna” dá audiência e é justamente assim que a tática black bloc se insere nesse cenário de uma forma bastante peculiar, ao se apropriar dessa dinâmica e utiliza-la para buscar visibilidade para as pautas dos protestos. Como veremos adiante, os participantes das black blocs estão cientes de que, na maioria das vezes, a cobertura midiática sobre manifestações, pacíficas ou violentas, não leva a sério o significado

⁵⁸ O vídeo editado está disponível em: <<http://youtu.be/7cxOK7SOI2k>>. Acesso em: 17 set. 2016.

político de suas pautas, no entanto, os meios de comunicação, em geral, dão prioridade ao espetáculo violento promovido pelos “vândalos” do que a uma passeata pacífica. Daí a estratégia que prioriza a “violência” como forma de atuação é uma ação consciente para atrair a atenção da mídia, uma performance cujo objetivo é gerar discussões e debates sobre as pautas dos protestos.

Como aponta Dupuis-Déri (2014)

Acadêmicos que analisaram sistematicamente a relação entre mídia e manifestações violentas concordam que o uso da força ajuda a gerar cobertura significativa na mídia, ao menos no início (porque, quando as manifestações violentas se transformam em rotina, o interesse da mídia pode diminuir). (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.164).

Essa consciência de que sua ação é uma performance para atrair a atenção da mídia para os protestos e para a própria brutalidade da repressão policial também esteve claramente presente nas falas de meus interlocutores durante a pesquisa:

Manifestação pacífica não muda nada, a intenção da tática é chamar a atenção das mídias tanto nacionais quanto internacionais. Algumas pessoas também pensam dessa maneira e ações de adeptos da tática mostram a elas que não estão sozinhas. (Entrevista com Adepto da tática black bloc, 2015).

A participação da tática foi essencial. De certa maneira, independente do rótulo, a mídia usou como "vandalismo" e isso tomou manchetes e trouxe holofote para os reais problemas. (Entrevista com Adepto da tática black bloc, 2015).

É interessante notar que quando uma black bloc entra em ação, por mais que não seja visível de forma tão clara, esse objetivo é frequentemente alcançado. Normalmente, a resposta da mídia segue um padrão bastante similar quando as manifestações se tornam “violentas”.

Primeiro os editoriais e colunistas costumam atacar e criminalizar os “vândalos mascarados” e “arruaceiros”, questionando a violência utilizada pelos adeptos da tática. No dia seguinte a cobertura já assume um tom um pouco mais informativo, com a denúncia de “vândalos infiltrados” nos protestos que tem pautas legítimas, por vezes trazendo porta-vozes dos movimentos envolvidos, explicando a agenda das manifestações e ainda repreendendo os excessos cometidos pelos manifestantes violentos. Em seguida é normal que intelectuais e representantes das autoridades sejam chamados a se manifestar e comentar as ações dos “baderneiros” em contraposição aos demais manifestantes.

Ora, o que essa dinâmica propicia é um crescimento da atenção sobre os protestos. Manifestações que acabariam sendo ignoradas ou cobertas de forma

superficial pela mídia, recebem uma atenção especial graças a atuação “violenta” dos adeptos da tática black bloc e, por mais que a discussão sobre a própria violência tome destaque nos primeiros momentos, aos poucos a agenda das manifestações recebe também mais atenção e mais cobertura.

Mesmo com essa nova atenção aos protestos, no entanto, é importante ressaltar que a leitura sobre a violência nas manifestações ainda se restringia a falar pouco sobre brutalidade policial e as violações ao direito de manifestação e de expressão, além das detenções e prisões irregulares e dos diversos ilegalismos cometidos contra os manifestantes, tema que discutirei mais adiante nesta tese. O foco da cobertura sobre a violência ainda se manteve focado sobre a depredação do patrimônio público e o “vandalismo” de determinados grupos “infiltrados” entre os manifestantes legítimos⁵⁹, e aqui a tática black bloc aparece como o bode expiatório perfeito.

⁵⁹ Ver: Arnaldo Jabor fala sobre onda de protestos contra aumento nas tarifas de ônibus. Jornal da globo. Rio de Janeiro, 12 jun. 2013. Disponível em: <<http://globoTV.globo.com/rede-globo/jornal-da-globo/v/arnaldojabor-fala-sobre-onda-de-protestos-contr-aumento-nas-tarifas-de-onibus/2631566>> . Acesso em: 15 set. 2016. Ver: Secretário de Segurança do Rio quer ‘vândalos infiltrados’ presos. Último segundo. São Paulo, 21 jun. 2013. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/2013-06-21/secretario-de-seguranca-do-rio-quer-vandalos-infiltrados-presos.html>> . Acesso em: 15 set. 2016. Ver: Protestos pelo país reúnem mais de 250 mil pessoas. G1 Brasil. Rio de Janeiro, 18 jun. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-reunem-mais-de-250-mil-pessoas.html>> . Acesso em: 15 set. 2016. Ver: Vândalos de SP, RJ e RS podem estar infiltrados nas manifestações em BH, diz polícia. Estado de Minas. Belo Horizonte, 23 jun. 2013. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/06/23/interna_gerais,411467/vandalos-de-sp-rj-e-rs-podem-estar-infiltrados-nas-manifestacoes-em-bh-diz-policia.shtml> . Acesso em: 15 set. 2016.

FIGURA 7 - MANIFESTANTE EM 2013



FONTE: UOL notícias, 2013.

Violência e vandalismo tornam-se então sinônimos automáticos na linguagem midiática, a brutalidade policial e a desproporcionalidade e irregularidade das ações repressivas, no entanto, ainda precisam ser diretamente nomeadas para que sejam posta em pauta. Como aponta Solano (2014, p.286) “enquanto a destruição de vidraças de bancos ganha enorme visibilidade, a repressão da polícia a manifestantes pacíficos segue invisível para a maior parte da grande imprensa”, e mesmo quando é visível, muitas vezes é legitimada pelo discurso da hipermilitarização como resposta à cultura do medo.

FIGURA 8 - POLICIAL MILITAR EM 2013



FONTE: UOL Notícias, 2013.

É justamente essa relação ambígua na interpretação da violência, e na instrumentalização política da mesma, que busco explorar nesta tese, por um lado buscando questionar essa legitimidade do uso da força pelo Estado, a tal ponto que suas violações sejam invisibilizadas. E por outro buscando uma compreensão mais profunda dessa “violência/vandalismo”, observando a atuação da tática black bloc nos protestos no Brasil nesse contexto pós-junho de 2013, em ruas ocupadas, mas politicamente fragmentadas. Busquei compreender como se legitima, entre os próprios sujeitos, o recurso à violência? Como se relaciona a ação violenta com a reivindicação política? Qual a pauta, por assim dizer, das ações violentas? E em paralelo, mas não menos importante, o que estava sendo definido como “violência”?

3 “SEM ROSTO, SEM LÍDERES”: SOBRE A TÁTICA DOS MASCARADOS

Na conjuntura apresentada de manifestações e protestos, observando a instrumentalização política da violência como foco principal de atenção desta pesquisa, um dos protagonistas deste processo a partir de 2013 sem dúvida foi a tática black bloc, cujas origens, objetivos, princípios e formas de atuação busco apresentar nas próximas páginas. A partir dos dados empíricos levantados no trabalho de campo, pelas entrevistas, questionários e observação intento dar mais clareza aos enquadramentos construídos pelos próprios adeptos da tática e à mensagem que buscam transmitir por meio de suas ações diretas.

FIGURA 9 - BLACK BLOC NAS MANIFESTAÇÕES DE 2013



FONTE: FACEBOOK Black Bloc Curitiba, 2013.

Não foram poucos os dados relevantes levantados durante a pesquisa, e devo ressaltar que a cada vez que procuro alguma informação para complementar ou esclarecer os resultados até aqui acabo encontrando novos dados, novas perspectivas sobre determinados eventos, novas leituras sobre a ação da tática, novas informações sobre casos particulares que merecem atenção, ou no mínimo um olhar um pouco mais atento. A cada dia novos artigos, monografias, dissertações e teses são produzidas sobre esse tema, o que torna o trabalho de revisão da literatura praticamente sem fim e invariavelmente incompleto.

Mais do que isso, a constante polêmica sobre esse assunto faz com que mesmo as definições mais básicas sobre a tática, como seu recurso à ação direta por exemplo, sejam questões marcadas pelo dissenso inclusive entre os seus adeptos, mas como o tempo urge e a pesquisa deve estabelecer um recorte, ou o trabalho do pesquisador jamais chegará ao fim, mantenho meu foco nas próximas páginas em tentar deixar mais claro do que se trata a tática black bloc, de acordo com as fontes mais confiáveis, os autores que se dedicaram à esse tema em outros contextos, e especialmente, os próprios adeptos da tática, com o apoio do extenso trabalho de campo realizado durante os últimos 4 anos.

3.1 A TÁTICA BLACK BLOC

Para compreender a relação de forças e ações “violentas” que tomaram as ruas durante e após as *jornadas de junho de 2013*, os sujeitos que mais atraem o olhar dessa pesquisa e põem em cheque a legitimidade do monopólio da violência pelo Estado, tomando para si a violência como uma forma de atuação política, como linguagem e como mensagem são os adeptos da tática black bloc.

O nome ficou famoso nas narrativas midiáticas sobre “vandalismo e depredação de patrimônio público e privado”, e também nos discursos das forças de segurança para se referir a “criminosos infiltrados nas manifestações”. Mas o que é essa tal black bloc? De onde surgiram? Quais seus objetivos, suas pautas, sua organização? Existe uma mensagem em suas ações? Qual é, afinal, essa mensagem que buscam transmitir por meio da “violência”? E indo ainda mais longe nas reflexões, isso pode ser chamado mesmo de violência?

Não é tarefa simples compreender, e muito menos explicar, o que é e como funciona a black bloc, essa figura controversa que ganha destaque no Brasil durante as manifestações de junho de 2013, e desde suas primeiras aparições é enquadrada nos discursos da mídia tradicional como vândalos, baderneiros e arruaceiros violentos, oportunistas e/ou infiltrados sem qualquer intenção política em suas ações, que só estariam interessados em desvirtuar as manifestações e se aproveitar do caos instalado por suas ações. Mas será que é mesmo possível definir a tática black bloc nestes termos? A resposta é não, como discuto nas próximas páginas, na medida em que é justamente através de suas ações e de suas mensagens de crítica que se

fundamenta minha análise sobre a instrumentalização política da violência para além do monopólio do Estado.

Do que se trata então a black bloc? Antes de tudo, é preciso ter claro que a tática black bloc não é um movimento social em si, não se trata de um grupo organizado, com pautas claras, bandeiras únicas e ideologias bem definidas. De acordo com sua própria definição black bloc é apenas uma tática, uma forma de protesto fundada na violência-espetáculo, ou na destruição seletiva de propriedade, ou ainda na defesa contra a repressão promovida pelas forças do Estado, cujo principal objetivo é dar visibilidade à presença de uma crítica radical aos sistemas econômico e político vigentes.

A proposta é a de construir uma tática organizada de resistência e de enfrentamento direto na luta por determinadas pautas, podem ser várias, onde um grupo de militantes opta por se vestir de preto e cobrir o rosto para evitar serem identificados e perseguidos pela polícia. Acho que o objetivo principal é servir de tática de autodefesa contra os ataques policiais às manifestações, ocupações e outros espaços autônomos e de ajudar as pessoas que fazem parte das manifestações, mas que não participam diretamente da organização da tática. Não é raro ver pessoas que fazem parte da tática ajudar pessoas que estão sofrendo com os ataques da polícia durante manifestações. Dependendo, ainda, a tática utiliza da violência simbólica contra certos símbolos capitalistas e imperialistas. Acho que um dos ideais ainda é unificar certas pautas que parecem distintas em uma só - a derrubada do sistema capitalista e de mostrar que há sim algo extremamente legítimo nessa violência simbólica. (Entrevista com Adepto da tática black bloc, 2015).

A tática nada mais é do que uma performance midiática de ataque direto ao sistema capitalista e suas representações. É claro, serve principalmente, para a defesa da manifestação quando há confronto. (Entrevista com Adepto da tática black bloc, 2015).

Suas ações consistem, principalmente, na formação de linhas de defesa e cordões de isolamento para enfrentar a repressão policial, impedir a infiltração de agitadores e proteger os demais manifestantes, além de atacar símbolos do sistema capitalista e do poder estatal. Suas bandeiras e pautas, no entanto, podem variar de acordo com os contextos específicos em que se manifestam, o que os diferencia e identifica em relação a outros grupos não é sua agenda, mas suas formas de atuação, inclusive a constituição desses grupos é variável e seus membros não são sempre os mesmos, além de não haver uma organização hierárquica, institucional, ou formal para além dos próprios atos.

[...] o termo Black Blocs representa uma realidade mutável e efêmera. Os Black Blocs são compostos por agrupamentos pontuais de indivíduos ou

grupos de pessoas formados durante uma marcha ou manifestação. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.10).

- Então existe um sentimento de pertencimento entre os membros da tática?
- Sim, criamos um vínculo de amizade nos atos, afinal, precisa confiar no camarada do seu lado, mas isso não é regra.
- Você diria que vocês são um grupo? Existe um contato entre vocês para além das manifestações?
- Somente porque já nos conhecíamos, não por conta da tática, muita gente que participou, não temos ideia de quem seja. (Entrevista com Adepto da tática black bloc, 2015).

Assim, o primeiro passo para que se possam compreender do que de fato se fala quando nos remetemos ao termo black bloc é desconstruir uma certa fetichização da própria linguagem construída pela mídia nacional, que se refere à tática usando o artigo definido e com letras maiúsculas “O Black Bloc”, como se tratasse de uma organização, uma entidade, um grupo estável, com uma liderança ou comando centralizado e definido, pressupondo inclusive algum tipo de filiação permanente de seus adeptos, “somos Black Bloc!”.

Já começa aí a série de mal-entendidos. A black bloc nada mais é do que uma tática de ação, um modelo de como agir em manifestações, assim como são também táticas a panfletagem, o piquete, o *sit-in*, a greve, nem por isso tais ações são consideradas movimentos autônomos. Ninguém é membro da panfletagem, tampouco o piquete constitui uma entidade organizada, da mesma forma que ninguém que participa de uma greve passa a fazer parte automaticamente de algum tipo de organização. São apenas táticas de ação que podem ser adotadas por qualquer manifestante, ou movimento social de acordo com a necessidade e a estratégia adotada. Quanto ao uso do termo no feminino, que pode soar estranho ao ler esta tese, trata-se de respeitar um ponto em que fui corrigido, em mais de uma ocasião, pelos próprios adeptos da tática, afinal é “a” tática, e não “o” movimento.

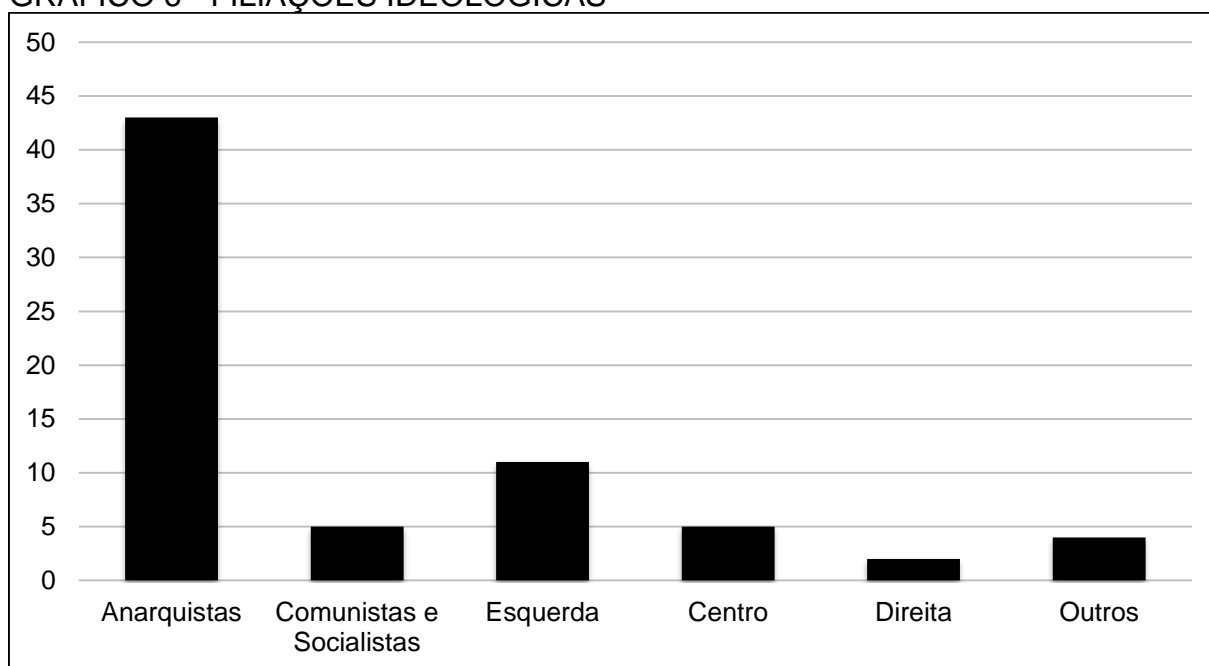
Assim, a black bloc pode ser posta em prática por qualquer grupo de manifestantes, sejam professores, estudantes, ambientalistas ou militantes de quaisquer causas, sem qualquer tipo de restrição ou limitação de posicionamentos políticos ou ideológicos, e uma vez terminada a ação, seus membros não são “black blocs”, são apenas militantes que recorreram a esta tática em determinado momento, daí também o uso do termo “os adeptos da tática black bloc” e não “os black blocs”.

Apesar desse caráter pontual, efêmero e diverso da black bloc, é indiscutível que suas principais influências remontem à ideologias de tendência anticapitalistas, anarquistas e libertárias, especialmente considerando que a tática se disseminou

sobretudo nos anos 90 através da contracultura punk (DUPUIS-DÉRI, 2014), mas como veremos pelos dados empíricos levantados entre os adeptos da tática, há uma diversidade de posições ideológicas no interior da tática, variando dentro de um espectro mais à esquerda, porém sem estabelecer normas, restrições ou dogmas políticos.

“Não existem programas, estatutos ou membros do Black Bloc. Existem, porém, ideias e utopias políticas, que determinam nossas vidas e nossa resistência. Essa resistência tem muitos nomes, e um deles é Black Bloc”.
(SCHWARZER BLOCK apud DUPUIS-DÉRI, 2014, p.43).

GRÁFICO 6 - FILIAÇÕES IDEOLÓGICAS



FONTE: O Autor, 2016⁶⁰.

O GRÁFICO 6, construído a partir do questionário aplicado durante esta pesquisa demonstra claramente como é amplo o espectro de posições ideológicas apenas dentro desse recorte específico com uma amostragem limitada, e ainda mais diverso se pensarmos o alcance de todo o universo desse campo de pesquisa. Ainda assim fica clara também a predominância de manifestantes que se declararam anarquistas, e outras variantes dentro desta chave.

⁶⁰ Por se tratar de uma questão feita de forma aberta no questionário a tabela foi organizada em categorias que envolvem respostas de tendências similares da seguinte forma: Anarquistas (Anarco-comunista, Anarcofemzen, Anarco-individualista, Anarco-sindicalista, Anarco-socialista, Anarquista e Antifascista), Comunistas e Socialistas (Comunista, Socialista, Socialista-libertário), Esquerda (Esquerda, Esquerda libertária, Extrema esquerda), Centro (Centro, Centro esquerda), Direita (Direita, Direita liberal) e Outros (Libertário, Pós-anarquista, Sem posicionamento definido).

3.1.1 O nascimento

Mesmo existindo enquanto tática desde a década de 1980, mobilizada especialmente pelos grupos *Autonomen* na Alemanha, foi em 30 de novembro de 1999 que a black bloc ganhou destaque ao protagonizar a cobertura das manifestações durante a reunião da cúpula da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Seattle, onde a mídia os apresentou com uma visão bastante negativa, ressaltando a violência e o vandalismo de seus atos e esvaziando suas ações de qualquer sentido político. Os primeiros aparecimentos da black bloc no Brasil são um ponto de disputa, enquanto alguns defendem seu surgimento em junho de 2013, há aqueles que defendem que a tática já era praticada por aqui desde 2000, apenas não tendo sido nomeada dessa forma na imprensa.

QUADRO 1 - BREVE HISTÓRICO DA BLACK BLOC

1980	O termo black bloc (SchwarzerBlock) é usado pela primeira vez pela polícia alemã, como forma de identificar grupos de esquerda na época denominados “autônomos, ou autonomistas”, que lutavam contra a repressão policial aos <i>squats</i> (ocupações).
1986	Fundada, em Hamburgo (Alemanha), a liga autonomista <i>Black Bloc 1500</i> , para defender o <i>Hafenstrasse Squat</i> .
1987	Anarquistas vestidos com roupas pretas protestam em Berlim Ocidental, por ocasião da presença de Ronald Reagan, então presidente dos EUA, na cidade.
1988	Em Berlim Ocidental, adeptos da tática black bloc confrontam-se com a polícia durante uma manifestação contra a reunião do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).
1992	Em São Francisco (EUA), na ocasião do 500º aniversário da descoberta da América por Cristóvão Colombo, adeptos da tática black bloc manifestam-se contra o genocídio de povos nativos das Américas.
1999	Seattle contra a Organização Mundial do Comércio (OMC). Estima-se em 500 o número de adeptos da tática black bloc que destruíram o centro econômico da cidade.
2000	Em Washington, durante reunião do FMI e Banco Mundial, cerca de mil adeptos da tática black bloc anticapitalistas saíram às ruas e enfrentaram a polícia.
	Em Praga (República Tcheca), forma-se um dos maiores black blocs de que se tem notícia, durante a reunião do FMI. Cerca de 3 mil anarquistas lutam contra a polícia tcheca.

	Em São Paulo, manifestantes, com tática semelhante à black bloc atacaram uma loja do McDonald's na Avenida Paulista, mas ainda não foram identificados pelo nome black bloc pela imprensa nacional.
2001	Quebec (Canadá). Adeptos da tática black bloc são acusados de agredir um policial durante uma marcha pela paz nas ruas de Quebec. Após esse evento, a população local e vários manifestantes de esquerda distanciaram-se da tática e de seus métodos.
	A cidade de Gênova (Itália), ao mesmo tempo, recebeu a cúpula do G8 e realizou o Fórum Social de Gênova, com um grande número de adeptos da tática black bloc, além de aproximadamente 200 mil ativistas. A ação ficou marcada pela violenta morte do jovem Carlo Giuliani, de 23 anos.
2007	Em Heiligendamm (Alemanha), reunião do G8 foi alvo de uma ação com a participação de cerca de 5 mil adeptos da tática black bloc.
2010	Toronto (Canadá), na reunião do G20 mais de 500 manifestantes foram presos e dezenas de outros ativistas foram parar em hospitais com inúmeras fraturas.
2013	Cairo (Egito). A tática black bloc aparece com forte atuação nos protestos da Praça Tahir, no combate e resistência ao exército do então presidente Hosni Mubarak.
	Brasil. Nas chamadas jornadas de junho que tomaram as ruas das cidades brasileiras, adeptos da tática black bloc ganharam visibilidade com atos abertamente hostis contra o patrimônio (principalmente quebrando a fachada de grandes instituições bancárias e contra a polícia militar que reprimia as manifestações).
2014	A tática black bloc aparece frequentemente nas manifestações contra a Copa do Mundo da FIFA, realizada no Brasil neste ano.
2015	A presença da tática nas grandes manifestações ocorridas nesse ano é pequena, no entanto sua atuação é importante em movimentos de ocupações de escolas, entre outros, pelo Brasil.

FONTE: COSTA, 2010 (Adaptado e complementado pelo autor).

De lá para cá os discursos sobre a tática black bloc não tem variado muito, e a mesma é frequentemente associada de forma indiscriminada ao caos, à destruição de propriedade e ao vandalismo. No Brasil não foi diferente, no entanto, é importante ressaltar que há uma disputa pela verdade entre os enquadramentos concorrentes produzidos pela mídia tradicional, pelas mídias alternativas, pelos próprios adeptos e páginas da tática black bloc. Essa disputa se dá inclusive no campo do significado dos termos mobilizados, enquanto a mídia tradicional usa palavras como “vândalos” e “baderneiros” na tentativa de deslegitimar as ações da tática, ao invés de negar tais alcunhas os adeptos da tática as ressignificam, como fica claro em uma postagem compartilhada pela página do facebook Black Bloc Curitiba em 25 de maio de 2015:

Você conhece a origem das palavras "Baderneiro" e "Vândalo"?

"Baderneiros" - Fãs de Maria Baderna, uma bailarina italiana que viveu no Rio de Janeiro no século XIX e que scandalizou a sociedade escravista brasileira ao aprender e difundir as danças africanas perseguidas pelas autoridades. Em meio à polêmica de que ela estava "corrompendo" a juventude brasileira, aqueles que defendiam seu espírito transgressor passaram a ser chamados de "baderneiros"

"Vândalos" - um dos muitos povos chamados de "bárbaros" pelos romanos e que viriam a derrubar o império. Mas não qualquer povo e sim um dos únicos a se recusar a lutar em defesa das elites romanas contra os escravos rebeldes e contra outros povos. Não se usa "visigodo" ou "ostrogodo" para caracterizar depredação e destruição porque do ponto de vista dessa elite o problema não era a violência, comum a todos os povos, mas o fato de os vândalos não se sujeitarem ao papel de cães de guarda dos latifundiários escravocratas.

Se a imprensa e os governantes chamam os que ocupam as ruas de vândalos, de bárbaros, não devemos nos envergonhar, eles conhecem esta história. É por isso que os senhores tremem nos palácios em Roma. (FACEBOOK Black Bloc Curitiba, 2015, s.p.).

Essa disputa pela verdade se reflete diretamente na percepção sobre a tática, na medida em que apesar do discurso midiático majoritariamente desfavorável à black bloc, sua recepção pela opinião pública não foi tão homogênea assim, e algumas pesquisas de opinião realizadas mostravam a flutuação dessa percepção:

No Brasil, houve uma agitação tão grande sobre os Black Blocs que, em agosto de 2013, a revista progressista Carta Capital fez a seguinte enquete com seus leitores: "O Black Bloc, forma de protesto antissistema, usa a depredação de bancos e fachadas de grandes empresas como meio de atuação. O que você acha? (1) Sou contra qualquer tipo de vandalismo em qualquer hipótese. (2) No caso de determinadas empresas, desde que ninguém seja ferido, sou a favor". O Resultado? 11835 pessoas responderam, das quais 7903 (66%) eram a favor das ações dos Black Blocs. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.19).

A pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT), em parceria com o MDA Pesquisa, divulgada nesta quinta-feira, 7, revela que 93,4% dos entrevistados não apoiam a atuação dos black blocs, mascarados que têm participado das principais ações de vandalismo nas últimas manifestações de rua no Rio de Janeiro e em São Paulo. Apenas 6% são favoráveis à atuação deles. (ESTADÃO, 2013, s.p.)⁶¹.

É justamente esse dissenso sobre a legitimidade da tática e do recurso à violência – ou ao vandalismo – como forma de atuação política e fora do monopólio do Estado, que me levaram a eleger esse recorte específico de análise, a fim de buscar compreender, nesse contexto particular, a instrumentalização política da

⁶¹ Ver: ESTADÃO. Pesquisa indica 93,4% de rejeição a atos de black blocs. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,pesquisa-indica-93-4-de-rejeicao-a-atos-de-black-blocs,1094200>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

violência, suas justificativas, suas dinâmicas e seus sentidos. Trata-se de um fenômeno social que, se por um lado tem pouca legitimidade dentro das instituições democráticas tradicionais, por outro tem um forte apelo político, e mesmo que possa ser mobilizado por qualquer tipo de movimento, possui algumas características que limitam essa diversidade de sujeitos que conseguem se identificar com a tática.

3.2 A IDENTIDADE

...a maioria é de classe média baixa. São usuários do transporte público, do SUS, da escola pública, mas a maioria não vem daquela periferia mais pobre e excluída. (SOLANO et al, 2014, p.38).

A maioria das pessoas que usaram as táticas do Black Bloc têm trabalhos diurnos voluntários. Alguns são professores, sindicalistas ou estudantes. Alguns não tem emprego em tempo integral, mas passam a maior parte do tempo trabalhando para mudar suas comunidades. Eles começam projetos de jardins urbanos e bibliotecas móveis; cozinham para grupos como *Food not Bombs*. São pessoas pensantes e atenciosas que, se não tivessem ideias políticas e sociais radicais, seriam comparadas a freiras, monges e outras pessoas que levam a vida servindo. Existe uma grande diversidade no que somos e no que acreditamos. Conheço pessoas de Black Blocs que vêm da Cidade do México, mas também de Montreal. Acredito que o estereótipo está certo ao dizer que a maioria de nós é jovem e branca, embora eu não concorde com a ideia de que somos uma maioria de homens. Quando estou vestida de preto dos pés à cabeça em roupas pretas largas, com o rosto coberto, a maioria das pessoas pensa que eu também sou homem. O comportamento dos ativistas dos Black Blocs não é associado a mulheres, por isso os repórteres costumam supor que somos todos homens. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.57-58).

Você teria uma surpresa incrível com as pessoas que usam as táticas do Black Bloc, em termos de idade, gênero, profissão. A mídia gosta de pintar um quadro de *hooligans* e bandidos, homens irracionais em fúria. Simplesmente não é verdade. Existem mulheres e provavelmente transgêneros também. Alguns dos anarquistas assustadores trabalham em empregos de assistência social e saúde mental. Isso não vem da bandidagem. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.59).

Somos homens e mulheres. Somos estudantes. Somos trabalhadores. Somos desempregados. Estamos furiosos. Não estamos cooptando uma greve. Fazemos parte do movimento desde o começo, uma de suas facetas, junto com todos os outros [...] Não nos infiltramos em manifestações; ajudamos a organizá-las, fazemos com que elas nasçam. Não estamos sabotando a greve; somos parte integral dela, ajudamos a organizá-la, fazemos seu coração pulsar. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.59).

...a maioria dos membros “estuda os efeitos da economia global, da engenharia genética, da extração de recursos, do transporte, das práticas trabalhistas, da eliminação da autonomia indígena, dos direitos dos animais e dos direitos humanos, e há anos praticamos ativismo nessas áreas. Não somos mal informados nem inexperientes. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.60).

Todas as citações acima se referem ao mesmo esforço de traçar um perfil dos manifestantes que recorrem à tática black bloc como forma de atuação, estão aí

discursos construídos pelos pesquisadores que se dedicaram ao tema, mas também auto definições coletadas dos próprios sujeitos em suas respectivas pesquisas, com manifestantes de variados contextos políticos, sociais e geográficos. O que fica claro entre todas essas definições é a heterogeneidade do campo, inclusive reconhecendo o fato de que nem todos que estão mascarados, vestindo preto e se envolvendo em ações diretas, necessariamente conhecem a tática, como Solano (2014) aponta na última citação.

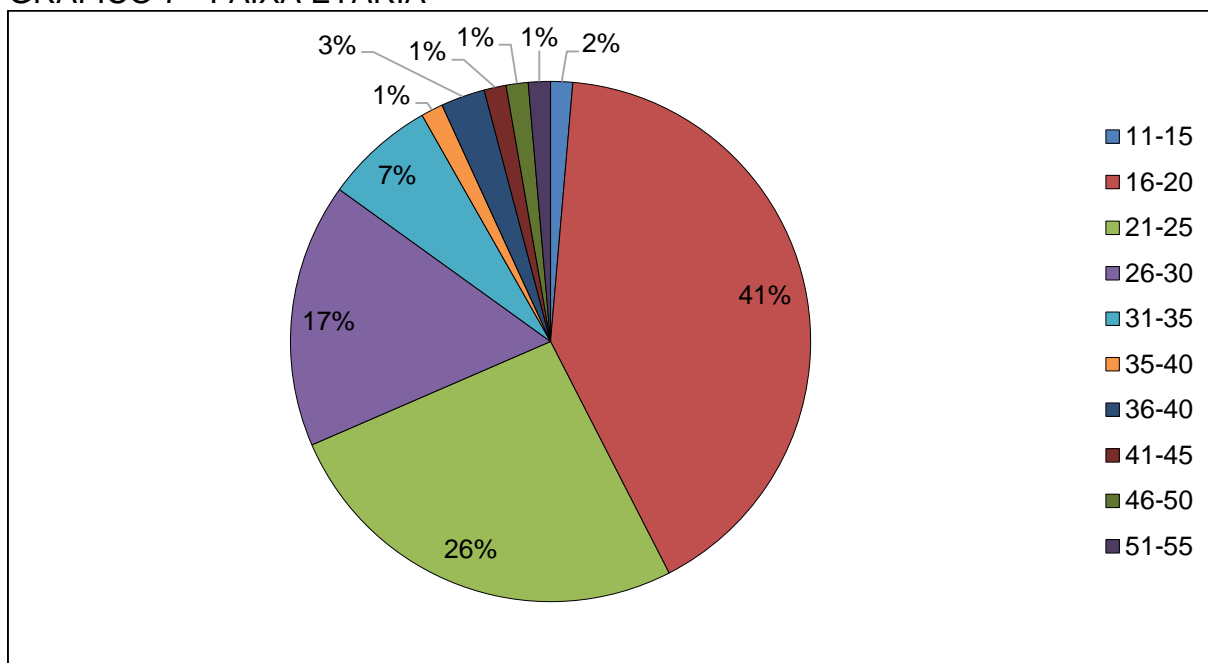
Na amostragem desta tese não foi diferente, estabelecer um perfil inicial dos adeptos da tática mostrou-se uma tarefa mais complexa e com dados muito mais ricos e diversificados do que o discurso comum faz parecer. Por meio de um questionário aplicado online busquei estabelecer algumas características que me permitissem estabelecer esse perfil e, assim como alguns pontos corroboraram as análises de outros autores, também surgiram interessantes elementos fora da curva que confirmam a heterogeneidade entre os adeptos da tática.

3.2.1 O perfil inicial

Quando se fala em black bloc na imprensa nacional fala-se muito em um perfil de jovens, brancos, homens, de classe média e média alta, em geral estudantes universitários bancados pelos pais, sem formação política e sem nada a dizer. Nas próximas páginas apontarei dados empíricos sobre esse perfil, coletados por meio do trabalho de campo desta pesquisa, com uma amostragem bastante representativa, dada a dificuldade de entrada no campo e a importância do anonimato para os sujeitos envolvidos.

Quanto à questão da faixa geracional, de fato a pesquisa demonstrou que boa parte dos adeptos da tática se encaixa na faixa dos 16 aos 20 anos de idade (41%), uma faixa etária um pouco mais jovem do que o esperado. No entanto, como o GRÁFICO 7 demonstra, não podemos generalizar a descrição da tática como algo típico da juventude, na medida que o perfil etário dos sujeitos desta pesquisa é muito mais amplo, variando de manifestantes com 14 anos à época dos protestos, até 55 anos de idade.

GRÁFICO 7 - FAIXA ETÁRIA



FONTE: O Autor, 2016.

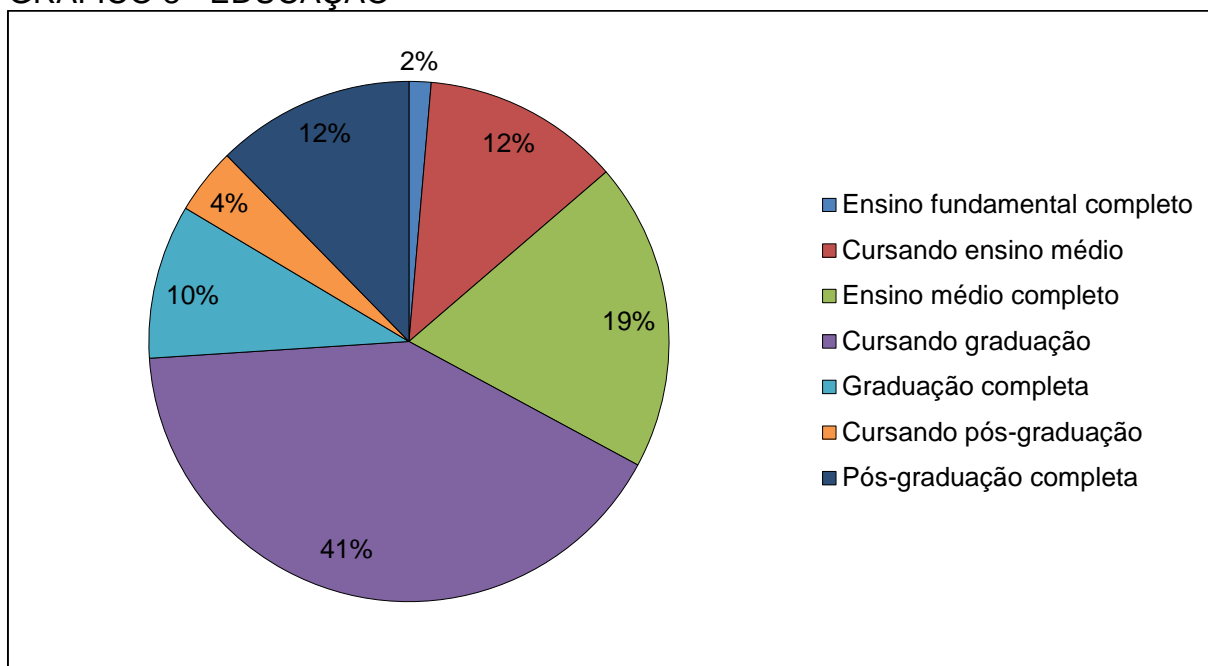
Tal perfil geracional, ainda assim, é bastante previsível, visto que essa faixa etária trata-se também da maior proporção de nossa população. De um total de 191 milhões de habitantes⁶², 51 milhões são de jovens na faixa de 15 a 29 anos de idade (26,7%), e os últimos dados⁶³ sobre a participação política dessa juventude demonstram que a tese de que temos uma juventude despolitizada nada mais é do que uma falácia. Os jovens brasileiros querem mudar o país, e cada vez mais tem se engajado em ações e mobilizações políticas, como demonstrado pela participação desde junho de 2013, e também mais recentemente com a ocupação das escolas pelos estudantes secundaristas pelo Brasil.

De acordo com o GRÁFICO 8, que representa a escolaridade dos sujeitos desta amostragem, a maioria (60%) são estudantes de graduação ou tem o ensino médio completo, no entanto, é possível observar também um número elevado de adeptos da tática com graduação e pós graduação (26%), o que permite questionar até que ponto estamos realmente falando apenas de jovens sem ingênuos, inexperientes, impressionáveis e manipulados por ideias utópicas.

⁶² De acordo como último censo do IBGE de 2010.

⁶³ Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros, Secretaria Nacional de Juventude, 2013.

GRÁFICO 8 - EDUCAÇÃO



FONTE: O Autor, 2017.

De acordo com a Agenda Juventude Brasil a maioria dos jovens brasileiros

[...] indica “a participação e mobilização nas ruas e ações diretas” (45%); a “atuação em associações ou coletivos, que organizam por alguma causa” (44%); “a atuação em conselhos, conferências, audiências públicas ou canais de participação desse tipo” (35%); a “atuação pela internet” (34%) e a “atuação em partidos políticos” (30%). Ainda, seis em cada sete jovens declaram que participam, já participaram ou gostariam de participar de coletivos e movimentos sociais. (SOUSA, 2015, p.13).

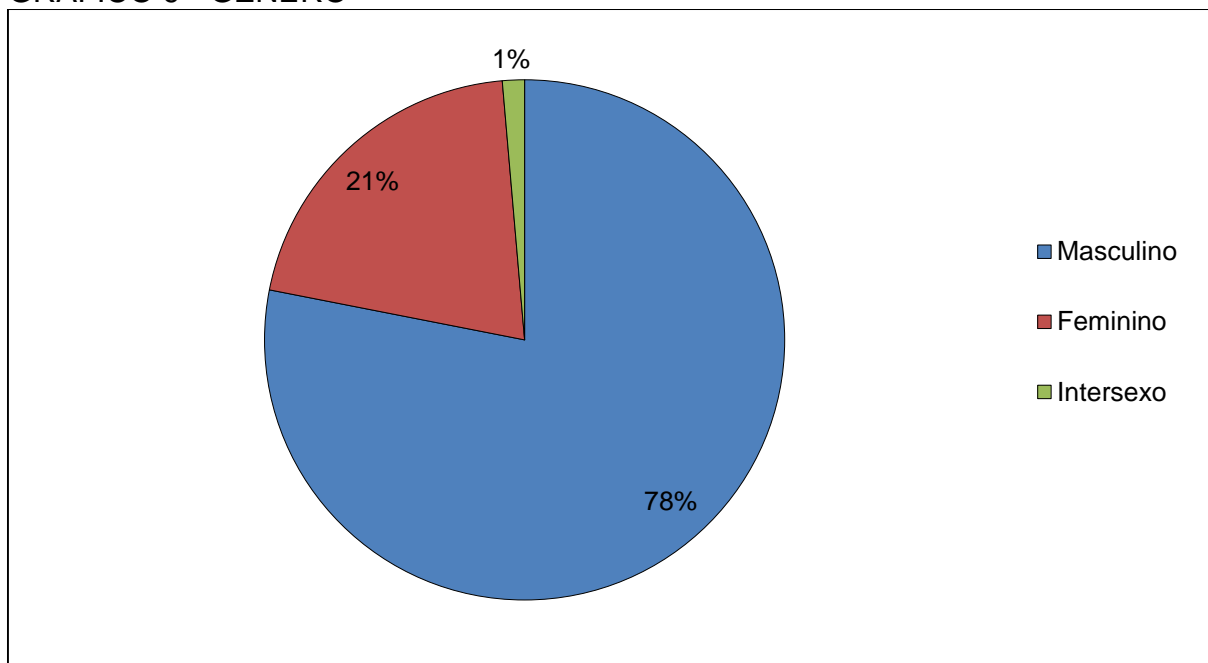
Os jovens que estiveram nas ruas em junho de 2013 fizeram parte de um cenário de protestos, revolta e indignação, e embora não houvesse uma pauta única após a revogação das tarifas de transporte público, deixaram claro o questionamento do modelo de desenvolvimento e a frustração com o modelo de representação política.

É no mínimo desonesto, portanto, partir do pressuposto de que os jovens que aderem à tática black bloc sejam despolitizados e estejam agindo de forma irracional, sem nada a dizer, sem nenhuma mensagem a transmitir, pelo simples fato de que nossa juventude em geral não o é. Como vimos no GRÁFICO 6, tamanha variedade de filiações ideológicas dentro da amostragem revela também certo nível de politização, simplesmente pelo conhecimento de tantas possibilidades dentro do espectro político.

Aqui me parece importante ressaltar ainda que essa faixa geracional majoritária entre os adeptos da tática black bloc não passou por outros momentos

históricos de luta social no país antes de 2013, eles não estiveram na luta contra a ditadura civil-militar, nas Diretas Já ou sequer no impeachment do presidente Fernando Collor. Nesse sentido, a chave a partir da qual interpretam e atribuem sentido à crise política e institucional não é a da esperança pela crença em um sistema mais igualitário, ou a do medo de um sistema autoritário, a chave de sua percepção sobre a política tradicional é a da frustração, com o sistema político e econômico vigente, mas também com a política representativa e mesmo com a democracia de uma forma mais generalizada e com a falta de diálogo entre a população e o Estado, daí o terreno fértil para as posições de tendências anarquistas e as ações diretas “violentas”.

GRÁFICO 9 - GÊNERO



FONTE: O Autor, 2017.

Outro ponto importante a ser observado nesse perfil são as relações de gênero, marcadas também por uma participação majoritária de homens nas fileiras da tática, no entanto, a proporção de mulheres que aderem à tática está longe de ser inexpressiva, chegando a 21% do total da amostragem conforme o GRÁFICO 9. Um número ainda baixo se pensado em termos de cotas de representatividade ou políticas de igualdade de gênero, mas expressivo quando comparado ao discurso midiático sobre a tática que reproduz uma lógica simplista que simplesmente não é capaz de

reconhecer que as mulheres podem recorrer a violência e a ação direta e atribuem esses atos a um comportamento “tipicamente masculino”.

A questão da participação das mulheres na tática, no entanto, está longe de ser um tema simples de ser abordado, como aponta Dupuis-Déri (2014). A própria estética da black bloc, roupas pretas e máscaras, seria responsável por criar um espaço em que permite questionar as normas de representação dos gêneros

nem sempre há uma distinção clara entre masculino e feminino (qualquer que seja o sentido desses termos) ou entre o que é “eficaz” e o que não é. Nessa ação coletiva, portanto, é possível desafiar as identidades sexuais convencionais e demonstrar que não há, necessariamente, uma contradição entre lutar e cooperar, ou cuidar e agir com violência. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.156).

FIGURA 10 - MILITANTE ADEPTA DA TÁTICA BLACK BLOC



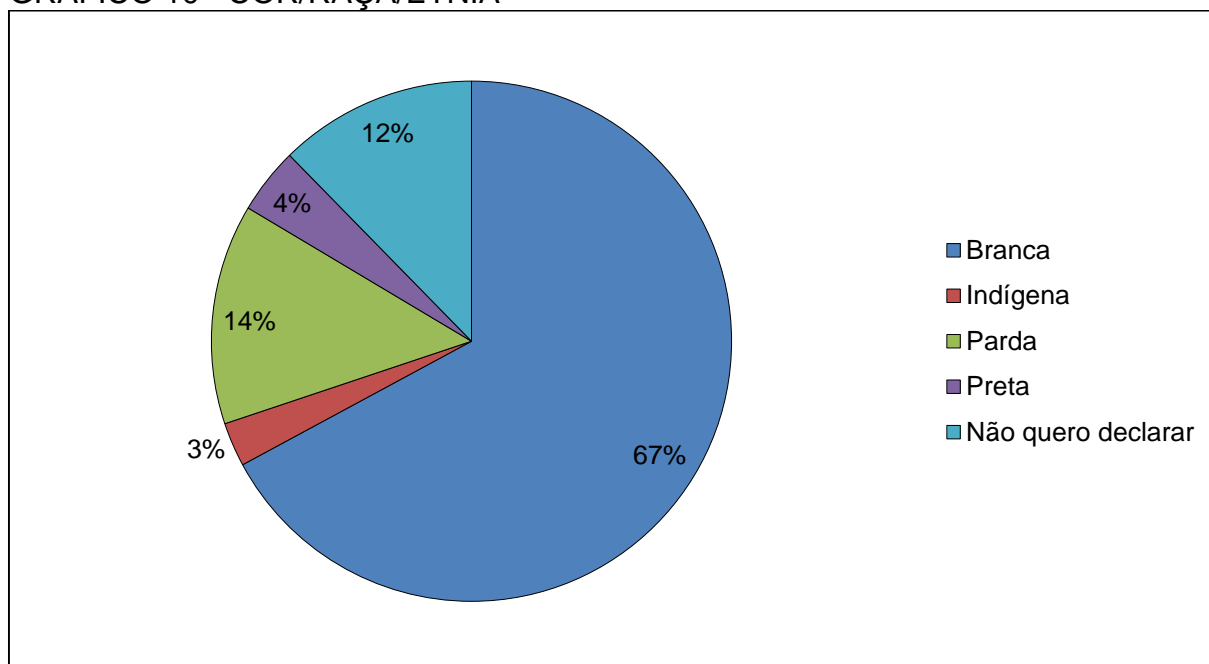
FONTE: FACEBOOK Black Bloc Curitiba, 2013.

Esse é um tema que ainda representa um ponto importante no interior de qualquer tipo de militância política e social, na medida em que o “ativismo das mulheres não impede a misoginia e o comportamento sexista, incluindo o assédio e as agressões sexuais” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.157) inclusive entre os ativistas homens do mesmo grupo, sejam eles de esquerda ou de direita, anarquistas, comunistas ou o que for. No entanto, essa é mais uma questão que foi posta pelo trabalho de campo, mas que para ser abordada de forma satisfatória exigiria a realização de outra tese dedicada apenas a esse objeto dada a complexidade do

mesmo, e infelizmente o tempo para esse trabalho, bem como os limites desta pesquisa não permitem tal empreitada.

Quanto à cor/raça/etnia, os sujeitos da pesquisa também se encaixaram no previsto, compostos por uma maioria (67%) que se autodeclararam brancos. Foi interessante notar também a presença de sujeitos que se declararam indígenas (3%) e a baixa participação de negros (4%) entre os adeptos da tática black bloc nessa amostragem.

GRÁFICO 10 - COR/RAÇA/ETNIA



FONTE: O Autor, 2017.

Esse é um ponto a ser ressaltado devido a certa contradição que se coloca ao observar dois discursos concorrentes sobre a tática. O discurso midiático, que os coloca como jovens brancos da classe média alta, e a dos próprios manifestantes, que se descrevem como filhos da periferia e vítimas constantes da opressão do Estado e do genocídio da população negra e pobre do país. Ao observar essa amostragem é interessante perceber que, por um lado, o discurso midiático está correto em afirmar que são jovens brancos, no entanto o discurso acionado nas páginas e declarações dos adeptos da tática, fica claro que as questões de classe e de acesso à cidade são pontos chave de sua frustração e indignação.

O que fica evidente ao cruzarmos as informações demonstradas até aqui com dados de moradia e acesso⁶⁴ desses sujeitos é que ambos os discursos têm seus limites e suas falhas. Não se tratam de jovens mimados, de classe média alta, tampouco são indivíduos completamente marginalizados às sombras do sistema, excluídos de quaisquer formas de exercício da cidadania. E como aponta Dupuis-Déri, por meio da fala de um manifestante, os adeptos da tática estão, em certa medida, cientes dessa situação de não serem eles próprios completamente excluídos ou marginalizados:

“Também entendemos que pessoas em diferentes situações tem diferentes necessidades. Em outras palavras, nem todo mundo pode ou quer apanhar e ser preso por um ato que pode ou não ser considerado taticamente útil [...] Por exemplo, como quatro estudantes universitários brancos, é muito fácil para nós sermos militantes em ações desse tipo. Além de termos fácil acesso à advogados, os policiais e tribunais nos tratam melhor do que classes de pessoas tradicionalmente vitimadas. É muito mais difícil para negros, latinos, desfavorecidos economicamente e pessoas incapazes fisicamente de confrontos físicos intensos assumir essa posição [...] Não somos soldados. Não somos heróis. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.149).

De forma geral são sim jovens, na maioria homens, e brancos, mas são os filhos da classe consumidora, média e média baixa, moradores das regiões metropolitanas e de uma periferia que não faz parte do centro das grandes cidades, mas ainda tem acesso a este, uma geração que cresceu dentro de um sistema político e econômico que associou poder de consumo a ascensão social, e que agora vem cobrar desse sistema a frustração das promessas não cumpridas.

É justamente esse sentimento de frustração com os limites dessa política econômica que permitiu que, com o enfraquecimento e a criminalização de grupos e movimentos sociais tradicionalmente associados à esquerda política, surgissem e ganhassem espaço público movimentos conservadores e filiados à direita política, que cooptando as pautas das manifestações conseguiram mobilizar uma grande parcela da população a partir dessa mesma frustração.

3.2.2 Estética

⁶⁴ Tais dados não foram dispostos em gráficos pela dificuldade de serem quantificados, os mesmos foram coletados de forma qualitativa durante entrevistas e conversas informais realizadas com os sujeitos, além daqueles coletados por meio da etnografia virtual.

Como tenho insistido até aqui, a black bloc não é um grupo, não é um movimento, não possui lideranças, ou organização no sentido institucional do termo, qualquer um pode compartilhar de suas ideias e princípios e aderir a suas práticas a qualquer momento. Observar e entrar em contato direto com seus membros permitiu corroborar o fato de que realmente não se trata de um grupo rígido e fechado, no entanto, ficou claro também que existe certa identidade coletiva em geral associada a uma tendência anticapitalista, expressa de forma concreta pelas máscaras e roupas pretas. Mais do que o recurso à violência, ou o imprevisto de escudos e armas defensivas, o que distingue os adeptos da tática black bloc de outros grupos é sobretudo a sua estética. Mesmo porque, há muitos casos, nacionais e internacionais, onde adeptos da tática estiveram presentes em passeatas e manifestações sem atos de “vandalismo” ou confrontos diretos com as forças policiais.

Portanto, o que distingue a tática dos Black Blocks não é o recurso à força, tampouco o uso de equipamentos defensivos e ofensivos em passeatas e manifestações, ainda mais porque muitos Black Blocks já protestaram pacificamente e sem qualquer equipamento para confronto. Na verdade, uma das diferenciações do Black Block de outras unidades de choque é a caracterização visual, a roupa inteiramente preta e suas raízes históricas e ideológicas, seja no discurso dos integrantes ou nas ações do bloco. (FACEBOOK Black Bloc Curitiba, 2014, s.p.).

As roupas pretas e máscaras não são aleatórias, e vão além da óbvia questão do anonimato e da proteção da identidade contra possíveis consequências legais, que não deixa de ser um elemento importante, mas que não é o único fator. Seu objetivo é construir um sentimento de unidade e solidariedade entre os adeptos da tática. De acordo com seus próprios argumentos, o anonimato, além de uma forma de proteção, é uma ferramenta para manter o caráter de ação coletiva, horizontal e sem lideranças, sem rosto.

As máscaras não servem de "esconderijo covarde" para os nossos rostos, como bem pregam as forças reacionárias, mas para expor o processo que nos levará à emancipação social como algo que só pode vir a acontecer por meio da ação coletiva autônoma. Sem rosto, sem líderes. (FACEBOOK Black Bloc Curitiba, 2013, s.p.)

A ideia é de que estamos ali como ideal, e não como pessoas propriamente ditas quando participamos de um ato político com nosso rosto à mostra, está presente ali a pessoa “X”, com a máscara, está uma ideia. (Entrevista com Adepto da tática black bloc, 2013).

Além disso, existe também a questão estratégica de que com todos vestidos de preto, praticamente uniformizados, o bloco transmite a ideia para os demais

manifestantes, e também para as forças de segurança de que eles estão prontos para agir quando necessário, e ainda permite que quando o fizerem os membros da tática possam ir e voltar para a massa homogênea desaparecendo individualmente no meio do grupo, frustrando, pelo menos em parte, a vigilância policial e a identificação de responsáveis individuais por quaisquer atos de “vandalismo” cometidos.

É importante ressaltar, que quando digo “prontos para agir quando necessário”, estou falando aqui em duas formas distintas de atuação da tática black, a ação direta contra símbolos do capitalismo e do poder estatal, pela qual a tática ficou conhecida, mas também as ações de defesa das manifestações contra a repressão policial, que por sinal, aparece no discurso dos adeptos da tática como um elemento muitas vezes mais importante do que a própria ação direta.

O objetivo da tática é agir de forma direta nas manifestações e protestos, contra as forças opressoras do estado, pois infelizmente não se tem diálogo com o governo sendo assim uma forma de fazer ser percebida a indignação do povo e ajudar a proteger os outros manifestantes não adeptos da tática como vimos nos protestos de 2013 pra cá. (Entrevista com Adepto da tática black bloc, 2015).

Uma das grandes críticas feitas à black bloc é que a sua prática coloca em risco os manifestantes que não querem se envolver em atos violentos. Ora, sendo anônimos como indivíduos mas facilmente identificados como grupo, sua estética permite que todos saibam onde estão as pessoas que se engajarão em ações diretas e confrontos com a polícia se/quando houverem, tornando fácil para outros manifestantes evita-los ou se aproximar deles, assim como serve para atrair a atenção da repressão policial, se colocando voluntariamente como “alvos preferenciais”.

A estética da tática, portanto, não é meramente uma fuga das responsabilidades sobre os atos individuais, uma forma de esconder sua identidade da polícia. Claro que esse é um dos elementos, mas não podemos desconsiderar o elemento simbólico de tornar-se um com o todo, não é apenas omitir sua identidade individual, mas representar um coletivo, uma ideia maior do que cada um e nesse sentido, Solano conseguiu captar muito bem esse sentimento de unidade em uma de suas entrevistas:

- Esther, depois falamos, agora somos bloco.
- Mas o que significa “agora somos bloco”?
- Sim, que agora deixo de ser eu e me junto a eles. O que importa não sou eu, como nome e sobrenome. O que importa é minha causa, aliás, nossa causa. Aqui estamos todos juntos, sem diferenças, todos de preto.

- Então o preto é como uma identidade coletiva, como se não importassem as diferenças?
- Sim, isso. Cobrimos o rosto, além de nos esconder da polícia, para deixar claro que o importante são as nossas ideias, que formamos parte de algo maior, de uma revolta maior. (SOLANO et al, 2014, p.87).

3.2.3 Ideologia e motivação

Outro ponto importante a ser tensionado é em relação a posição ideológica da tática black bloc, ou na verdade sua não-posição. Como não se trata de um movimento ou grupo, a tática em si não representa nenhuma posição ideológica específica, podendo conter participantes das mais variadas posições, como já apontado anteriormente no GRÁFICO 6. Nesse sentido, os adeptos da tática black bloc não compartilham necessariamente nenhuma ideologia, ou falta de ideologia, eles compartilham apenas o sentimento comum de que é necessária a atuação mais direta.

A ideologia não deve interferir nas ações, mesmo tendo ou não tendo um posicionamento, é apenas uma tática de protesto e deve ser seguida à risca, para evitar mais polemicas, ou contradições, se todos tiverem o mesmo intuito já será uma vitória. (Entrevista com Adepto da tática black bloc, 2015).

Hoje sequer é possível afirmar que os adeptos da tática sejam necessariamente anarquistas, ou, mesmo quando são, que sejam os ideais anarquistas que os levam às ruas e a adotar a tática. O anarquismo é sim a inspiração da maioria⁶⁵, inclusive muitos dos sujeitos entrevistados para esta pesquisa se dedicavam a estudar e conhecer mais sobre o anarquismo, lendo seus principais autores, participando de grupos de estudo e coletivos anarquistas e libertários.

No entanto, quando questionados sobre as motivações que os levavam a participar dos protestos e a aderir a tática black bloc, era muito mais frequente a crítica à precariedade do Estado brasileiro, à corrupção do governo, à repressão e à violência institucional do que ideais anarquistas, os adeptos da tática se fizeram presentes sempre que as pautas lhes pareciam, individualmente, legítimas. Além disso, um fator que contou muito para a maioria decidir aderir à tática foi a repressão policial excessiva sofrida pelos manifestantes, especialmente as do dia 13 de junho de 2013 em São Paulo.

⁶⁵ Mais de 60% da amostragem se declararam com posicionamentos anarquistas, vide GRÁFICO 6.

Por que aderimos ao movimento? Por achar que é justo e necessário, não recebemos convite ou coisa alguma, e faremos sempre que for necessário a proteção, já dissemos somos professores, estudantes, trabalhadores em geral e demais populares de todas as áreas profissionais. (FACEBOOK Black Bloc Curitiba, 2015, s.p.).

- Como foi essa aproximação na sua opinião? Foi por pautas comuns, por proximidade ideológica? O que fez essa galera se juntar?
- No começo foi contra a repressão, depois, ideologicamente. Quando começou a repressão em SP, logo ela se espalhou. Todos os estados fizeram isso, o estado começou a tratar com bala de borracha os manifestantes como trata a periferia com munição letal.
- E foi nesse contexto que você conheceu a black bloc?
- Sim, a tática black bloc. (Entrevista com Adepto da tática black bloc, 2015).

O que é amplamente compartilhado por todos é o sentimento de frustração. Uma frustração com a política tradicional, que permeou praticamente todos os manifestantes de junho de 2013 e posteriormente em 2014 e 2015, mas também uma frustração com as formas tradicionais de militância, passeatas, greves e manifestações “pacíficas” em geral. Boa parte dos sujeitos desta pesquisa já participavam de manifestações e tinham alguma experiência anterior em movimentos sociais ou partidos políticos e estavam cansados de não conseguirem resultados e por vezes sequer serem ouvidos pelas autoridades.

Assim, movidos por esse sentimento de frustração e de necessidade de responder à violência estatal, os manifestantes encontraram na tática black bloc um espaço de atuação mais direta e radical contra a repressão policial, e que lhes permitia agir com mais autonomia, sem uma liderança hierárquica e verticalizada e independente de órgãos institucionalizados, como partidos e sindicatos, permitindo e respeitando a diversidade de táticas e o pluralismos dos próprios ativistas, coisa rara na maioria dos grupos, inclusive da esquerda mais institucional.

O recurso à tática black bloc e as ações diretas como forma de atuação aparece para muitos de seus adeptos como uma alternativa à falta de diálogo com as autoridades e o Estado, como uma tentativa de chamar a atenção a pautas e movimentos que, por outras vias, estão sendo ignorados, a “violência” de suas ações, portanto, não vem para fechar as portas do diálogo, como muitos críticos afirmam, mas vem justamente para tentar reabri-las.

Quebrar agências bancárias, depredar e queimar carros da polícia, é para que os governantes saibam, que o povo não é fraco, nem ingênuo, se eu grito, grito e eles não escutam, vamos quebrar. (Entrevista com Adepto da tática black bloc, 2015).

Vale ressaltar ainda que os grupos tradicionais da esquerda institucionalizada, que se autodeclaram progressistas e pluralistas, em muitas ocasiões tem sido críticos tão, ou mais, ferozes da tática do que os próprios conservadores, condenando suas ações, menosprezando sua capacidade de eficácia política e infantilizando seus discursos, e até mesmo agindo como uma espécie de “polícia da paz”, denunciando e expulsando adeptos da tática black bloc das manifestações. Como aponta Dupuis-Déri, nas palavras de uma manifestante, essa crítica da esquerda

[...] desconsidera completamente as características prefigurativas do bloco. É absolutamente verdade que quebrar uma vidraça não chega perto dos atos necessários para se criar uma nova sociedade; porém, um Black Bloc faz muito mais do que quebrar vidraças. O bloco, enquanto corpo pulsante na rua, é organizado de maneira horizontal. As decisões são tomadas na hora por todos os participantes [...] A imagem de fora do bloco é muito diferente da realidade e da experiência de dentro; o *ethos* do Black Bloc é de solidariedade e cuidado coletivo [...] Fundamental para o projeto de criar uma nova sociedade é criar novas maneiras de ser, interagir e se organizar uns com os outros. (KOVICH apud DUPUIS-DÉRI, 2014, p.118).

Assim, para os adeptos da tática, enquanto a ação da black bloc é uma crítica radical ao sistema político vigente, sua experiência social é também uma proposta de novas formas de organização mais autônomas e horizontais, novas formas de se enfrentar a opressão estatal e de reestabelecer um diálogo que, para os adeptos da tática, já foi fechado pelas próprias autoridades.

3.2.4 Conflitos internos

Apesar da aparente homogeneidade da tática à primeira vista, reforçada por sua estética uniforme, assim como qualquer outro fenômeno social, há muitos conflitos e contradições entre os adeptos da tática, desde questões ideológicas, que como comentei, não são determinantes para a adesão à tática, até questões mais pontuais, sobre a própria atuação durante as manifestações, inclusive quando se refere ao ponto pelo qual a tática ficou mais conhecida, o recurso à violência como forma legítima de ação, e por não se tratar de um grupo que se mantém coeso para além das ações realizadas durante os protestos, tais conflitos tendem a se reproduzir *ad infinitum*.

Para quem olha de fora, toda manifestação parece igual, todo policial age da mesma forma, são todos agentes da repressão e opressão estatal, assim como toda black bloc, toda violência, todo “vandalismo” são também iguais aos olhos do

espectador. Afinal são todas figuras anônimas, despersonalizadas, que podem ser igualmente julgadas e classificadas, não como indivíduos, mas como peças de uma máquina geradora de “violências”. Nada mais longe da realidade, além de perigoso a nível de compreensão e interpretação da realidade que nos cerca. Todo fenômeno social é marcado por contradições e conflitos, e a instrumentalização política da violência não seria diferente.

A maioria dos desentendimentos entre os adeptos da tática se encontra, por sinal, nessa instrumentalização política da violência. Para alguns a black bloc deve ser uma tática unicamente voltada para a defesa, visando proteger os manifestantes dos abusos e da brutalidade policial, sem cometer quaisquer atos diretos de violência, sendo apenas reativa. Para outros, a lógica deve ser outra, a black bloc deve ser ativa, agindo por meio do ataque direto a alvos simbólicos do sistema capitalista e do poder estatal, como bancos e instituições financeiras e patrimônio público.

Vale ressaltar ainda que existe também no “vandalismo” dos manifestantes, os atos cometidos fora da filosofia da tática, a violência pela violência, sem um simbolismo político por trás, que não conduz a qualquer tipo de reflexão nem transmite nenhuma mensagem, comportamento esse que é fortemente rechaçado pelos adeptos tática, e exaustivamente associado à mesma pela mídia tradicional:

Tentam a todo custo passar a imagem dos manifestantes que aderem ao black bloc como sendo hostis, inconsequentes e desprovidos de critérios. Entre as várias mentiras contadas, estão a de que são violentos e atacam tudo quanto é propriedade privada que encontram pela frente, incluindo a de pequenos comerciantes e trabalhadores. Por fim, mentem que os manifestantes atacaram e mataram dolorosamente uma pessoa. Se você acredita nisso devo dizer que está enganado. Estão te manipulando. Os ativistas do bloco de verdade não fazem isso. As pessoas que fazem essas coisas o fazem por ignorância ou estão mal-intencionadas. Em qualquer dos casos, essa pessoa não é um real bloc. O bloc é bem mais que peras, paus e matéria, ele é consciência. Sua ação direta é focada essencialmente na defesa. Quando ataca, seu alvo é o poder que a tudo submete, a opulência que a tudo enche de humilhação e vergonha. Que não possui essa consciência, pode até ir para a rua vestido como um manifestante, com roupa preta, máscara e tudo, mas ele nunca será parte do bloco. (FACEBOOK Black Bloc Curitiba, 2014).

O debate dentro da própria tática sobre a violência se divide entre aqueles que repudiam seu uso, e aqueles que o defendem, e mesmo entre os que defendem existe uma violência legítima, com sentido político, com uma mensagem implícita, e outra desfocada e vazia de significado, que deve ser repudiada, e que não faz parte das ações da tática.

Tais problematizações são apenas o início dos questionamentos levantados pela tática em sua relação com a violência. A instrumentalização política da violência por meio da tática black bloc tem uma mensagem política a ser transmitida, trata-se de uma forma de linguagem, de uma performance com um conteúdo simbólico a ser interpretado que é muito mais importante do que uma vidraça quebrada, do que causar danos ou prejuízos a uma empresa capitalista, a mensagem proposta pela tática vai muito além dessa leitura rasa e simplista. No entanto, por mais que esta mensagem pode até estar sendo enviada, será que ela está sendo recebida?

4 “A VIOLÊNCIA PELA VIOLÊNCIA NÃO SE SUSTENTA”: ANALISANDO A VIOLÊNCIA POLÍTICA

Desde os primeiros contatos com o campo simultaneamente pelas redes sociais, pelos discursos midiáticos e pelas próprias manifestações, comecei a identificar as primeiras questões que deveriam ser esclarecidas para que a análise desse fenômeno tão complexo que é a instrumentalização política da violência por meio da tática black bloc pudesse ser feita. A relação entre violência e política, a sua dinâmica no contexto analisado, e os principais sujeitos envolvidos neste cenário, bem como os enquadramentos que dão sentido a este fenômeno para estes sujeitos.

Ora, a relação entre política e violência está longe de ser uma novidade trazida pelas *jornadas de junho de 2013*, tampouco é uma prática iniciada pela tática black bloc ou mesmo pelos movimentos anarquistas, autonomistas e libertários. Mesmo assim, não foram raras as ocasiões em que ao utilizar o termo violência política tive de explicar aos meus interlocutores como a violência frequentemente é instrumentalizada como ferramenta de ação política, não como desvio, abuso ou excesso, mas como um ato politicamente orientado em si, como parte do jogo político, da mesma forma que a diplomacia ou qualquer outra forma de ação política.

A instrumentalização política da violência foi justificada e até mesmo estimulada pelas mais variadas ideologias ao longo do tempo sempre que foi considerada necessária, nossa história é marcada por ações diretas violentas conduzidas por personagens que hoje são considerados heróis revolucionários que lutaram em prol da liberdade, da igualdade e da justiça (DUPUI-DÉRI, 2014). Ou seja, a relação entre violência e política é muito mais complexa do que a de simples rejeição às ações violentas, muito pelo contrário, a política é historicamente, e legitimamente, marcada por tais ações.

No entanto, com o desenvolvimento dos Estados modernos liberais o recurso a violência política, ou o uso da força enquanto ferramenta política passa a ser entendido como monopólio do Estado e, em certa medida, base de sua autoridade política (ELIAS, 1993; WEBER, 1984). Para assegurar a proteção de seus cidadãos e minimizar os riscos da violência física na sociedade, a autoridade do Estado toma exclusivamente para si o direito ao uso legítimo da força, por meio de suas forças armadas e de segurança pública. Quaisquer outros atores que o façam estarão

subvertendo a ordem e agindo contra a legalidade do Estado, ou seja, se a violência não vem do Estado ela será considerada criminosa.

No entanto, uma das principais questões trazidas à tona durante *jornadas de junho de 2013*, e em especial pela tática black bloc, é justamente a legitimidade desse monopólio da violência, ou ainda, se as ações diretas empreendidas pela tática sequer podem ser chamadas de “violentas”, conforme apontado pelos próprios manifestantes:

Cresci vendo como os políticos utilizam a violência para o que eles querem, como a polícia é utilizada politicamente. Aprendi isso, porque eu não posso fazê-lo? Só o estado tem o monopólio dessa violência política? Não, para mim não, eles não têm esse monopólio, eu reajo à violência política deles com a minha. (SOLANO et al, 2014, p.106).

Então, violência vem do Estado... o que fazemos é defesa, não vemos outra opção senão isso. Isso chama a atenção, mostra um ideal, isso nos dá uma chance de enfrentar um estado reacionário. Quando quebramos a vidraça de um banco não estamos atacando um ser animado pra ele ser violentado... não há violência nisso. Isso é simbólico, bancos destroem vidas, uma vidraça no dia seguinte já tem uma nova. (Entrevista com Black Bloc, 2015).

Essa recusa ao monopólio legítimo da força pelo Estado é um importante ponto de tensão ao se analisar a instrumentalização política da violência e se construir esse conceito de violência política, na medida em que é a partir desta questão que se criminalizam as ações diretas realizadas pelos adeptos da tática black bloc e, ao mesmo tempo, é também por meio desse monopólio que se legitimam as violações de direitos humanos, abusos de autoridade e outros ilegalismos vinculados à repressão e a brutalidade policial, que constitui apenas outra face dessa mesma moeda.

No entanto, como apontei anteriormente, o uso da violência como forma de atuação não é consenso mesmo entre os adeptos da tática black bloc. Esse recurso só seria justificável em circunstâncias bastante específicas e como forma de reação e defesa, sendo que a manifestação não violenta continua sendo considerada mais legítima (DUPUIS-DÉRI, 2014). Ainda assim o monopólio da violência pelo Estado e, principalmente, a forma como essa violência é utilizada de maneira desproporcional e arbitrária é uma das principais questões que impulsiona e justifica as ações da tática.

4.1 A GUERRA COMO METÁFORA

A guerra é a continuação da política por outros meios. (CLAUSEWITZ, 1996).

A política é a continuação da guerra por outros meios. (FOUCAULT, 2002).

O famoso aforismo de Clausewitz (1996), e sua inversão proposta por Foucault (2002) dão o tom da relação que se estabelece entre política e violência, o ciclo entre repressão e ação violenta, entre polícia e black bloc, e não é por acaso que aciono aqui o termo “guerra” ao me referir à essa violência.

Observando o contexto dos protestos, as relações entre adeptos da tática black bloc e polícias militares se baseia em um discurso do antagonismo, da guerra, da dinâmica da desumanização do outro, e do inimigo a ser combatido. Estas práticas discursivas estão presentes e são constantemente acionadas igual e inversamente por ambos os lados dessa relação, a lógica da hipermilitarização e da guerra não está presente apenas nos militares, mas em diversos aspectos da sociedade, inclusive entre os manifestantes, principalmente entre os adeptos da tática black bloc.

FIGURA 11 - POLÍCIA MILITAR E BLACK BLOC



FONTE: FACEBOOK Black Bloc Curitiba, 2013.

De um lado fardas e coturnos interpretados como a representação da violência do Estado, não do policial individual, mas da corporação da Polícia Militar, considerada pelos seus adversários como uma máquina brutal e violenta de opressão que gera ódio e aversão, alguém com quem não se dialoga, cuja única função é abafar e reprimir a voz e os direitos dos manifestantes. Do lado oposto roupas pretas e rostos mascarados, vistos como vândalos e rebeldes sem causa, jovens despolitizados sem

nada a dizer, nada mais do que criminosos e terroristas oportunistas cujo único objetivo seria promover a baderna, a depredação e a violência gratuita.

Duas visões simplistas e equivocadas em muitos aspectos. Ainda assim duas visões amplamente difundidas e reproduzidas no interior de seus respectivos quadros de referência, gerando discursos de medo, ódio e frustração e fortalecendo cada vez mais o antagonismo, a polarização e a lógica da guerra entre Polícia Militar e black bloc, dividindo a disputa entre supostos defensores do *status quo*, da lei e da ordem, e potenciais anarquistas subversivos.

No entanto, apesar da resposta fácil oferecida por essa leitura, para que seja possível compreender essa relação de forma mais ampla é necessário se livrar desses estigmas infrutíferos construídos e reforçados dentro desse discurso de black bloc/vândalo contra PM/fascista.

O suposto “vandalismo” do Black Bloc carrega muito mais sentido do que a maioria dos comentaristas políticos, jornalistas e representantes do Estado, estão dispostos a admitir. Como aponto a seguir nesta tese, suas ações diretas “violentas” estão longe de serem ações despolitizadas, vazias e sem causa. Da mesma forma, a polícia militar no Brasil está repleta de questões muito mais complexas do que a violência gratuita ou um sadismo doentio de seus membros, questões essas que devem ser pensadas e problematizadas de forma responsável em relação à violência, abusos de autoridade, violações de direitos humanos e ao próprio fato de se tratar de uma instituição militarizada. Tais questões não podem ser simplificadas, na medida em que as instituições são também reflexos de nossa sociedade que coloca a violência no centro de nossas relações.

É preciso compreender que este estado de guerra, ou mesmo de exceção, usando o conceito de Agamben (2004), não é uma novidade trazida pelas manifestações, ela apenas se concretiza de forma mais visível nessa relação entre black bloc e Polícia Militar, tornando tangível um conflito latente de nossa sociedade, em uma espécie de catarse marcada pelo antagonismo entre os manifestantes e a polícia militar, que já estava presente por outras violências que são invisibilizadas no cotidiano.

Odeio a PM e essa é a chance que tenho de descontar, não só por mim, mas por milhares de negros e pobres que são mortos diariamente e todos fingem que não acontece nada. (SOLANO et al, 2014, p.204).

O sonho era transformar o país em algo melhor, combater a violência policial, com outra violência. [...] Minha revolta não é contra a PM, mas, naquele momento, o soldado representa a instituição e nós estamos do outro lado. (SOLANO et al, 2014, p.254).

Essa é uma sociedade violenta. Não apenas física, mas também moral e simbólica. Devemos ressaltar que o "conflito" das mobilizações e levantes do povo deve ser entendida, antes de tudo, como resposta a uma violência cotidiana da sociedade em que vivemos, do descaso, da indiferença e da repressão institucionalizada. (FACEBOOK Black Bloc Curitiba, 2015).

Como os próprios manifestantes revelam, não é apenas a atuação da tropa de choque, ou do policial enquanto sujeito, nos confrontos e nas manifestações que desencadeia e mobiliza a reação violenta dos adeptos da tática black bloc, mas a atuação da polícia e do Estado de forma geral, e da própria exploração do sistema capitalista, considerada pelos manifestantes como opressora, ilegítima e, essa sim, violenta.

Todo apoio aos combativos que não aceitam calados os abusos da elite econômica e política do país, estado e município.

Aos combatentes que se erguem a cada dia contra as injustiças impostas, que ainda acreditam em um sistema mais justo e com melhor condição de vida para as pessoas, que ainda agem conforme os ideais libertários derrubando os padrões impostos.

Chega de parasitas sugando e pautando nossas vidas, chega de leis injustas e abuso de poder, chega de violência contra o povo pela busca do poder e capital.

Lembre-se: qualquer ação violenta contra os causadores da desigualdade está plenamente justificada pelos ciclos de infinita violência que eles têm nos submetido. (FACEBOOK Black Bloc Curitiba, 2015).

4.2 AÇÃO DIRETA E VIOLÊNCIA

Mas e quanto à violência das ações diretas promovidas pelos adeptos da tática black bloc? Como é possível compreender sua motivação, sua justificativa, seu sentido? Ora, se a justificativa da violência policial é o “vandalismo”, em geral a justificativa do “vandalismo” é a violência estatal. Não apenas a brutalidade policial sofrida durante os protestos, mas a violência do cotidiano, a violência de um sistema baseado na manutenção e reprodução de desigualdades e opressões, especialmente nas periferias das grandes cidades.

Conforme constatado durante a pesquisa, muitos dos adeptos da tática black bloc participaram das primeiras manifestações em junho de 2013, mas já haviam se manifestado antes em outros movimentos sociais defendendo as mais variadas pautas e agendas políticas, mas sempre com o mesmo resultado: nada. Assim, a

radicalização de sua ação e o recurso a formas mais diretas de confrontar e provocar o poder estatal foi a saída encontrada para demonstrar um profundo sentimento de repúdio a um sistema violento, e de frustração com os meios tradicionais de militância e atuação política.

Esses manifestantes, de forma geral, já seguiram o formato dos atos tradicionais, puxados por carros de som, com a presença e liderança de partidos políticos e sob o discurso da pacificação e da não-violência. Sua percepção sobre esse modelo de atuação foi a de que dentro dos próprios movimentos eles não teriam jamais um papel de protagonismo nas ações e dificilmente seus questionamentos e demandas seriam levados adiante e muito menos resolvidos. Ao mesmo tempo, percebiam também que a mídia tradicional, seja impressa ou televisiva, não noticiava as passeatas e atos dos quais eles tinham participado, não havia qualquer repercussão em suas manifestações, o que apenas aumentava sua frustração com esse modelo tradicional de militância.

Dessa frustração vem a adoção por parte dos adeptos da tática de uma atitude de confronto, de um posicionamento mais ativo e agressivo em relação à forma de se manifestar. Não se trata de uma violência gratuita, ou de uma simples explosão de fúria contra o sistema, mas de acreditar que passeatas pacíficas e apelos em carros de som não são suficientes para sensibilizar as instituições políticas atuais, vistas como desumanas e pouco democráticas. Para estes manifestantes os canais de diálogo com essas autoridades já foram fechados e simplesmente ignoram as demandas da sociedade, e a única forma de atrair sua atenção e reabrir as negociações seria através da pressão exercida por meio da ação direta e da desobediência civil.

Além disso, essa forma de atuação permite também a esses militantes assumirem um protagonismo mais direto na luta por suas pautas, pelo menos simbolicamente eles deixam de ser apenas volume na passeata enquanto alguma liderança política fala no alto do carro de som, e passam a ser eles próprios os agentes centrais de suas reivindicações, há um sentimento de que eles estão provocando a mudança social com suas próprias mãos, ou pelo menos tentando.

São muitas as críticas de que a ação violenta da black bloc corta os canais de diálogo e de comunicação com as instituições do poder estatal. O que essas críticas falham em perceber é que estes manifestantes estão convencidos de que o diálogo já foi encerrado por autoridades que não estão dispostas a ouvir. Para eles o recurso à

violência é a única ferramenta para chamar a atenção dessas autoridades para o fato de que eles ainda estão ali, de que eles não estão satisfeitos, e vão ser ouvidos.

A tática ganha espaço, portanto, como uma expressão do descontentamento de uma parte da população com o sistema político vigente e também com as formas tradicionais de militância. No entanto, os adeptos da tática são frequentemente acusados de desconsiderar o processo democrático. Ao usar da violência como forma de atuação política, a tática levanta pontos bastante polêmicos e controversos entre a opinião pública. É comum que os manifestantes pacíficos afirmem que a tática tira a legitimidade do protesto e afasta outras pessoas que poderiam se juntar a suas pautas, mas não o fazem por medo da violência.

FIGURA 12 - ADEPTO DA TÁTICA BLACK



FONTE: FACEBOOK Black Bloc Curitiba, 2014.

Nem todos nós somos vândalos, tem muitos que são até pacifistas, escondem seus rostos e tentam defender pessoas que estão sofrendo alguma agressão policial. O vandalismo em si faz parte da prática, é inegável e é natural que a mídia e o Estado se voltem contra nós e usem isso para nos difamar. Eles têm medo que as lutas se radicalizem, e nós somos o elemento mais radical da atual conjuntura político-social. Obviamente fazem uma cobertura parcial e maniqueísta, somos mostrados como vilões. Infelizmente acho que não podemos contornar isso, o poder midiático é invencível no momento. Eles vendem a ideia de mudanças pacíficas porque sabem que exigíamos mudanças muito maiores do que simples reformas. É um fardo e uma vitória ao mesmo tempo ser considerado inimigo de alguém poderoso. Eles racionalizam a domesticação do povo e demonizam a rebeldia. (Entrevista com Adepto da tática black bloc, 2015).

Muitos ativistas e movimentos progressistas, inclusive de uma esquerda mais institucional afirmam que o maior problema da tática black bloc é que ela impede que o público e as autoridades ouçam as mensagens de suas organizações, o “vandalismo” seria um grito por atenção, mas um grito que abafa as demais reivindicações, consideradas mais legítimas. Os próprios policiais e autoridades políticas usam esse mesmo argumento para minar a legitimidade da black bloc, como descrevi anteriormente. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.158).

[...] manifestantes legítimos que agem dentro da lei e tentam fazer com que suas vozes sejam ouvidas de maneiras menos controversas podem achar que suas preocupações não serão ouvidas em meio ao caos. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.159).

Mas será de fato responsabilidade dos adeptos da tática black bloc que a violência tire a atenção das questões “reais” pelas quais os movimentos sociais se organizam e vão às ruas? Afinal, quem define se o enfoque será sobre as questões que levaram os militantes às ruas ou sobre os atos de vandalismo cometidos por durante os protestos é a própria imprensa e não os manifestantes. O objetivo da tática não é abafar os temas “legítimos” das manifestações, pelo contrário, um dos principais objetivos das ações da tática é justamente o de atrair a atenção da mídia para garantir que haja alguma cobertura e as manifestações não sejam ignoradas, os grandes veículos midiáticos, no entanto, escolhem dar mais atenção a vidraças quebradas do que às pautas dos protestos, conforme aponta Dupuis-Déri.

Os discursos organizados sobre brutalidade policial, imigração, justiça social e capitalismo não foram ouvidos pelo público que via e lia as reportagens da mídia de ontem e de hoje: a maior parte da cobertura era composta por notícias aprofundadas sobre vitrines quebradas. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.160).

Além disso, a intensidade de sua “violência” é inflada e exagerada pelos seus opositores, seja no discurso da mídia tradicional, seja no discurso das autoridades políticas e da polícia, construindo uma narrativa que compara os adeptos da tática black bloc a organizações criminosas e a terroristas:

A mídia tradicional retrata os Black Blocs como excepcionalmente violentos. No entanto, quando comparados à violência extrema e muitas vezes letal praticada em conflitos sociais no passado e no presente, eles parecem até contidos. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.35).

O debate entre violência e não-violência é um ponto de constante tensão entre os militantes mais progressistas e radicais, inclusive a discussão ética sobre a

legitimidade do uso da força e a instrumentalização da violência pela militância é um debate que gera muito mais preocupação para os movimentos de esquerda e de caráter mais social do que parece ser para grupos mais conservadores e de da direita política.

Para os adeptos da tática black bloc, no entanto, o recurso à ação “violenta” vem também a partir dessa análise política baseada em experiências frustrantes com manifestações pacíficas, e em uma crítica à passividade da não-violência. Em uma postagem na página do Facebook do Black Bloc Curitiba, essa crítica é apresentada na forma de um breve artigo intitulado “A covardia pacifista”, publicado em 6 de julho de 2014. O texto faz referência ao livro do autor anarquista Peter Gelderloos, “Como a não-violência protege o Estado” a partir da seguinte citação:

Frequentemente, os pacifistas preferem caracterizar-se como os certos ao invés de defenderem suas posições com argumentos. A maioria das pessoas que ouviram argumentos sobre a não violência ser-lhe-á familiar a ideia de que a não violência é o caminho da dedicação e disciplina, e que a violência é a “saída fácil”, uma entrega a emoções básicas. É claro que isso é absurdo. A não violência é a saída fácil. (GELDERLOOS, 2011, p.94).

De acordo com o texto, o pacifismo seria a saída mais fácil em uma situação de disputa política, visto que o recurso à violência envolve inúmeras variáveis, necessita de um contexto específico e põe em risco os sujeitos envolvidos, enquanto a não-violência, ou o pacifismo seria apenas uma rejeição à toda e qualquer alternativa mais agressiva contra o *status quo* a partir de um falso moralismo. A partir desse argumento, o texto ressalta que não seria possível estabelecer um diálogo pacífico quando a única resposta que se recebe do poder estatal é a repressão violenta institucionalizada. Nesse sentido, a tática black bloc seria, para seus adeptos, o mais puro exemplo de atuação revolucionária ao organizar uma reação violenta contra repressão violenta do Estado de forma efetiva.

Apesar dos limites desse posicionamento em relação à violência, cabe ressaltar que no mesmo texto há um trecho que acaba por revelar o caráter utópico de sua própria argumentação, e deixar bastante claro que, no contexto atual, seus ideais estão longe de serem concretizados

É preciso dizer, porém, que a violência pela violência não se sustenta. A violência sozinha não garante a vitória. É preciso que os trabalhadores, estudantes e todos aqueles dedicados e empenhados na luta revolucionária pela liberdade incondicional de todos os povos, se organizem de forma autônoma, horizontal e principalmente pacífica. Sem essa prévia organização construída ao longo de um processo de fortificação das bases e das massas

oprimidas, não haverá abertura para um contexto revolucionário plausível de cunho não-pacífico. Sem o devido preâmbulo, as bases para tal processo simplesmente não se sustentarão e, principalmente, a revolução não contará com apoio e a legitimidade do restante da população, ainda incubada em suas redomas alienantes impostas pelo senso comum e interesses particulares da grande mídia. Quando isso acontece, fica fácil de identificar pelas palavras ecoadas pela majoritária parcela da população: “vândalos”, “terroristas” e pejorativos do gênero. (FACEBOOK Black Bloc Curitiba, 2014).

Apesar dessa postagem, o próprio recurso à violência como forma de ação é uma questão um tanto polêmica na tática, visto que para alguns manifestantes, a tática deve ter um papel apenas de defesa contra a repressão policial, nunca de ataque. De qualquer forma, quando se analisa friamente suas ações, suas armas, e mesmo sua preparação para as manifestações, fica claro que aqueles jovens militantes anarquistas não estão arquitetando atentados contra o Estado ou se preparando para o enfrentamento armado, na melhor das hipóteses eles estão improvisando como podem para não ser massacrados pela tropa de choque quando o confronto começar:

Mesmo aqueles que acreditam, por exemplo, que o “capital está travando uma guerra contra nós” e que a violência estrutural brutal do sistema equivale a uma forma de “guerra social”, não fazem treinamentos com armas, nem as estocam, excetuando-se os poucos coquetéis Molotov. Os anarquistas de hoje podem falar ou sonhar sobre a “revolução”, mas não estão se preparando para uma. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.90).

Em termos práticos, no entanto, interessa a esta pesquisa outro aspecto da questão: essa instrumentalização política da ação violenta promovida pela tática black bloc tem alguma eficácia? O que ela traz em termos de ganhos políticos para os movimentos sociais que a empregam?

Independente das questões ideológicas e morais sobre o tema, infelizmente a Sociologia não dá nenhuma resposta clara à questão da “eficácia” dos movimentos, manifestações e táticas sociais, sejam eles violentos ou não. Ainda mais quando não conseguimos definir com certeza se as ações da tática black bloc sequer podem ser compreendidas na chave da violência, já que, como veremos adiante nesta tese, ao contrário do que normalmente se pensa, essa ação é predominantemente simbólica e deve ser entendida mais na interface da política com a arte e a performance do que da política como crime. (SOLANO et al, 2014, p.284).

Alguns acadêmicos e lideranças militantes tendem a conceber a eficácia de protestos em manifestações em termos de ganhos sistêmicos, ou seja, de representação mais forte nas instituições oficiais e maior participação dos recursos

coletivos (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.93). No entanto, quando pensamos em eficácia, também é importante levar em conta outras questões, como:

Mudanças culturais em vez de mudanças apenas políticas ou econômicas; a direção da mudança em vez de meros objetivos específicos; a reclamação do espaço para as atividades do movimento; a mudança na ênfase das questões no debate público; a reestruturação dos sentidos de termos e de interações; a concentração no fortalecimento e nas construções de identidade dos atores do movimento; o destaque da legitimidade e do engajamento dos participantes; a criação de uma “ameaça crível” às autoridades instituídas; e o nível de repressão sofrido pelo movimento, seja abertamente ou não. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.92).

Nesse sentido, não é possível quantificar se há mais ou menos eficácia nas ações “violentas” ou nas pacíficas, ainda assim é possível identificar que o uso da ação “violenta” por determinados grupos dentro de um movimento social mais amplo pode beneficiar inclusive aqueles que condenam esse tipo de ação. Como aponta Dupuis-Déri (2014) sobre a violência política, mesmo movimentos amplamente pacifistas por vezes são apoiados por aliados que adotam táticas mais “violentas” de manifestação, como nos movimentos liderados por Gandhi e Martin Luther King:

Tanto um como o outro faziam parte de movimentos amplos que incluíam atores políticos que recorriam à força e conduziam ataques armados contra a polícia e contra as Forças Armadas. Será que os ativistas não violentos teriam triunfado sozinhos, sem a violência de seus aliados, na expulsão de colonizadores britânicos da Índia ou no fim da segregação racial nos Estados Unidos? (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.94).

Para os defensores e simpatizantes de táticas de ação direta a resposta à essa pergunta é bastante simples: não. Segundo essa perspectiva a pressão gerada pelas ações violentas tem um papel determinante em levar as autoridades a considerar aceitar um certo grau de emancipação e ceder às demandas coletivas com o objetivo de isolar e neutralizar mais rapidamente as pessoas envolvidas nos atos violentos. A violência nas ruas, fora do controle das autoridades, seria uma forma de acelerar a negociação com os movimentos sociais “legítimos” para conter rapidamente a situação. “Nesse sentido, o uso da força na arena política pode muito bem ser um meio eficaz de gerar debate e mudança em situações que, à primeira vista, parecem imutáveis” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.95).

As estratégias pacíficas e institucionalmente aceitas, empregadas com tanta frequência e legitimidade pelos movimentos sociais tradicionais não tem conseguido alcançar grandes mudanças ou promover reformas profundas nas questões que enfrentam historicamente, nem no Brasil, nem em qualquer outro lugar.

Em seu artigo *Reflexões sobre Gandhi*, George Orwell já apontava que o método de resistência passiva adotado por Gandhi não pode ser generalizado para um contexto onde não haja uma imprensa capaz de noticiar a repressão policial nomeando-a como violência de Estado, que seja capaz de atuar de forma livre e independente e de fomentar uma opinião pública politicamente progressista e liberal (ORWELL, 2005). Na medida em que a imprensa não é um canal livre e independente de circulação de informações, mas tem interesses e alianças com poderes políticos, geralmente interessados em abafar e repreender os movimentos sociais.

Nesse ponto, tanto Orwell como os adeptos da tática Black Bloc compreendem que a desobediência civil não violenta nunca alcançará sozinha o impacto que precisa para gerar efeitos políticos reais no contexto em que estamos inseridos. Ao questionar o monopólio da violência pelo Estado e direcionar essa violência política àqueles que financiam o poder estatal, os adeptos da tática black bloc ameaçam o *status quo* não permitindo que as autoridades mantenham-se indiferentes às suas ações – como o fazem em relação a passeatas pacíficas. Assim, fica bastante claro quando observamos de perto os protestos e manifestações em que a tática se faz presente, que algumas poucas dezenas de adeptos da tática black bloc conseguem atrair mais atenção a uma causa do que 2 mil manifestantes pacíficos, mesmo que seja por causa da violência e não da pauta do protesto em si. Ou seja, mesmo que não se estabeleça nenhum diálogo direto com as autoridades, é perceptível que a violência política traz mais questões para o debate do que as manifestações pacíficas.

4.3 A MENSAGEM

Um ponto importante que é frequente tema de discussões em relação à atuação da tática é em relação à sua proposta. Como falei em alguns momentos deste texto, é comum que os adeptos da tática sejam caracterizados como jovens rebeldes sem causa, sem nenhum sentido político em suas ações, sem nada a dizer, apenas agindo de forma violenta e impulsiva e deturpando o sentido das pautas legítimas das manifestações. Todas as vezes que fiz esses comentários busquei deixar claro que isso era um engano, uma falácia ou mesmo má fé de quem não está disposto a ouvir o que esses jovens têm a dizer e a mensagem implícita em suas ações. Mas o quê

eles têm a dizer? Qual é então essa tal mensagem que eles buscam transmitir por meio da “violência”?

Ao fazer esta busca, não podemos nos esquecer de que a linguagem é sempre uma opção política, e que parte dos conflitos sociais em que estamos inseridos são disputas de significado e de sentido, afinal, quem tem o poder de nomear e definir as coisas é quem tem a capacidade de impor seu significado. Daí a escolha por marcos metodológicos que permitissem problematizar os significados atribuídos as ações da tática por diferentes práticas discursivas dentro de diferentes enquadramentos. A mensagem da tática está intrinsecamente envolvida em um campo de disputa de sentidos, em um enfrentamento semiótico por assim dizer.

Mesmo que não gostemos de admitir, ou não dediquemos muito esforço para fazer esse tipo de leitura, a violência é também uma forma de expressão e de comunicação, ele sempre traz um significado e uma mensagem implícita, mesmo que não gostemos de seu conteúdo, seja pelos motivos que ela ocorre, pelos alvos que ela atinge, ou pelos sujeitos que a perpetram. No entanto, a violência é uma linguagem de difícil tradução, raramente todos os envolvidos são capazes de compreender uns aos outros e de se fazer compreender, por vezes os discursos concorrentes sobre a violência não dialogam de forma alguma, presos cada um no seu universo de sentidos, para que esse diálogo seja possível, é necessário mudar o foco da ação em si para o significado da mesma.

No caso das ações da tática black bloc, trata-se de não limitar a percepção às vidraças quebradas e confrontos com a tropa de choque da polícia militar, mas observar o recurso à tática também como uma expressão de frustração e descontentamento com as instituições políticas e a militância tradicional, como apontei nesta tese. Como aponta Solano, tal movimento muitas vezes revela que sujeitos aparentemente antagônicos muitas vezes estão muito mais próximos do que parecem quando expressam suas insatisfações:

Manifestante: “Ninguém entende. Não estamos sabendo comunicar o que queremos. Não estamos sabendo comunicar nossa indignação. Mas é tão difícil entender? Não aguentamos mais, o país não aguenta mais! É um basta! Chegou a um limite que não dá mais!”. (SOLANO et al, 2014, p.31-32).

PM: “Ninguém entende que temos muitos problemas. Ninguém quer escutar e nós não estamos sabendo comunicar. Mea-culpa. Muitas coisas devem melhorar. Nós somos o reflexo da sociedade, com seus problemas. O que está claro é que a situação deve melhorar. Do jeito que está é muito ruim”. (SOLANO et al, 2014, p.32).

Apesar das diferentes soluções propostas, dos diferentes caminhos seguidos, há um discurso comum por trás dos conflitos, e mais do que isso, há uma mensagem por trás da violência, a violência das ações da tática black bloc nada mais é do que apenas um meio, uma mídia, a linguagem escolhida por seus adeptos para realizar suas performances e transmitir sua mensagem, no entanto, as ações da tática se limitaram a realizar essas performances, sem fazer um manifesto capaz de explicar aos que não compartilhavam de seus princípios porque estavam quebrando aquelas vidraças e enfrentando aqueles policiais, e assim, a única explicação que circulava sobre as ações da tática de forma mais clara e acessível, por mais que equivocada, era a versão da mídia tradicional.

Durante o trabalho de campo desta pesquisa, graças às inúmeras conversas informais e as entrevistas realizadas com os adeptos da tática, e também comparando com dados secundários levantados por outros pesquisadores, os adeptos a tática black bloc estão longe de serem os vândalos irresponsáveis agindo de forma irracional e oportunista pintados pelo discurso midiático e também pelos órgãos de segurança pública. Era jovens que depredavam sim o patrimônio público e privado de grandes instituições financeiras, mas faziam isso movidos por questões que haviam sido debatidas e estudadas por eles. Podem ser acusados de fechar definitivamente as portas para o diálogo ao recorrer à violência, ou de que o uso de máscaras e a falta de lideranças controlando suas ações abre espaço para oportunistas infiltrados e para a criminalização dos movimentos sociais, mas é desonesto trata-los como simples baderneiros sem ideais, conhecimento ou propostas políticas em suas ações.

Vários dos sujeitos desta pesquisa, por exemplo, para além de sua atuação nas manifestações realizam, ou realizaram estudos e debates sobre ação direta, anarquismo e sobre a própria tática black bloc, longe de serem os jovens desinformados e desinteressados por questões políticas como acusados pela mídia e pelo senso comum, apesar de muitos dos sujeitos desta amostragem terem entrado em contato com a tática apenas em 2013, graças às *jornadas de junho*, suas respostas quando questionados sobre como conheceram a tática refletem bem sua dedicação ao estudo e aprofundamento de conhecimentos sobre o assunto:

Como conheceu a tática black bloc?

1- Estudos particulares de resistência popular

2- Conheci estudando sobre as frentes de esquerda europeias da década de 80 e 90, principalmente os *squats* alemães.

3- Amigos, principalmente pelos livros e manuais de ação direta, tudo disponível na internet.

4- Pelo movimento estudantil e nas manifestações fora FHC em Brasília em 1999 ao qual participei e no acampamento intercontinental da juventude do fórum social mundial de 2001 2002 e 2003. Antes disso só tinha ouvido falar referente a batalha de Seattle 1998 da tática black bloc.

5- Me deparei com o movimento alemão durante estudos sobre história e revi este conhecimento com o aparecimento do movimento nacional nas últimas manifestações.

(Questionário aplicado a adeptos da tática black bloc, 2015)

A importância política de suas ações é auto evidente para os ativistas adeptos da tática black bloc, não é violência, ou vandalismo, violência é o que as corporações capitalistas, a mídia tradicional e o Estado cometem cotidianamente contra a população, são estes os vândalos e criminosos.

[...] para mim dano a propriedade não é violência, a não ser que a pessoa tenha ali seu meio de subsistência. A polícia é muito mais violenta do que qualquer mascarado, não temos nem chance de fazer o que eles fazem. (Entrevista com Adepto da tática black bloc, 2015).

Essa percepção dos adeptos da tática sobre suas ações, tirando delas o caráter de “violência”, se sustenta dentro de um enquadramento bastante específico, onde o significado de seus atos, o conteúdo de sua mensagem política, não deve ser compreendido pelas suas ações, mas pelos alvos destas. É muito raro que pequenos estabelecimentos comerciais tornem-se alvos da tática black bloc, em geral são fachadas de órgãos públicos e de grandes instituições financeiras capitalistas que são atacadas, e quando essa exceção acontece, ou os “vândalos” não são de fato adeptos da tática black bloc, ou há algum outro motivo por trás dessa ação, como o proprietário ser apoiador de algum político, sócio de alguma corporação, etc.

Seja como for, é quase um consenso entre os sujeitos entrevistados para esta pesquisa que, apesar da mensagem estar lá, de ser importante, de estar sendo transmitida com certo sucesso por suas ações, de acordo com sua perspectiva, de forma geral ela não está sendo compreendida por uma parte da população, por diversos motivos, por alienação, por falta de vontade política, por influência da mídia, do Estado, de movimentos sociais contrários à tática e por essa falta de compreensão e de apoio generalizado as conquistas das ações foram limitadas. Ou seja, por mais que o enquadramento do sentido das ações diretas construído pela tática tenha uma

mensagem política clara, as narrativas midiáticas exerceram mais influência no enquadramento percebido pela opinião pública ao longo do tempo, e a percepção mais generalizada se alinha aos discursos midiáticos.

Por um lado, eles popularizaram a tática no Brasil, inspiraram muitas pessoas e radicalizaram outros. Infelizmente, as ações também colocaram parte da opinião pública contra a tática porque a população desconhece os motivos por trás dela, e a mídia criminaliza os que a utilizam. (Entrevista com Adepto da tática black bloc, 2015).

Por culpa de desinformação da mídia, e talvez até por um consenso manufaturado encomendado pelo Estado, as pessoas associaram a tática black bloc a depredação de patrimônio, especialmente dos pequenos comerciantes nas grandes avenidas. (Entrevista com Adepto da tática black bloc, 2015).

A maioria vê o Black Bloc como os marginais da sociedade, verdadeiros rebeldes sem causa, porque veem eles, na maioria das vezes, em combate com a polícia, ou quebrando bancos, mas nunca se perguntam o porquê daquilo, preferem acreditar no que a grande mídia passa. (Entrevista com Adepto da tática black bloc, 2015).

[As mensagens] não foram entendidas, como já falei, foram deturpadas pelo governo, sobretudo pela mídia, e hoje temos o padrão de manifestação que vinha sendo nos colocado pela mídia desde 2013. Veja, quando o movimento estava fora do controle, pelo que lembro até tiveram propostas de reformas pelos políticos mais expressivos, a população até legitimava a tática, tem um vídeo da época, no programa do Datena, veja o nível das pessoas que assistem esse programa, a maioria apolitizada, reacionária, sem menosprezo, mas naquela época ele fez uma pesquisa de quem apoiava as ações "violentas", deu 90% a favor. Então o papo de que a tática esvaziou ruas é balela. O problema é que não tem como competir com panfletos com uma mídia de nível nacional, seja Globo, Band, Record, etc. (Entrevista com Adepto da tática black bloc, 2015).

Dessa forma, com todos os limites encontrados para atuação e para a compreensão das ações da tática, não fica claro em que medida as ações da mesma foram capazes de transmitir a mensagem política desejada, de fomentar uma crítica radical aos sistemas político e econômico e denunciar as violências estruturais desse sistema, no entanto, sem dúvida elas foram muito eficazes em atrair a atenção da mídia tradicional, e dar visibilidade aos protestos e manifestações que tomaram as ruas desde as *jornadas de junho de 2013*. Talvez as pessoas não tenham entendido a mensagem – graças à difícil tradução da linguagem escolhida –, mas com certeza elas a viram.

4.3.1 Violência performática

Os objetivos das ações da tática black bloc – como apontado por Dupuis-Déri (2014), por Solano (2014), e comprovado em meu próprio trabalho de campo, repetido por inúmeros sujeitos desta amostragem em entrevistas, e sempre presente nas postagens das páginas da tática – podem ser resumidos basicamente em 3 elementos centrais:

- a) **Atenção:** Atraindo a cobertura midiática para as manifestações nas ruas e para os movimentos sociais que as convocaram, dando voz às suas demandas e pautas;
- b) **Proteção:** Formando uma linha de defesa contra a repressão, fortalecendo a capacidade das manifestações de resistir aos ataques da polícia e protegendo os manifestantes do confronto direto;
- c) **Denúncia:** Atacando símbolos do capital e do poder estatal como uma forma de crítica radical ao sistema político e econômico vigentes e às injustiças sociais imbricadas nessas relações.

Seja como for, o sentido das ações da tática é o de provocar um debate, chamar a atenção, abrir espaço, fortalecer aqueles que estão dispostos a falar sobre política, e para transmitir essa mensagem e cumprir esses objetivos, a tática age na mesma chave do espetáculo midiático, na medida em que busca introduzir um contra espetáculo, um contra discurso que, ainda que dependente do discurso oficial, busca subvertê-lo, denunciá-lo por seus próprios meios, por exemplo, chamando a atenção da mídia para que esta não tenha escolha a não ser cobrir as manifestações onde ela própria é criticada, ou ainda revidar com violência a violência policial, para que a brutalidade da repressão fique evidente.

A interpretação é bem mais simples do que parece, os defensores da tática black bloc justificam sua atuação como uma forma de manifestação que utilizar a violência de forma performática como uma ação direta com a intenção de provocar uma reação na sociedade, na própria população para que enxergue as injustiças e abusos do Estado, como nas instituições para que façam algo a respeito das mesmas. Para estes sujeitos a “violência” é considerada uma forma de expressão, não o fechamento das portas do diálogo, como muitos críticos defendem, mas justamente o contrário: a busca por diálogo com um poder silencioso e alheio às suas reivindicações, que não atende as demandas feitas de forma pacífica. Essa violência

simbólica seria, no limite, uma arma comunicativa, que revela uma percepção de que os canais de diálogo convencionais, a política tradicional e mesmo a militância pacífica já fracassaram como forma de exercício da democracia e de participação política, já que o poder institucional não está disposto a ouvir e a dialogar.

Eles dizem que nunca convocam as manifestações, e que vão à rua para proteger os manifestantes. São duas ações: uma que eles chamam de proteção – a linha de frente –, e, outra, de ação direta. Essa é a forte agora: chamar a atenção, “dar um grito”, utilizando a violência como forma de expressar a indignação. (SOLANO et al, 2014, p.39-40).

Esse grito de indignação busca, portanto, chamar a atenção para as pautas dos movimentos sociais que estão nas ruas, que convocaram as manifestações, seja pela diminuição das tarifas, contra os gastos dos megaeventos ou contra o sucateamento do sistema de educação, saúde, etc. Nesse sentido entra o caráter de denúncia das suas ações diretas. Os alvos de seus “atos de vandalismo” são também alvos simbólicos que “encarnam” as críticas que os adeptos da tática pretendem fazer contra o sistema político e econômico. Ao quebrar vitrines de agências bancárias eles não estão atacando aquela agência bancária específica, mas denunciando um sistema financeiro predatório e explorador. Ao depredar prédios públicos de órgãos governamentais, eles não estão apenas destruindo patrimônio do estado, mas expondo um sistema político autoritário e injusto. Para os adeptos da tática a violência não está em seus atos, mas no sistema político e econômico, e ao atacar símbolos e instituições que representam esse sistema ele estão denunciando essas violências estruturais, ou pelo menos é essa a mensagem que eles pretendem transmitir.

Esses atos que foram chamados de vandalismo eram atos simbólicos, de cunho eminentemente político/ideológico. Essas ações começaram a ser feitas depois da recusa do Estado em dialogar e colocar seu aparato coercitivo na frente de seus prédios, assembleias, prefeituras, etc. Então, acho que essas estruturas passaram mais do que nunca a representar o poder de onde vinham as ordens autoritárias. Daí vem quebrar esses símbolos como uma representação de derrubada desse poder, para se erigir um novo poder: o do povo, ou na visão anarquista, a ausência de um poder nos oprimindo. Ainda, tem as ações contra bancos e tal, que representam o capital que suporta esse Estado violento. (Entrevista com Adepto da tática black bloc, 2015).

O conceito de performance de Tarrow (2009), onde os atores realizam uma exibição em público na tentativa de chamar atenção para uma causa, oferece grande ajuda para a compreensão da tática, quando conectamos as raízes anarquistas da mesma de forma a estabelecer uma articulação direta à ideia de propaganda pelo ato. Historicamente a violência como forma de manifestação política foi se tornando mais

rara à medida que os Estados nacionais ocidentais se democratizavam e tomavam para si o monopólio legítimo da violência.

Na década de 1950 surgiram várias ações que podem ser facilmente relacionadas a ideia da propaganda pelo ato. Movimentos autonomistas e grupos de guerrilha urbana também se apropriaram deste conceito nos anos 1970. Durante este período também o conceito de Sabotagem Cultural, Guerrilha Imaginativa, Guerrilha de Comunicação e outros tipos de ações não-violentas, artísticas e políticas se tornaram populares como novas formas de “ação direta”, mas ainda de forma pacífica. Atualmente, tem se tornado mais notórias as ações de grupos anarquistas e anticapitalistas em manifestações massivas ao redor do globo, que empregam as técnicas de ação direta consideradas violentas em seus atos. Nestas ocasiões os adeptos da tática black bloc são um dos mais ativos grupos no enfrentamento de aparatos repressores, e na destruição de símbolos capitalistas, prédios públicos e corporativos.

Nesse sentido, para além dos prejuízos causados diretamente aos bancos e grandes corporações afetados por suas ações, a destruição e a violência empreendida pelos adeptos da tática contra esses grupos tem ainda outro aspecto eminentemente simbólico: questionar o monopólio da violência pelo Estado, ganhando uma dimensão ainda mais transgressora. Nas palavras de Dupuis-Déri, “diante do espetáculo oficial projetado para legitimar e glorificar o poder, o contra espetáculo da ‘festa de rua’ luta para manifestar o poder do protesto e corroer a aura de legitimidade do poder oficial” (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.115).

Além da crítica ao sistema, foi possível notar também durante as entrevistas e questionários, e durante a própria observação de campo, que é frequente também a denúncia da brutalidade policial na repressão às manifestações como foco da ação da tática. O que é totalmente esperado pelo posicionamento dos adeptos, ao se colocarem como linha de defesa das manifestações, entrando em confronto direto com as tropas de choque das polícias militares, suas ações contrastam diretamente com as ações das forças de segurança, que também compartilham uma instrumentalização política da violência, não no sentido de subverter e questionar o *status quo*, mas justamente no sentido inverso, de proteger e garantir a manutenção do mesmo.

Assim, a tática utiliza a visibilidade conseguida por seus atos para expor os atos repressivos, as violações de direitos e a brutalidade policial. A lógica construída

é de que através de uma violência sem vítimas, performática, simbólica, eles buscam expor uma violência estrutural e institucionalizada e dar voz às suas vítimas. Sua intenção é, por meio de ações radicais, trazer para o debate as violações e agressões cotidianas do sistema político e econômica, que são constantemente invisibilizadas, e por isso muito mais perversas.

Os crimes do estado, do sistema, representam a violência real. A violência realizada pela tática é uma forma subversiva de chamar a atenção sobre aquela cometida pelo sistema. (SOLANO et al, 2014, p.105).

A violência da tática é, portanto, uma ação sempre ligada ao espetáculo e à performance, muito mais próxima da chave da intervenção artística do que do crime propriamente dito, seus adeptos, em certa medida, assumem o personagem do “anarquista violento” do imaginário popular, mas suas ações são muito menos agressivas do que podem parecer à primeira vista, e na verdade esse é justamente um dos pontos mais transgressores da tática black bloc, a meu ver. Na medida em que suas ações envolvem uma baixa intensidade de violência, um “vandalismo” sem vítimas, que causa pouco estrago real, sem cair nos padrões da resistência armada ou dos atentados “terroristas”, causa mais transtorno e incomodo ao poder institucionalizado, que simplesmente não sabe como lidar com um movimento que se proclama abertamente revolucionário, mas age de uma forma que não justifica formas mais intensas de perseguição e criminalização, pelo menos não em um Estado democrático.

Ainda assim, a criminalização dos adeptos da tática, sob o rótulo de “vândalos infiltrados” deturpando as manifestações foi intensa, como apontarei a seguir, onde os discursos da imprensa e do estado sempre inflaram a violência das ações e associaram todo e qualquer ato de vandalismo à tática. Tal associação também deve ser questionada. Não podemos associar qualquer tipo de depredação de patrimônio, público ou privado à tática, simplesmente porque a tática pratica esse tipo de ato. É preciso ter claro que há princípios e objetivos por trás das ações da tática, e que ela busca sempre transmitir sua mensagem política, e que, por ser uma ação sem uma organização central, sem uma hierarquia, e mesmo sem uma identificação mais ampla como grupo ou movimento social, é comum que hajam sujeitos oportunistas nos mesmos protestos, esses sim agindo sem uma intenção política como guia.

...É importante dizer que a violência não é uma constante, muito menos um divertimento. Para nós, a violência, quando acontece, é por uma questão de

necessidade. Não é, ao contrário do que algumas pessoas pensam, violência indiscriminada, mas sim uma violência com sentido. Você pode desaprovar nossa prática política, mas precisa ser idiota para não ver que usamos violência contra coisas materiais e detestamos violência contra pessoas. O uso de violência contra coisas materiais e a rejeição à violência contra as pessoas caracteriza a prática política dos Black Blocs de todo o mundo. Os objetos contra os quais nossa violência se direciona não são indiferenciados; são símbolos do poder”. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.134).

Nem todo manifestante mascarado, vestindo preto e enfrentando a polícia é necessariamente um adepto da tática black bloc, se atacar pequenos estabelecimentos comerciais, atacar outros manifestantes, de qualquer posicionamento político, depredar carros populares, cometer roubos, assaltos, saques, esse manifestante pode ser qualquer coisa, mas não é black bloc. E é justamente graças a esses outros sujeitos, “outros vândalos”, que a tática não consegue maior apoio e aceitação, seja entre a população ou entre os próprios movimentos sociais.

Essa escolha estratégica pelo recurso à violência como forma de ação política, pode até causar surpresa, chamar a atenção e até incentivar a revolta popular contra os abusos do Estado em um primeiro momento, mas numa sociedade marcada pela violência cotidiana, com uma cultura política pouco ativa, essas ações se tornam cada vez mais monótonas e cansativas, e com o tempo não apenas a tática, mas as próprias manifestações vão perdendo apoio popular.

Importante ressaltar que, como ficou bem claro no caso brasileiro, o recurso à violência foi um elemento que desempenhou um papel polarizador nas manifestações. De um cenário marcado por uma pluralidade incontável de posições políticas, os protestos passaram a se dividir entre aqueles que estão à favor e os que estão contra os aparelhos repressivos do Estado. Basta observar as manifestações que ocorreram especialmente no ano de 2015, divididas entre grupos contra e à favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, os primeiros frequentemente vítimas da repressão estatal, os segundos no máximo escoltados e acompanhados pacificamente pela polícia militar.

Nesse contexto, a tática black bloc foi o bode expiatório perfeito, aos poucos sendo afastada e deslegitimada pelos próprios movimentos sociais que receberam seu apoio, sendo responsabilizada pela repressão e brutalidade policial do estado, já que sua mera presença “ameaçadora” é suficiente para justificar os abusos das forças de segurança. Assim, como aponta Tarrow, a violência pode ser um grande aliado dos movimentos sociais, mas pode também ser uma grande armadilha, ao trazer o medo

da repressão a aliados potenciais e enfraquecer a manifestação, permitindo que as forças da ordem do Estado entrem em ação (TARROW, 1998), gerando um ciclo de confrontos constantes com a polícia militar nas manifestações, um dos motivos pelos quais as manifestações no Brasil perderam força, segundo diversos analistas.

Seja como for, a violência performática da tática black bloc acabou gerando reações na sociedade como pretendia. Ao demonstrar de forma agressiva sua indignação e frustração com o sistema político e econômico a tática gerou reflexões e revolta, mas gerou também medo e ódio.

4.3.2 Resistência e Catarse

As ações da tática frequentemente são apresentadas também como expressões irracionais de raiva, como uma fúria descontrolada e, por isso, sem sentido. Ora, como dito até aqui, não podemos acusar os adeptos da tática de serem apenas uma bando de jovens violentos e despolitizados, isso é fato, esse estereótipo em nada colabora para a compreensão das ações, da violência, ou das motivações da tática, e apenas deslegitima a mesma.

No entanto, me parece prejudicial também excluir da interpretação o fato de que o recurso à violência é também uma espécie de catarse para os adeptos da tática, não como uma ação empreendida por baderneiros em uma busca cega por destruição, como o discurso midiático faz parecer, mas como uma forma de reação aquele sentimento de frustração com o cenário político e econômico atual, de raiva contra as instituições e de indignação contra as injustiças e a violência estrutural de nossa conjuntura.

Há sim um impulso emocional por trás dessas ações, a raiva contida pelos sujeitos é perceptível, mas isso não significa, de modo algum, que essas ações não engendrem também uma racionalidade política e econômica. O uso da violência, da destruição dos alvos simbólicos de seus ataques, está diretamente relacionado à essa raiva contra o sistema, e a tática tem a ver justamente com pegar essa raiva e direcioná-la contra um inimigo definido, contra o objeto de sua frustração e indignação, daí justamente o princípio de não destruir tudo que encontrar pelo caminho, mas apenas os símbolos de um sistema opressor e desigual.

Razão e emoção não são mutuamente excludentes; ambas podem gerar um desejo político que justifica a ação política. A ação política, seja ela violenta

ou não, é gerada por uma vontade política que, por sua vez, é produto de um argumento ou de uma emoção, ou de uma mistura de ambos. Os poucos sociólogos e cientistas políticos que investigaram o papel das emoções na política observaram que tanto emoção como razão constroem o pensamento e a vontade políticos. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.122).

No entanto, é necessário ter cuidado para não cair nas armadilhas da militância radical. Os black blocs fazem uma crítica às formas tradicionais de militância e aos movimentos sociais mais institucionalizados por seus métodos terem pouco impacto e resultados, no entanto, os mesmos são acusados também de etichizar a violência como se as suas ações fossem uma espécie de forma mais pura de militância, como se a ação direta e o ativismo radical fossem politicamente superiores à outras formas de ação. É essa armadilha que faz com que os adeptos da tática possam perder de vista os impactos políticos de suas ações, e de fato ofuscar as pautas e as demandas das ruas, realizando ações e entrando em confrontos de alta visibilidade com a polícia de forma quase ritualística, e às vezes sem necessidade ou resultado algum, apenas para cumprir com uma identidade política prescritiva.

Ao cair nessa armadilha o discurso da tática repete os mesmos jargões e argumentos fáceis e inquestionáveis, porém completamente vazios e inefetivos que são mobilizados por grupos políticos liberais, conservadores, autoritários e até pelas forças armadas, ao afirmar que estão travando uma guerra em nome da liberdade, da igualdade, da justiça, da paz.

Por sorte, essa não é a perspectiva da maioria dos adeptos, apesar de muitos acreditarem que apenas pela instrumentalização política da violência é possível abrir caminhos revolucionários de mudança, a maior parte deles tem visões mais realistas sobre suas ações. De modo geral o pacifismo e a não-violência são questionados por eles em termos de resultados, no entanto, a violência não é vista como o único meio possível de manifestação, nem mesmo o mais efetivo, mas sim como mais um elemento para fazer pressão sobre as autoridades em defesa de determinada pauta.

Não estou dizendo que o bloco vai acabar com os problemas do mundo. Mas tenho certeza de que é saudável confrontar fisicamente autoridades que sustentam fisicamente um sistema podre e lembrar o resto da população de que dá para fazer essas coisas. (BLACK BLOC PAPERS, 2010, p.24, tradução livre⁶⁶).

⁶⁶ Original: I'm not saying that the Bloc will end the world's problems. I don't know if anything will end the world's problems. I am, however, certain that physically confronting authorities which physically uphold a rotten system and reminding the rest of the populace that such things can be done is healthy.

A violência tem seu papel como parte do ativismo, mas ela não pode se tornar o centro da ação, ela é apenas mais um elemento estratégico de atuação política, mas de forma alguma é suficiente em si mesma e deve sempre estar associada à outras formas de militância. Nesse sentido é importante para a tática black bloc e seus adeptos, que da mesma forma que ela deve ser reconhecida como forma legítima de ação, ela deve também reconhecer a importância da diversidade de táticas e de outros meios de atuação e diálogo, a resistência e a abertura de novos caminhos podem ser feitas pela instrumentalização da violência, mas essa não pode ser a única linguagem empregada.

5 “VIOLÊNCIA VEM DO ESTADO... O QUE FAZEMOS É DEFESA”: VIOLAÇÕES, REPRESSÃO E CRIMINALIZAÇÃO

O que eu apresentei até aqui nesta tese se refere à instrumentalização política da violência a partir das ações da tática black bloc, seus atos de "vandalismo", sua violência performática, suas ações diretas e a mensagem política implícita, e por vezes silenciada, nessas ações. No entanto, é necessário desenvolver um pouco outra das facetas da violência política nas jornadas de junho de 2013, uma faceta que não é recente, tampouco nova em nossa realidade, mas que também passou por algumas transformações e atualizações nesse contexto: a repressão policial.

Tal repressão foi tão violenta em determinados momentos que desencadeou um duplo processo na interpretação e posicionamento da mídia em relação aos protestos. Primeiramente uma rejeição à brutalidade contra os manifestantes e jornalistas e, posteriormente, sua conclamada necessidade para a proteção contra os “vândalos”.

De acordo com o relatório da organização Artigo 19⁶⁷, durante o ano de 2013⁶⁸ foram realizados pelo Brasil 696 protestos, 15 desses com mais de 50 mil pessoas, 16 com mais de 10 feridos, 112 com uso de armas não-letais, 10 com uso de arma de fogo, 837 pessoas foram feridas, 2608 manifestantes foram detidos, 117 jornalistas foram agredidos ou feridos e 10 foram detidos, além de 8 mortes registradas durante os protestos, nem todas relacionadas diretamente à repressão policial ou à ação dos manifestantes, mas ligadas indiretamente pela agitações e incertezas criadas naquele contexto.

A atuação das forças policiais do país foi responsável por várias violações aos direitos dos manifestantes e pela prática de diversos ilegalismos e irregularidades, conforme enumerado pelo mesmo relatório:

- 1) Falta de identificação dos policiais;
- 2) Detenções arbitrárias, como detenção para averiguação, prática extinta desde o fim da ditadura militar;
- 3) Criminalização da liberdade de expressão por meio do enquadramento de manifestantes em tipificações penais inadequadas às ações do “infrator”;

⁶⁷ ONG de direitos humanos que trabalha com liberdade de expressão. Disponível em: <<http://artigo19.org/blog/2014/06/02/relatorio-protestos-no-brasil-em-2013/>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

⁶⁸ Não consegui compilar dados semelhantes sobre os anos de 2014 e 2015, nos anexos desta tese, no entanto, consta uma lista de casos emblemáticos ocorridos durante as manifestações nos 3 anos analisados

- 4) Censura prévia, por meio da proibição, legal ou não, de manifestantes usarem máscaras ou levarem vinagre para o protesto;
- 5) Uso de armas letais e abuso das armas menos letais;
- 6) Esquema de vigilantismo nas redes sociais montado pelas polícias locais, pela Abin e também pelo Exército; assim como as gravações realizadas pelas polícias durante os protestos;
- 7) Desproporcionalidade do efetivo disposto para o policiamento do protesto com o número de manifestantes;
- 8) Policiais infiltrados nas manifestações que, por vezes, causavam e incentivavam tumulto e violência;
- 9) Maior preocupação policial com a defesa do patrimônio do que com a segurança e integridade física dos manifestantes;
- 10) Ameaças e até mesmo sequestros foram relatados. (ARTIGO 19, 2014, p.26-27).

A violência da repressão policial é característica inegável de nosso sistema de segurança pública e, praticamente, tornou-se parte intrínseca de nossa cultura policial, e não foi diferente nas manifestações desde junho de 2013 tanto por meios físicos, quanto por meios “jurídicos”. Por si só os abusos e violações apontados acima já seriam suficientes para tensionar a legitimidade do monopólio da força defendida pela tese weberiana, no entanto, para compreender essa questão de forma mais profunda, não podemos tirar a ação repressiva de nossas polícias da chave da instrumentalização política da violência.

Ao fazer uma análise dessa questão, é necessário observar não apenas a face visível desse fenômeno e a violência física empreendida de forma direta contra os manifestantes. Tampouco é suficiente incluir aqui o papel do sistema de Justiça ao definir os tipos penais que serão acionados contra os mesmos e denunciar não apenas as agressões, mas as violações ao direito de livre manifestação e demais ilegalismos cometidos. Trata-se também de se observar a manutenção e reprodução de tal sistema de segurança pública.

É necessário, portanto, aumentar o alcance e a profundidade dessa análise, levando em conta a estrutura militarizada de nossa sociedade, que vai além da segurança pública e contamina a política com uma forma binária e polarizada de ver as questões, ou seja, na chave do mero combate e eliminação do inimigo. Uma dinâmica que cria um contexto de guerra interna onde “só em 2013, 2212 pessoas foram mortas pelas polícias brasileiras” e “490 policiais civis e militares foram mortos em serviço e durante folgas” (MENA, 2015, p. 20). Uma relação que além de assustadora, também é ineficaz, na medida em que promove uma criminalização da pobreza e de todos aqueles que desafiam, de alguma forma, a ordem social vigente, e dissemina uma percepção negativa das polícias no país, visto que “70% da

população do país não confia na instituição, e 63% se declaram insatisfeitos com a sua atuação” (MENA, 2015, p.20).

Essa situação e a questão da hipermilitarização⁶⁹ da sociedade brasileira, bem como sua relação com um sistema de Justiça que legitima a criminalização da pobreza e da oposição, oferecendo as ferramentas jurídicas e a vontade política de marginalizar e excluir os “inimigos”, passando por cima de direitos e garantias constitucionais se necessário, é um tema bastante amplo e complexo, que por si só demandaria a construção de outra tese, no entanto, tais elementos não podem ser simplesmente ignorados, e é nesse sentido que este capítulo se propõe a abordar essas questões, não buscando resolvê-las ou esgotá-las, mas apenas ressaltar sua importância e sua relação direta com as demais análises aqui realizadas. Também serve para dar uma visão do outro lado do objeto de pesquisa aqui colocado, a instrumentalização da violência, assim o capítulo não tem como foco denunciar as violações da polícia, mas compreender como essas violações fazem parte de outra faceta da mesma violência.

Analisando mais atentamente os protestos desde junho de 2013, e também os seus desdobramentos em 2014, 2015, um ponto que me chama a atenção e não é apenas a ação da polícia, mas também a escolha estratégica de sua aparente inação. Em certos momentos – como no início das manifestações de junho em São Paulo e no Rio de Janeiro – a polícia militar agiu com extrema violência e ações arbitrárias, já em outros protestos os policiais mantiveram-se impassíveis às ações dos manifestantes, sem interferir para impedir atos graves – como os incêndios iniciados durante a manifestação do dia dos professores no Rio de Janeiro em 2013.

FIGURA 13 - CARRO DA POLÍCIA EM CHAMAS

⁶⁹ Hipermilitarização é a presença de uma lógica militarizada não apenas na área da segurança pública, como é comumente aceito, mas em vários outros elementos da sociedade marcada pela adoção de técnicas e práticas tipicamente militares em setores da sociedade civil, como implantação de processos de securização urbana cada vez mais ostensivos, o uso de veículos blindados, armamentos, drones, entre outros.



FONTE: Revista Veja, 2013.

Esse jogo de atitudes da polícia militar cria uma espiral de sentido que se retroalimenta, incitando e justificando a violência. Primeiro, a brutalidade inicial da ação policial exalta os ânimos dos manifestantes, levando alguns grupos a reagir à repressão de modo igualmente violento. Em seguida, o “vandalismo” promovido por esses grupos, nos momentos em que a polícia se omite, amedronta o restante da população, dando as bases para um discurso que criminaliza os “vândalos infiltrados” e sugere que a única saída frente à violência dos protestos é mais repressão, dando a oportunidade perfeita aos fervorosos defensores do populismo penal justificar suas demandas e argumentarem em defesa do recrudescimento das leis.

Neste esforço para legitimar e justificar a violência do Estado, ao mesmo tempo em que criminaliza e desmoraliza as manifestações de rua, o papel da mídia corporativa está longe de ser o de um observador imparcial. Os meios de comunicação de massas, como jornais e televisão, deixam de advogar abertamente pela repressão aos protestos, como tentaram sem sucesso nos primeiros dias de manifestações, mas tampouco deixaram de exercer seu poder, através da sugestão e da omissão.

O discurso midiático, como já fez em outros momentos, segue uma lógica que reforça a legitimidade da repressão e a violência dos “vândalos” repetindo

incansavelmente cenas como a do espancamento do Cel. Reynaldo Rossi⁷⁰ ou a depredação de bens públicos, agências bancárias e viaturas policiais, por outro lado, criticava os excessos cometidas por manifestantes "oportunistas", despolitizados e "arruaceiros". Entretanto, após cada episódio marcante das manifestações, é raro encontrar na "grande mídia" uma análise igualmente crítica sobre a atuação e o comportamento da polícia, tanto nos casos de violência excessiva, como nos casos de completa abstenção.

Apesar da violência policial do dia 13 de junho ter sido um dos elementos que desencadeou uma onda de solidariedade às manifestações, como apontei no capítulo 2 desta tese, não demorou muito para que o discurso sobre o vandalismo apagasse essa solidariedade inicial, especialmente quando os "vândalos" puderam ser mais concretamente definidos pela presença da tática black bloc, que só foram assim reconhecidos e nomeados depois do ápice das manifestações e da vitória sobre as tarifas do transporte público, apesar da tática já estar presente em outras manifestações.

O surgimento destes sujeitos nos protestos foi fundamental para que a legitimidade da repressão violenta fosse reafirmada pela mídia, que pintou os adeptos da tática de ação direta em manifestações como criminosos violentos, vândalos oportunistas e terroristas irracionais, sem qualquer causa política válida. Não era mais possível estabelecer uma relação de inimigos na chave do binômio manifestantes versus polícia militar, afinal a população apoiava fortemente as manifestações, e jornalistas haviam sido feridos pela polícia militar, mas a presença desses sujeitos específicos mudava a história, agora era a relação black bloc versus polícia militar que justificava a repressão.

Os adeptos da tática black bloc eram o bode expiatório perfeito para justificar a violência policial, assim coibindo e desarticulando maiores manifestações que feriam o status quo. Os inimigos não eram os manifestantes "de bem", eram esses sujeitos vestidos com suas roupas pretas e máscaras cobrindo os rostos, enfrentando diretamente a tropa de choque com paus, pedras e escudos improvisados, montando barricadas e lançando coquetéis molotov, quebrando vidraças de bancos, pichando e

⁷⁰ Ver: Coronel tem clavícula quebrada e arma roubada em ato em SP, diz PM. Portal G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/10/coronel-da-pm-foi-agredido-e-teve-armaroubada-durante-tumulto.html>>. Acesso em: 20 set. 2016.

depredando patrimônio público, e desconhecidos da maior parte da população, o que se tornou significativo e prático para a abordagem midiática. A black bloc era uma tábula rasa sobre a qual se podia imprimir a imagem que fosse mais útil, e assim nasceu o inimigo público da vez, um inimigo que, por sua vez, aceitava e até se orgulhava em certa medida, de assumir esse papel de antagonista do poder público.

Não foram poucas vezes em que a "ameaça" black bloc foi inflada e exagerada, tanto pela mídia quando pela polícia, que não hesitou em dar informações erradas sobre sua formação, o tamanho dos seus "arsenais" e seus objetivos. Por sinal a obsessão das forças estatais com a black bloc levou muitas vezes à circulação de informações e operações autoritárias, infrutíferas e até absurdas durante os protestos. Como a criação da Comissão Especial para Investigação de atos de Vandalismo no RJ⁷¹ – com ares de DOI/CODI – e sua revogação logo em seguida, a proibição do uso de máscaras em manifestações⁷² ou o mandado de prisão emitido para Bakunin – o filósofo anarquista morto em 1876 – como um dos líderes da "organização terrorista" black bloc⁷³.

Como já apontei anteriormente, claramente a tática pode dar, e efetivamente deu, espaço para saques, vandalismos e violações que não fazem parte de suas ações, mas a atuação da polícia não foi próxima de coerente ao atuar nas manifestações e a mídia colocava manifestantes, vândalos e pessoas que se aproveitaram de um momento de caos todas como black bloc, qualquer infração, ato entendido como vandalismo era logo associado à black bloc.

Sob essa névoa de exageros sobre a ameaça representada pelos adeptos da tática, justificava-se a repressão e, em alguns casos, as prisões preventivas para averiguação, como veremos adiante. Quando as declarações e abusos eram corrigidos, e a mídia e o estado se retratavam ou admitiam seus erros, o público e a mídia já haviam perdido interesse pelos eventos e pelas novas informações, o que só fez cristalizar as percepções negativas da população sobre a black bloc.

⁷¹ Ver: Decreto Nº 44305 de 24/07/2013. Cria Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas - CEIV e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=256823>>. Acesso em: 28 out. 2013.

⁷² Ver: Projeto de lei que proíbe máscaras em protestos é aprovado no Rio. G1. 10 set. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/09/projeto-de-lei-que-proibe-mascaras-em-protestos-e-aprovado-no-rio.html>>. Acesso em: 15 set. 2016.

⁷³ Ver: Filósofo russo já morto é citado como suspeito em inquérito no Rio de Janeiro. Revista Fórum. 28 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2014/07/28/filosoforosso-ja-morto-e-citado-como-suspeito-em-inquerito-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 15 set. 2016.

O fato de a tática recorrer às ações diretas “violentas” é um dos elementos que facilitou essa percepção de “vândalos” e “baderneiros” construída pela mídia e pelo Estado. É fácil imaginar que a violência da repressão e brutalidade policial são simplesmente respostas acionadas pela violência da black bloc, todavia, a dinâmica entre ativistas e polícia é, na verdade, muito mais complexa. Vale ressaltar que nem sempre a resposta da polícia é a violência, assim como nem sempre a violência policial é uma reação à violência dos manifestantes, não apenas no caso brasileiro, mas de forma mais ampla, como aponta Dupuis-Déri:

O uso da força pelos manifestantes pode aumentar o risco de brutalidade policial e prisões, mas, fora isso, é difícil encontrar uma correlação. Em algumas ocasiões, a polícia demonstrou um grande nível de tolerância em relação a certos delitos, mas, em outras, atacaram e reprimiram manifestantes completamente pacíficos. (DUPUIS-DÉRI, 2014, p.203).

Os adeptos da tática black bloc levam em consideração os riscos a que se submetem e mesmo as consequências de suas ações para os demais manifestantes, nesse sentido, seria um erro grosseiro considerar que suas ações são as causas da violência policial. Quando se fala em reação da polícia deve-se lembrar de que o comando da polícia tem controle de decisão sobre intervir ou não nas ações dos manifestantes e, optar por intervir, quais as armas e o nível de força que deverão ser empregados.

Em alguns casos, a repressão ainda é justificada pelas autoridades e seus porta-vozes como excessos cometidos por policiais na linha de frente que foram além de suas ordens. No entanto, usar o argumento de que os policiais recorrem à violência por uma espécie de prazer sádico individual seria o mesmo que condenar as ações da black bloc acusando-os de serem rebeldes sem causa despolitizados. Esses argumentos de cunho psicológico e individual são inúteis em termos sociológicos para explicar os padrões de violência e brutalidade policial de um contexto social.

Há outros elementos que devem ser postos em questão para esta tese, como aponta Dupuis-Déri (2014), pesquisas de diversos sociólogos e cientistas políticos chegaram à conclusão de que os policiais estão mais dispostos a recorrer à violência quando estão enfrentando grupos políticos marginalizados, considerados fora dos padrões aceitáveis pelo Estado ou pela opinião pública, como é o caso dos black blocs, criminalizados pelos discursos oficiais e incompreendidos por grande parte da população e mesmo dos demais manifestantes. Isso é o estabelecimento de perfis políticos contra os quais se pode recorrer à violência. O que os manifestantes

realmente fazem não é o fator principal que irá definir a ação policial, o principal determinante é quem são os manifestantes aos olhos da polícia, independente deles terem sido violentos ou não. (DUPUIS-DÉRI, 2014).

Durante minha pesquisa de mestrado um fenômeno similar foi encontrado, visto que o maior número de casos que a guarda municipal observava pelas câmeras era o chamado “comportamento suspeito”, durante o período em campo, dentro da sala de videomonitoramento ficou claro que o tal comportamento suspeito na verdade referia-se a alguns perfis bastante específicos de pessoas suspeitas, dentre eles jovens, com certos tipos de vestimenta e usualmente capuzes ou bonés que dificultavam a identificação de seus rostos.

É exatamente isso que aconteceu com os adeptos da tática black bloc, enquanto a mídia construía a imagem do “vândalo”, do “baderneiro”, do “anarquista criminoso” como uma ameaça à segurança pública e à ordem social. O black bloc pode até constituir uma ameaça real à ordem pública, por sinal esse é justamente um dos objetivos da tática, mas essa imagem é, muitas vezes, amplificada de tal modo pela mídia e pelas autoridades que traz um impacto direto na intensidade da repressão e da perseguição sofrida por estes – não pela violência prática de suas ações, mas pelo seu perfil político⁷⁴ e sua posição marginal mesmo em relação aos demais manifestantes, ficando em uma posição especialmente vulnerável, alvos de investigações e detenções irregulares e responsabilizados por toda a violência das manifestações.

No entanto, essa relação já foi amplamente abordada em outros capítulos desta tese, o que me proponho a fazer nas próximas páginas é justamente apontar para a instrumentalização da violência pelo próprio Estado, sem o mesmo aprofundamento dado às análises sobre a tática black bloc, nas ações das polícias militares, e também do sistema de justiça, ressaltando as violações cometidas ao direito de protesto, a repressão às manifestações e a criminalização dos manifestantes, elementos que afetaram não apenas os adeptos da tática black bloc.

5.1 REPRESSÃO VIOLENTA

⁷⁴ Isso fica claro quando observamos as perguntas aplicadas pela polícia aos adeptos da tática durante as investigações realizadas, o que pode ser visto no Anexo B – Interrogatório de um adepto da tática black bloc.

No desenrolar das manifestações no Brasil desde 2013, foram várias as violações cometidas pelo Estado em relação ao direito de protesto, de liberdade de expressão e livre manifestação, assim como nas práticas empreendidas para repressão dos protestos. Inicialmente o recurso à violência na atuação direta contra os protestos foi o mais comum, especialmente no ano de 2013, no entanto, nos anos seguintes houve também algumas mudanças nos padrões adotados pelo Estado, como o monitoramento dos manifestantes, além de ações institucionais de criminalização que passam a ter mais destaque, mantendo e aprimorando as técnicas antes utilizadas e ampliando o leque de formas de repressão e violação de direitos, inclusive com investimentos no aparato repressor do Estado, como a aquisição de novos equipamentos e a sofisticação de suas táticas de atuação.

A violência é claramente o símbolo maior de repressão à liberdade de expressão no contexto de protestos e, em muitos casos, ficou flagrante a desproporcionalidade com que a mesma foi instrumentalizada pela repressão, mas ficou flagrante também a desproporcionalidade numérica entre manifestantes e policiais. O número de policiais chegou a ser igual ou até mesmo superior ao número de manifestantes em alguns momentos, adicionado a isso considerando a condição de um policial treinado e equipado em relação a um manifestante, que em sua maioria carregavam apenas cartazes, bandeiras e smartphones, e nos casos mais extremos de adeptos da tática black bloc “pesadamente preparados”, portando paus, pedras, estilingues e escudos improvisados.

É Importante lembrar que a presença da força policial nos protestos não deveria ser calculada em número suficiente para reprimir os manifestantes, mas, sim, suficiente para garantir a proteção destes contra a violência física por parte de outras pessoas que possam sustentar opiniões opostas, que sejam contrárias as manifestações e busquem impedir que as mesmas aconteçam, ou para isolar e controlar eventuais conflitos durante as manifestações de maneira focada, garantindo que os demais manifestantes, não envolvidos no conflito, possam continuar se manifestando.

A polícia militar não deve ser entendida meramente como um aparato para controle e dissuasão de atos públicos, que são parte da vida democrática, de fato, esse tipo de repressão por parte das forças do Estado em muitos casos pode gerar ainda mais engajamento popular, como ficou claro após o dia 13 de junho de 2013 e

a violenta repressão acontecida em São Paulo, e conseqüentemente aumenta a probabilidade de atos com focos de violência.

Pensando em termos arendtianos, a violência nunca é legítima em si, mas seu emprego por um poder legítimo pode ser justificável, ora, se as manifestações são contra a legitimidade do poder estabelecido essa violência não será justificável para os manifestantes, visto que eles não consideram tal poder legítimo. Da mesma forma, a violência dos protestos, que representariam o poder do povo, esse sim reconhecido como legítimo, pode ser justificada como uma forma de defesa contra os abusos do Estado.

De qualquer forma, para justificar a instrumentalização da violência, o Estado precisaria seguir uma série de princípios⁷⁵ que legitimem sua ação e o exercício desse poder:

Princípio da Legalidade: Os agentes de segurança pública só poderão utilizar a força para a consecução de um objetivo legal e nos estritos limites da lei.

Princípio da Moderação: O emprego da força pelos agentes de segurança pública deve, sempre que possível, além de proporcional, moderado, visando sempre reduzir o emprego da força.

Princípio da Necessidade: Determinado nível de força só pode ser empregado quando níveis de menor intensidade não forem suficientes para atingir os objetivos legais pretendidos.

Princípio da Proporcionalidade: O nível da força utilizado deve sempre ser compatível com a gravidade da ameaça representada pela ação do opositor e com os objetivos pretendidos pelo agente de segurança pública.

Princípio da Conveniência: A força não poderá ser empregada quando, em função do contexto, possa ocasionar danos de maior relevância do que os objetivos legais pretendidos. (DECRETO 4226/2010, 2010, p.8)

Ficou evidente desde 2013, e também nos anos seguintes, que a ação policial esteve longe de obedecer a esses princípios. São incontáveis os vídeos, fotos e depoimentos divulgados pela internet, seja através do facebook, da mídia alternativa e até da mídia tradicional com denúncias de abusos e agressões cometidas por policiais militares e tropas de choque por todo o país, e tais posturas e ações sequer são postas em dúvida por seus autores, como demonstram os casos do capitão do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Distrito Federal, que afirmou ter utilizado spray de pimenta contra manifestantes simplesmente “por que quis”⁷⁶, ou do policial militar do Rio de Janeiro que, após a repressão violenta contra uma manifestação de

⁷⁵ Disponível em: <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/1188889/DLFE-54510.pdf/portaria4226usodaforca.pdf>. Acesso em: 25 mar 2017.

⁷⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/09/porque-eu-quis-diz-pm-questionado-porjogar-gas-em-jovens-no-df-veja.html>. Acesso em: 25 mar. 2017.

professores da rede municipal naquele dia, postou uma foto no facebook segurando um cassetete quebrado com a legenda “foi mal fessor”⁷⁷. Em ambos os casos não consegui informações sobre qualquer forma de reprimenda sofrida pelos policiais envolvidos.

FIGURA 14 - "FOI MAL FESSOR"



FONTE: Portal G1, 2013.

Tais exemplos de agressividade e abuso, e muitos outros que não caberia aqui citar, apenas demonstram o quanto nossas forças de segurança não estão preparadas para lidar com manifestações populares típicas de um regime democrático, e o quanto ainda estão marcadas por lógicas autoritárias, violentas e perversas de controle social (BERLATTO, 2008).

Apesar da repercussão de certos casos emblemáticos, trazendo uma maior visibilidade ao debate sobre desmilitarização das polícias e sobre brutalidade policial, o que se viu na prática foi apenas a manutenção do mesmo *modus operandi* e até mesmo um aprimoramento das táticas empregadas pelas forças de segurança pública

⁷⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/10/pm-exibe-cassetete-quebrado-diz-foi-mal-fessor-e-causa-repudio-na-web.html>. Acesso em: 25 mar. 2017.

depois de 2013, como é o caso da tática do chamado envelopamento, que consiste em deslocar as tropas policiais para acompanhar os protestos em todas as direções, nas ruas paralelas e nos locais para onde os manifestantes se dirigiam.

Para além de qualquer objetivo válido para essa tática, sua utilização garante apenas que as forças policiais consigam cercar os manifestantes que se dispersavam durante os confrontos com a polícia de forma mais efetiva, além de criar um ambiente de medo e intimidação entre os manifestantes. Tal técnica passou a ser empregada frequentemente nos anos de 2014 e 2015, e houve casos onde os manifestantes foram cercados antes mesmo do início dos atos⁷⁸, demonstrando claramente a relação de antagonismo entre policiais e manifestantes.

Outro ponto que chama a atenção é o uso de armas letais e menos letais pelas forças policiais. O uso de armas "menos letais" foi um dos maiores e mais destacados problemas encontrados durante os recentes protestos, de acordo com sua definição técnica essas armas são "equipamentos utilizados pelas forças de segurança de um Estado a fim de dispersar multidões, conter possíveis danos ao patrimônio público e privado, e imobilizar aqueles reconhecidos como 'infratores' por meio da dor e do medo"⁷⁹, no entanto, o que foi visto nas manifestações nos últimos anos foi o uso indiscriminado de balas de borracha, sprays de pimenta, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral de forma abusiva e sem respeito aos procedimentos corretos ferindo gravemente manifestantes, jornalistas e mesmo transeuntes que sequer estavam envolvidos com as manifestações.

Além do uso das armas menos letais, também foi registrado o uso de armas de fogo pela polícia em diversos protestos, resultando inclusive na morte de um manifestante⁸⁰. Talvez o caso mais emblemático que envolve o uso de armas de fogo nas manifestações, mereça ser destacado aqui justamente por sua conexão com a tática black bloc. Em 25 de janeiro de 2014, o manifestante Fabrício Proteus Chaves foi atingido por dois tiros disparados por um policial militar durante uma manifestação na região de Higienópolis, em São Paulo. Segundo os policiais, Fabrício seria um adepto da tática black bloc e teria tentado atacá-los com um estilete, no entanto, o momento em que o manifestante é atingido pelos policiais foi registrado pelas câmeras

⁷⁸ Disponível em: <http://www.otempo.com.br/cidades/mesmo-com-polêmica-pm-volta-a-envelopar-manifestantes-na-praça-sete-1.873546>. Acesso em: 25 mar 2017.

⁷⁹ Disponível em <http://www.menosletais.org/armas-menos-letais/>. Acesso em: 25 mar 2017.

⁸⁰ Anexo C – Mortes relacionadas aos protestos.

de videomonitoramento de um prédio e de um posto de combustível da região, mostrando Fabrício sendo perseguido pelos policiais quando em certo ponto se vira e é atingido duas vezes⁸¹.

A versão da polícia foi contestada pelos advogados, nos vídeos não é possível identificar se Fabrício portava ou não um estilete, e a única evidência da relação entre o manifestante e a tática black bloc foi o fato de ele curtir páginas relacionadas no Facebook. Não consegui informações sobre como o caso foi finalizado.

De qualquer forma, além do uso de armas de fogo em protestos sociais ferir garantias e direitos previstos na Constituição Federal e em tratados internacionais ratificados pelo Brasil, o caso de Fabrício vai contra o Decreto Interministerial 4226/2010, do Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos sobre o uso da força por agentes de segurança, que em seu item 4 determina que "não é legítimo o uso de armas de fogo contra pessoa em fuga que esteja desarmada ou que, mesmo na posse de algum tipo de arma, não represente risco imediato de morte ou de lesão grave aos agentes de segurança pública ou terceiros" (DECRETO 4226, 2010).

É importante destacar como essa questão passa pelas práticas discursivas e pelos enquadramentos midiáticos. O caso de Fabrício, assim como outros ocorridos em grandes centros urbanos, como em São Paulo ou no Rio de Janeiro, teve uma cobertura mais detalhada e até um acompanhamento do caso nos dias seguintes e, alguns casos, chegaram até a resultar em punições mais sérias contra os policiais, como no Rio de Janeiro, onde policiais que efetuaram disparos nos protestos contra a Copa do Mundo da FIFA de 2014 e foram afastados.

No entanto, quando o uso de armas letais pelas polícias militares ocorre em comunidades mais pobres e periféricas o destaque e o acompanhamento da mídia é muito menor, menos detalhado, e até ignorado pelos veículos da imprensa. Apenas para exemplificar essa prática, basta citar aqui o caso de uma criança de 12 anos baleada durante um protesto de moradores do morro Pavão-Pavãozinho, na zona sul do Rio de Janeiro no dia 22 de abril de 2014, que recebeu apenas uma breve nota sobre o acontecido e nenhum acompanhamento posterior sobre o caso, seja sobre as condições da vítima ou as consequências para o policial envolvido⁸².

⁸¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ohahlVUYtQ>. Acesso em: 25 mar. 2017.

⁸² Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-04/garoto-e-baleado-durante-protesto-em-copacabana>. Acesso em: 25 mar. 2017.

Essa percepção não traz realmente nada de novo, mas apenas confirma a forma diferenciada em que a violência é tratada de acordo com o perfil daqueles que afetados por ela, retomando o pensamento de Judith Butler, há aqueles cujas mortes são dignas de luto, e aqueles cujas vidas são dispensáveis e cujas violências sofridas são aceitáveis, demonstrando a seletividade da abordagem dessa questão.

5.2 VIOLAÇÕES DE DIREITOS

Além das claras violações cometidas com o uso da brutalidade policial, que são mais diretamente ligadas ao conceito de instrumentalização da violência trabalhado ao longo desta tese, graças à sua mobilização mais prática e visível. Houve também outras violações ao direito de protesto praticadas pelo Estado que merecem destaque e atenção, violações mais sutis, ou no mínimo menos visíveis, mas que engendram também a instrumentalização de certa violência simbólica, ou de formas perversas de controle social. Tendo desenvolvido minha dissertação de mestrado sobre vigilância e videomonitoramento, um assunto que capturou minha atenção ao analisar as manifestações foram justamente as técnicas de vigilância empreendidas pelas polícias para monitorar os protestos e os grupos de interesse, especialmente os adeptos da tática black bloc.

Muito se fala sobre como as redes sociais e as filmagens das manifestações em smartphones influenciaram na forma como os manifestantes se organizam, divulgam atos, convocam participantes e até articulam ações durante os atos, seja nos textos acadêmicos, jornalísticos e mesmo em discursos não especializados. No entanto, pouco é falado sobre como a segurança pública também faz uso destes mesmos recursos em suas ações.

Foi bastante comum a captura de imagens fotográficas e vídeos dos manifestantes pelas polícias militares, construindo um vasto banco de dados com o registro. O que ficou evidente foi que esses registros, por mais que possam servir como proteção aos manifestantes quando filmado por eles, é frequentemente utilizada por agentes policiais para intimidação e inibição da liberdade de expressão, sendo usados como base para a acusação e abertura de inquéritos policiais contra manifestantes de acordo com a sua participação recorrente em protestos e sua atuação nas redes sociais, de acordo com o que foi chamado de “ronda virtual”.

FIGURA 15 - POLICIAIS FILMANDO AS MANIFESTAÇÕES



FONTE: Artigo 19, 2016.

Importante notar que assim como são ferramentas novas para os manifestantes e movimentos sociais, também o são para o Estado e para as forças policiais. Dessa forma, não há normas reguladoras que definam seus usos, sua finalidade, modo de filmagem ou armazenamento. Tal dinâmica e a falta de regulação sobre a mesma gera um clima de desconfiança sobre os motivos e usos desse banco de dados, ainda mais quando diversos pedidos realizados por organizações de defesa de direitos humanos para ter acesso a essas imagens foram negados, mesmo com o amparo da Lei de Acesso à Informação.

Ainda sobre a vigilância dos manifestantes, além da questão das imagens coletadas durante as manifestações, outro fator interessante que tomou lugar a partir de 2013, e tem se tornado uma ferramenta de uso bastante frequente é a chamada “ronda virtual”, como já citada acima, ou seja, o monitoramento das redes sociais dos manifestantes, feito basicamente de forma manual, checando os perfis de pessoas associadas a páginas que apoiam protestos e que, eventualmente, faziam postagens defendendo a depredação do patrimônio ou fazendo críticas à ação das polícias, o que inclui não apenas páginas relacionadas à tática black bloc, mas uma grande variedade de perfis políticos e ideológicos.

Tal prática levou a intimação de diversos manifestantes a depor, baseada apenas na presunção de um suposto comportamento “violento” e na ideologia dos manifestantes, bastavam uma conexão entre comentários e curtidas em páginas

consideradas apologéticas à violência para que o manifestante se tornasse um suspeito. Pensando de acordo com esses critérios, eu mesmo poderia ser considerado um suspeito, já que para realizar esta pesquisa cometi todas essas mesmas “atitudes suspeitas” que foram apontadas para intimidar os suspeitos.

Houve também denúncias de que os manifestantes eram solicitados pela Polícia Militar a entregar suas senhas do Facebook na delegacia, com o intuito de formar um banco de dados sobre os indivíduos detidos. Mais uma vez, uma das complicações dessa prática é o fato de que não há, no Brasil, uma legislação que estabeleça padrões e limites legais para o monitoramento de dados pessoais e privacidade na internet, mais uma vez criando um clima de insegurança nas pessoas que desejam participar dos protestos, visto que não se sabe até que ponto suas conversas particulares e dados pessoais poderão estar sendo monitorado pelas agências de inteligência, o que serve também como uma forma de intimidação.

Essa insegurança pode ser vista no próprio campo, quando um dos informante mais disposto a conversar por WhatsApp cancelou encontros face a face por 5 vezes e o campo nos moldes tradicionais passou a ser uma realidade complicada, pois muitos deles tinham medo desse encontro pessoal, mas menos receio de conversar via WhatsApp especialmente pela proposta de criptografia do próprio aplicativo que teoricamente protegeria as conversas.

A presença de policiais infiltrados, tanto nas redes sociais como nas próprias manifestações de rua também foi apontada em diversos eventos, onde esses atuavam com incitadores de ações violentas, causando tumultos e realizando prisões arbitrárias, numa tentativa de deslegitimar os protestos e incriminar manifestantes, ao mesmo tempo em que justificava uma ação mais dura e violenta da própria polícia. Essa prática ficou bastante clara quando um policial militar foi filmado quebrando o vidro de uma viatura⁸³

Mais um ponto muito interessante a ser observado é a relação construída com o anonimato. Muito foi falado sobre o uso de máscaras pelos “vândalos” para protegê-los da identificação individual e das acusações de depredação do patrimônio, no entanto, o que também ficou evidente durante as manifestações foi o mesmo recurso sendo empregado também pelas forças policiais, não apenas no uso de balaclavas

⁸³ Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/videos/pm-quebra-propositalmente-vidro-da-propriaviatura-durante-protesto,474195.html>. Acesso em 25 mar 2017.

por policiais das tropas de choque, o que é recurso comum e parte do uniforme padrão desses policiais, mas também a falta de identificação nas fardas.

Desde 2013, e também nos anos seguintes, foram muitas as denúncias de policiais militares sem a identificação contendo nome e graduação presa à farda, e muitos policiais inclusive se recusaram a se identificar quando questionados por manifestantes e jornalistas (ARTIGO 19, 2014). Em São Paulo, a polícia militar adotou ainda outro recurso para evitar essas acusações, alterando a tarjeta de identificação da chamada Tropa do Braço, ou Tropa Ninja, composta por policiais especializados em artes marciais, onde, ao invés de se identificar nominalmente os policial e se posto constava apenas um código de letras e números visando dificultar a identificação dos policiais.

5.3 CRIMINALIZAÇÃO E JUDICIALIZAÇÃO

O tratamento recebido pelos movimentos sociais e protestos historicamente no Brasil, não costuma ser o do diálogo, da facilitação e segurança das manifestações, muito pelo contrário, constantemente se recorre à repressão e à criminalização, e com a presença de manifestantes como os adeptos da tática black bloc, que fazem uso da violência como instrumento de ação política e, ao fazê-lo, não apenas se colocam como antagonistas do poder estatal, mas também, de uma forma ou de outra, abrem espaço para a ação violenta de outros sujeitos, que não seguem os mesmos objetivos da ação nem procuram transmitir as mesmas mensagens, fica ainda mais fácil justificar tais ações.

Por mais que, como apontei há pouco, o Estado também instrumentalize a violência, seja de forma direta por meio da brutalidade policial, seja de forma indireta por meio da violação de direitos fundamentais, como a liberdade de expressão, de pensamento e a privacidade, quando parte da sociedade civil essa instrumentalização a resposta é um fortalecimento do populismo penal, no qual se incentiva o recrudescimento das leis penais e a criminalização dos manifestantes “violentos”, transformando suas ações em crimes, seus atos em terrorismo, suas palavras de ordem em discursos de ódio. Justamente sobre populismo penal, já trazido em outros momentos deste texto, que o último tópico deste trabalho discorrerá.

A atuação dos veículos de informação em grande escala baseia-se na exploração da insegurança, institucionalizando e manipulando o medo que assola os cidadãos, os quais sentem que seus bens mais relevantes estão ameaçados. Dita sensação se materializa mais fortemente com a implementação de estratégias de manipulação social que passam à sociedade a impressão de que os meios de controle são inoperantes, mormente aqueles menos rígidos, como o controle civil ou administrativo das condutas taxadas como ilícitas. Ainda assim, mesmo quando o controle já se deu pelo Direito Penal, considerando-se a conduta não valiosa como uma conduta delitiva, a manipulação do sentimento social se perfectibiliza com critérios argumentativos convencionais de que as penas previstas no ordenamento são demasiadamente brandas ou os instrumentos de atuação do controle penal são ineficazes, exigindo-se para a retificação desse contexto o endurecimento das penas e a tipificação de novas condutas para o bem da segurança coletiva, a qual, às lentes dos veículos de comunicação em larga escala, só podem ser alcançada pelo Direito Penal. Este contexto, segundo Silva Sánchez, faz gerar um sentimento coletivo de medo e desejo por rápidas soluções estatais, uma vez que a instituição pública é a responsável pela ordem jurídica e pelo controle social. Assim, como forma de atender prontamente os reclames imediatos da opinião pública, legisladores e aplicadores do ordenamento jurídico, optam em dar uma resposta mais contundente e repressiva aos conflitos que surgiram ou possam surgir. (APOLINÁRIO, 2009, p. 03).

Nesse contexto, a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, tem apontado com frequência que o discurso ofensivo, por si só, não pode ser considerado razão suficiente para impedir ou censurar uma manifestação. A liberdade de expressão não é um direito que se aplica apenas a temas tidos como consenso, muito pelo contrário, é importante a expressão de ideias e posições que chocam, ofendem, sejam desagradáveis no sentido de provocar inquietações ao Estado e à Sociedade civil, pois são essas inquietações que irão fomentar outras percepções e outras leituras sobre determinado tema, são elas que irão produzir impacto e chamar a atenção para tais assuntos.

Aqui ressalto o que já foi apontado quando me referia à atuação da tática black bloc. Seus atos, seu recurso à instrumentalização da violência como uma performance, uma linguagem, visa exatamente chamar a atenção de um público que não está envolvido ou familiarizado com as demandas e pautas dos protestos e manifestações. Por meio de seus atos, eles buscam envolver a coletividade e avançar em um determinado debate. Não se trata de fechar canais de diálogo, como muitos críticos apontam, mas justamente de reabrir canais que já estavam fechados pelo próprio poder estatal, exigindo uma resposta. A eficácia de tal ação pode ser questionada, mas não cabe a essa tese o fazer, precisaria de um estudo dedicado à isso para compreender o impacto dessas ações.

No entanto, nem sempre a reação do poder estabelecido é a esperada, e por vezes a negação em ouvir os gritos das ruas e a linguagem da instrumentalização da violência resulta na criminalização destes manifestantes, na recusa em reconhecer suas demandas, e alimenta práticas discursivas marcadas por um populismo penal que se justifica pelas próprias ações dos sujeitos que buscam denuncia-lo.

Neste contexto a criminalização dos manifestantes, especialmente dos “vândalos mascarados” adeptos da tática black bloc toma forma também por meio de inúmeras intimações, inquéritos e detenções arbitrárias e ilegais realizadas sem fortes evidências de que qualquer crime tenha sido cometido, ou ainda para averiguação. Vale lembrar que a prática de encaminhar alguém à delegacia sem nenhum indício de ilegalidade, para averiguação se o indivíduo em questão era realmente suspeito de algo ou havia cometido alguma ação ilícita não tem base jurídica alguma, e é, ela sim, ilegal.

Vários tipos penais foram acionados contra os manifestantes, adeptos ou não da tática black bloc, como formação de quadrilha, dano ao patrimônio público, desacato, posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, além de casos em que foi aplicada a Lei de Segurança Nacional.

Cabe ressaltar ainda o fato de que em muitos desses casos não houve a individualização da conduta, ou seja, não foi atribuído aos acusados um ato específico que o mesmo tenha cometido. Essa ausência de individualização das condutas fere princípios constitucionais como o contraditório e a ampla defesa, além de afetar o devido processo legal.

Nesse cenário de completa insegurança jurídica e ação completamente arbitrária dos policiais e do próprio sistema de justiça, não foi incomum que pessoas que nunca haviam sequer se visto anteriormente fossem presas por formação de quadrilha – o que, em teoria, exige a comprovação de um vínculo estável entre os envolvidos anterior ao crime – e, da mesma forma, manifestantes foram detidos e indiciados por porte de artefatos explosivos, danos ao patrimônio e desacato baseado apenas nas palavras dos policiais que realizaram a prisão e de evidências muitas vezes forjadas para justificar as detenções. Esses enquadramentos forjados foram denunciados em vários vídeos de manifestantes que mostram de forma bastante clara que a prisão foi realizada sem qualquer fundamentação concreta.

A postura repressiva exacerbada abusa do simbolismo do direito penal, aumentando ainda mais a capacidade intervencionista intimidadora,

chamada prevenção geral. Criam-se, dessa forma, tipos de perigo abstrato, culposos, abertos e normas penais em branco. (APOLINÁRIO, 2009, p. 05).

Tais práticas criminalizadoras não apenas ferem o direito de protesto, mas, em geral, baseiam-se no direito penal e em normas amplas e de linguagem pouco precisa que facilitam seu abuso e desproporcionalidade, especialmente com o crescente apoio ao populismo penal, onde o recurso ao direito penal, que por princípio constitucional e respeito aos direitos humanos deveria ser o último recurso a ser utilizado, passa a ser a primeira e imediata resposta do Estado aos manifestantes.

5.3.1 Legislação criminalizante

Esse processo de criminalização do direito de protesto e das práticas dos manifestantes, especialmente dos manifestantes adeptos da tática black bloc não foi realizada apenas por meio de detenções arbitrárias e pelo acionamento do direito penal contra os manifestantes, mas também foi marcado pela proposta de novas legislações visando restringir as ações desses sujeitos, algumas das quais acho válido elencar abaixo, não buscando analisá-las profundamente do ponto de vista jurídico, mas sim apontar a direção tomada por tal processo.

Foram muitos os projetos de lei nesse sentido que foram criados em âmbitos municipais, estaduais e federais, mas nesta tese me restrinjo a citar alguns que caem dentro do recorte geográfico desta pesquisa, São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, e também alguns mais amplos na esfera federal.

Muitas dessas leis versam sobre o uso de máscaras nas manifestações. No estado de São Paulo, por exemplo, foi sancionada em 29 de agosto de 2014, a Lei 15.556/14⁸⁴ que proíbe “o uso de máscara ou qualquer outro paramento que possa ocultar o rosto da pessoa, ou que dificulte ou impeça a sua identificação” (Lei 15.556/14, 2014). No Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 2013, o uso de máscaras foi proibido pela Lei Estadual nº 6.528/2013⁸⁵ que regulamenta o artigo 23 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro sobre o direito de reunião e determina em

⁸⁴ Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2014/lei-15556-29.08.2014.html>>. Acesso em: 25 mar 2017.

⁸⁵ Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/4734bd1980be7a2003256b2a0061e644/95394833846e60a583257be5005ec84a?OpenDocument>>. Acesso em: 25 mar 2017.

seu artigo 2º que “É especialmente proibido o uso de máscara ou qualquer outra forma de ocultar o rosto do cidadão com o propósito de impedir-lhe a identificação” (Lei 6.528/2013, 2013). Em Curitiba e em nível federal não houveram leis voltadas para a restrição do uso de máscaras.

Direcionadas claramente à atuação da tática black bloc, os argumentos acionados para defender a criação e aplicação dessas leis foram no sentido de que o uso de máscaras vinha sendo usado por pessoas mal-intencionadas para ocultar sua identidade e cometer atividades criminosas contra patrimônios públicos e privados e contra as causas legítimas dos movimentos.

Outros projetos de lei do senado foram bastante problemáticos na forma como estabeleceram a relação entre Estado e movimentos sociais. Um dos mais complicados é o PLS nº 499/2013⁸⁶ que tipifica o crime de terrorismo como o ato de “provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física ou à saúde ou à privação da liberdade de pessoa” (PLS 499/2013, 2013). O principal problema deste projeto é a amplitude de seu texto, que permite generalizações graves, como o enquadramento de grupos e movimentos sociais como terroristas, por exemplo, os adeptos da tática black bloc, que como apontei, já foram enquadrados dessa forma nas práticas discursivas da mídia e do próprio Estado, e com essa lei poderiam ser judicialmente enquadrados nessa categoria de acusação.

Cabe ressaltar ainda que a portaria número 186/MD do Ministério da Defesa, que aprova a publicação “Garantia da Lei e da Ordem – MD33-M-10”⁸⁷. Tal documento prevê a utilização das Forças Armadas em operações de segurança pública para conter situações de perturbação da ordem e ameaça à segurança das pessoas e do patrimônio. Essa versão publicada em 2014 já é uma segunda edição, visto que sua primeira versão, publicada em 20 de dezembro de 2013⁸⁸ gerou críticas bastante severas, pois permitia enquadrar movimentos e organizações sociais, assim como manifestações populares, como “forças oponentes” do Estado e das Forças Armadas.

⁸⁶ Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115549>>. Acesso em: 25 mar 2017.

⁸⁷ Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/mes02/md33_m_10_glo_2ed_2014.pdf>. Acesso em: 25 mar 2017.

⁸⁸ Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33_m_10_glo_1_ed2013.pdf>. Acesso em: 25 mar 2017.

A segunda edição do documento suprimiu esses trechos, no entanto não alterou o objetivo da portaria, e não é difícil perceber que em combinação com a lei que tipifica o terrorismo anteriormente citada, esta publicação continua permitindo o emprego das forças armadas para reprimir manifestações e movimentos sociais que tenham, por exemplo, a presença de grupos como os adeptos da tática black bloc.

5.3.2 Alguns casos de destaque

Com todo esse aparato de repressão e criminalização alguns casos se tornaram emblemáticos dessa lógica penal e punitiva de relação entre o poder estatal e as manifestações sociais, e cabe aqui citar de forma breve, alguns destes casos que receberam mais atenção, nem sempre da mídia, mas dos próprios movimentos e organizações sociais envolvidos nas manifestações e na defesa do direito de protesto.

5.3.2.1 Caso Rafael Braga

Um dos casos mais emblemáticos envolvendo a criminalização dos protestos é, sem dúvida, o caso de Rafael Braga Vieira, morador de rua e catador de latinhas na cidade do Rio de Janeiro. Ele foi detido na noite de 20 de junho de 2013 que, como apontei anteriormente, foi um dos pontos altos das manifestações pelo Brasil, alcançando mais de um milhão de pessoas nas ruas, e marca o dia da vitória sobre o aumento das tarifas de ônibus no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Rafael foi preso carregando garrafas de desinfetante e água sanitária, motivo pelo qual foi acusado de porte de artefato explosivo (art. 16, III, da Lei nº 10.826/2003), o juiz responsável pelo caso condenou Rafael em 2 de dezembro de 2013 a 5 anos de reclusão e 10 dias-multa. A Defensoria Pública apelou da condenação e, em 8 de agosto de 2014, a Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu manter a condenação, reduzindo, a pena de 5 anos para 4 anos e 8 meses de reclusão.

Apesar do laudo pericial ter concluído que as garrafas contendo desinfetante e água sanitária teriam pouco potencial para serem utilizadas como explosivos, o desembargador manteve a condenação independente da expertise técnica.

O caso de Rafael Braga é emblemático, pois ele sequer participava da manifestação e mesmo com evidências que o exoneravam da acusação, ele foi condenado. Ele foi a primeira pessoa condenada em decorrência dos protestos que se iniciaram em junho de 2013.

Vale citar que, em dezembro de 2015, Rafael Braga passou a cumprir sua pena em regime aberto, usando uma tornozeleira eletrônica e, em 12 de janeiro de 2016, foi novamente preso, acusado de tráfico de drogas, associação para o tráfico e colaboração com o tráfico, por estar supostamente portando maconha, cocaína e um rojão, no entanto, de acordo com o advogado da vítima e testemunhas da prisão, o porte de tais objetos foi forjado pela polícia. Rafael Braga continua preso até o momento em que escrevo este texto.

5.3.2.2 Caso Luana Bernardo Lopes e Humberto Caporalli

Luana Bernardo Lopes e Humberto Caporalli foram presos em uma manifestação, em outubro de 2013, na cidade de São Paulo, seu caso se torna emblemático porque foi o primeiro caso em que manifestantes foram detidos e indiciados com base na Lei de Segurança Nacional, uma lei da época da ditadura, reservada para crimes contra a própria manutenção da integridade da ordem social e da nação.

As acusações contra Luana e Humberto são extremamente problemáticas, na medida em que, além da óbvia fragilidade da própria acusação, reconhecida inclusive nas decisões proferidas durante o processo, o enquadramento na Lei de Segurança Nacional é absolutamente inadequado. Mesmo que fossem verdadeiras quaisquer acusações sobre delitos cometidos durante o protesto, tais delitos não se enquadrariam, de forma alguma, em crimes contra a soberania nacional, a integridade do território nacional, ao regime político vigente ou às chefes dos poderes estatais, como prevê a Lei.

Com esta exorbitante orientação das conseqüências pelo direito penal moderno, esse instrumento de controle social passou também, a ser um mecanismo de pedagogia social, com o objetivo de sensibilizar a comunidade acerca de determinados assuntos até então tutelados fora do âmbito do direito punitivo.(APOLINÁRIO, 2009, p. 05).

O recurso a essa ferramenta ilustra e se alia àquela percepção apontada anteriormente que coloca manifestações sociais críticas ao sistema vigente na mesma chave de grupos terroristas que buscam derrubar o Estado.

5.3.2.3 Caso Fábio Hideki e Rafael Lusvarghi

O caso de Hideki e Lusvarghi merece destaque, pois foram os primeiros adeptos da tática black bloc presos em flagrante durante as manifestações, supostamente incitando os manifestantes contra as forças policiais presentes. Ambos foram acusados de incitação ao crime, associação criminosa, resistência, desobediência e de portarem artefatos explosivos.

Os dois permaneceram presos por 45 dias, período em que suas prisões foram convertidas de flagrantes para prisões preventivas, em 7 de agosto de 2014, um laudo pericial confirmou que os supostos coquetéis molotov encontrados com eles não possuíam potencial explosivo, sendo completamente ineficientes nesse sentido e, em 18 de setembro de 2014, suas acusações de porte de material explosivo foram absolvidas e eles passaram a responder em liberdade pelos crimes de incitação ao crime, associação criminosa, resistência e desobediência.

Em 26 de junho de 2015, Hideki e Lusvarghi foram absolvidos de todas as acusações quando o juiz reconheceu que todas careciam de evidências e que não havia qualquer prova de que os dois fossem mesmo adeptos da tática black bloc, visto que sequer estavam vestidos de preto. No entanto, coloco a questão: porque ressaltar que eles não eram adeptos da tática black bloc? Caso fossem a decisão do juiz teria tomado uma direção diferente? Afinal, ainda não havia evidências sobre nenhuma das acusações criminais.

5.3.2.4 Inquérito da Polícia Federal contra 26 ativistas em Curitiba

O ano de 2014 foi marcado pela pauta “Não vai ter Copa!” nas principais manifestações que tomaram conta do país e foi nessas mesmas manifestações que houve uma maior presença de adeptos da tática black bloc. Nesse período, uma estratégia bastante utilizada pelas polícias foi a emissão de intimações para vários ativistas identificados por meio do monitoramento das manifestações e das redes

sociais, para comparecer às delegacias e prestar esclarecimentos sobre suas ações em datas estratégicas, quando grandes manifestações estavam previstas.

Foi o que aconteceu na sexta-feira 13 de junho de 2014, quando 26 ativistas de Curitiba receberam intimações da Polícia Federal para prestar esclarecimentos no dia 16 de junho, na Superintendência Regional da Polícia Federal do Paraná, data do primeiro jogo da Copa do Mundo da FIFA de 2014, que ocorreria na cidade de Curitiba, data também do grande ato contra a Copa.

O que chama a atenção neste caso, além do número de ativistas intimados em uma data tão providencial, é o próprio conteúdo das intimações:

Trata-se de inquérito policial destinado a “(...) apurar eventual ocorrência dos delitos previstos nos artigos 163 e seus incisos, 262, 286, 288 do Código Penal Brasileiro, bem como eventual identificação com aqueles descritos na lei nº 7.170/83 (Lei de Segurança Nacional) em seus artigos 15 e 23, tendo em vista a notícia de que pessoas e grupos organizados estariam atuando de forma a extrapolar, de forma violenta e coordenada, o livre direito de manifestação política e social garantido pela Constituição Federal do Brasil, promovendo a depredação do patrimônio público e privado e a agressão a cidadãos e servidores ligados às forças de segurança do Estado (...)”.⁸⁹

Mais uma vez aparece a Lei de Segurança Nacional como instrumento para se acusar ativistas e manifestantes, e dessa vez sequer por atos que haviam sido cometidos, mas pela suspeita de que estes estariam se organizando para realizar tais atos em manifestações que ainda estavam por acontecer. Eles foram intimados a prestar esclarecimentos sobre crimes que poderiam vir a cometer no futuro.

5.3.2.5 Inquérito e ação penal contra 23 ativistas no Rio de Janeiro

Um dos casos que teve maior destaque nas redes sociais foi o da ação penal movida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro contra 23 ativistas, a partir de julho de 2014. O processo já vinha sendo construído a partir de um inquérito aberto Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DCRI) desde julho de 2013, onde por meio da “ronda virtual” no Facebook, os investigadores analisaram conversas abertas, comentários em páginas de grupos e movimentos sociais e até mesmo “curtidas” que foram usadas como provas de supostas práticas criminosas ou de incitação a outros manifestantes para prática de crimes.

⁸⁹ Vide Anexo D.

A partir destas evidências colhidas nas redes sociais, 19 ativistas foram presos no dia 12 de julho de 2014, às vésperas da final da Copa do Mundo, quando foram apreendidos em suas casas livros, bandeiras, panfletos, laptops e objetos de “conteúdo subversivo”.

Em 18 de julho, o Ministério Público ofereceu denúncia contra 23 ativistas e o juiz da Ação Penal decretou prisão preventiva dos ativistas, sob a justificativa de necessidade de “garantia da ordem pública”, em virtude da “periculosidade dos acusados”. Segundo ele, isto ficaria evidenciado “por terem forte atuação na organização e prática de atos de violência nas manifestações populares”, configurando associação criminosa.

Em 23 de julho de 2014, foi concedido habeas corpus aos 23 manifestantes e liberdade a três deles que estavam presos (Elisa Quadros, Camila Jourdan e Igor D'Icarahy), enquanto outros 18 deixaram de ser considerados foragidos. No entanto, Fábio Raposo e Caio Silva continuaram presos, que também respondiam pela morte do cinegrafista Santiago Andrade. Vale ressaltar que todos os 23 foram associados à tática black bloc.

Estes casos são apenas alguns exemplos de criminalização das manifestações populares e de seus participantes, especialmente quando estes eram associados à tática black bloc e à instrumentalização da violência, mas essa breve lista de casos de destaque está longe de esgotar todos os eventos ocorridos nesse sentido, não apenas durante o recorte temporal desta pesquisa, mas também nas manifestações que se seguiram, e mesmo antes das chamadas Jornadas de Junho de 2013.

A criminalização de movimentos sociais e manifestações populares é parte também deste conceito de instrumentalização política da violência, mas diferente das ações diretas empreendidas pela tática black bloc, ela faz parte de uma construção histórica da relação entre Estado e Sociedade Civil em nosso país, constantemente atualizada e reinventada de acordo com os sujeitos, enquadramentos e práticas discursivas em jogo, mas que de alguma forma está sempre presente.

FIGURA 16 - CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DE POLICIAL DA TROPA DO BRAÇO



FONTE: Artigo 19, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa demonstrou, no decorrer de quatro longos anos, o quanto são complexas as relações que se estabelecem entre violência e sociedade, especialmente quando se observa tal relação além de uma perspectiva limitada que coloca a violência na chave da agressividade. Ao trazer a violência, como uma relação de poder, um assunto a ser abordado a partir de sua articulação com a política uma miríade de interpretações muito mais produtivas se apresenta ao pesquisador do tema, mas essa abertura de possibilidade também se abre em muito mais questionamentos do que respostas, pondo em cheque inclusive questões que para alguns já estariam pacificadas.

Compreender essas complexas relações entre política e violência tem se tornado tema de enorme importância na conjuntura política contemporânea, na medida em que novas formas de ação política, que recorrem a instrumentalização da violência, tem se tornada cada vez mais comuns e justificáveis. O discurso e a prática da não-violência e da resistência pacífica parece não ter mais o mesmo alcance hoje que teve recentemente, especialmente após os eventos do que ficou conhecida como Primavera Árabe, e a sequência de manifestações ao redor do mundo, que podemos facilmente conectar com as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil.

Como aponte durante a tese, a questão que amarra essas manifestações todas ao redor do mundo está relacionada a um aspecto da cultura política contemporânea que vai além da realidade brasileira, mas se estende quase que de forma global em um clima de profunda insatisfação e frustração com a política e os políticos tradicionais.

Pensando na realidade brasileira acredito que aqui esteja o ponto chave desse contexto, a questão da frustração com os sistemas político e econômico vigentes e a crise de representação entre a população e as elites políticas. Não se trata apenas de uma falha do capitalismo neoliberal em suprir os sonhos das classes médias de viver o sonho americano, mas também de uma falha da democracia moderna em garantir a representatividade de uma população muito mais diversa e heterogênea do que a estrutura da política tradicional é capaz de lidar.

Assim, torna-se importante lançar um olhar sobre essas relações de forma crítica, buscando compreender os novos caminhos, limites e alcances da ação política

contemporânea, alguns desses apontados pela instrumentalização da violência por determinados sujeitos de forma politicamente orientada.

Nesse contexto, a questão do monopólio do Estado sobre a violência legítima acaba sendo colocada em xeque, na medida que esse mesmo Estado tem sua autoridade minada e sua legitimidade questionada de forma ampla por vários setores da sociedade. Assim, se torna mais produtiva uma outra leitura sobre o conceito, aquela proposta por Hannah Arendt em que a violência em si mesma nunca é legítima, mas pode ser justificável quando instrumento de um poder legítimo.

Tal leitura não exclui do poder estatal o uso justificado da violência, desde que sua autoridade seja considerada legítima. Todavia, essa leitura não garante ao Estado o monopólio dessa violência, qualquer poder legítimo pode recorrer à violência de forma justificável. O que vemos no contexto contemporâneo é que com a erosão da legitimidade do Estado, essa insatisfação e frustração com a democracia representativa, a instrumentalização da violência por outros elementos da sociedade, outros poderes dentro dessa rede de micropoderes que é a sociedade, consegue certa justificação, e a violência torna-se cada vez mais um instrumento válido de ação política, não apenas para o Estado, mas para vários sujeitos que conseguem mobilizar certa autoridade e legitimidade.

É aí que se fortalece a presença de um elemento importante nas manifestações políticas contemporâneas, estreante no cenário brasileiro, mas que logo se tornou parte dessa cultura de protestos a partir de 2013, a tática black bloc. Como descrevi longamente durante esta tese, a tática black bloc aparece como protagonista na instrumentalização da violência em protestos e manifestações, as ações da tática instrumentalizam a violência como uma forma linguagem e performance que busca criticar os sistemas político e econômico vigentes, denunciando suas próprias violências e abusos e questionando sua legitimidade, ao mesmo tempo em que também busca, por meio de atos que não podem ser simplesmente ignorados, chamar a atenção da mídia e do poder público para as pautas e demandas dos movimentos populares.

No entanto, suas ações não são aceitas de forma consensual, especialmente por aqueles cuja legitimidade é questionada, e assim as práticas discursivas do poder público, da mídia e mesmo de alguns setores da sociedade civil que discordam da estratégia performativa ou da tática, ou simplesmente ignoram o conteúdo de suas ações, constroem um enquadramento bastante negativo sobre a tática e seus

adeptos, constantemente associando suas ações a atos de vandalismo, depredação e violência sem sentido.

Como apontei, é comum que os adeptos da tática black bloc sejam reconhecidos como criminosos e, até mesmo, terroristas, tendo suas ações esvaziadas de sentido político e criminalizadas pelo poder público, sendo alvos frequentes de uma repressão ainda mais violenta por parte das forças de segurança pública. Aqui aparece mais uma vez a instrumentalização política da violência, dessa vez por parte do poder estatal, que justifica sua violência como um recurso para manutenção da ordem e reestabelecimento de sua autoridade e legitimidade.

A relação entre as ações da tática black bloc e a repressão estatal nada mais é do que uma representação da disputa pela legitimidade da instrumentalização política da violência, um retrato empírico da disputa de poder político.

É nesse sentido que cabe ressaltar aqui que esta tese não é sobre a tática black bloc, tampouco sobre brutalidade policial, sobre isso as obras de Dupuis-Déri e Esther Solano são bem mais específicas sobre a tática black bloc, sua história, e sua presença nas ruas. Assim como, outras teses já se desdobraram em falar de violência policial.

Esta tese, como mostrei ao longo do percurso, busca se aprofundar sobre a própria ideia da instrumentalização da violência, demonstrando como a violência não só pode, como é constantemente mobilizada como uma forma politicamente orientada de ação, não somente como monopólio do Estado, mas também por outros sujeitos, e é assim que a tática black bloc entra nesta pesquisa, não como objeto de estudos especificamente, mas como um exemplo prático da instrumentalização política da violência.

É isso que faz desta pesquisa um trabalho diferente daquele realizado pelos autores citados. Em outras palavras, o objeto deste trabalho não é o trabalho de campo realizado, ao contrário, o campo é uma demonstração empírica do objeto, que é o próprio conceito de instrumentalização da violência.

Tanto é assim, que o capítulo final desta tese busca nada mais do que ressaltar o quanto tal conceito também é acionado por outros sujeitos além da black bloc, e também em outras formas e modalidades, ao apontar não apenas a brutalidade policial típicas das ações repressivas do Estado, mas também a criminalização dos movimentos sociais, manifestações populares e a judicialização penal e criminal

daqueles que desafiam o tal monopólio e legitimidade do Estado, violentamente ou não.

Depois de 4 anos de pesquisa, de contato com os mais variados sujeitos, com opiniões e leituras divergentes, 4 anos de incansáveis discussões, debates, análises, observações e reflexões, devo admitir que termino esse processo com mais questionamentos a serem considerados do que com respostas definitivas, mas acho que esse é justamente o ponto da pesquisa sociológica, permitir o aprofundamento das problematizações e não o estabelecimento de respostas definitivas, quanto mais pesquisamos e estudamos determinado tema, menos certezas e mais perguntas nos são colocadas, possibilitando novas pesquisas ao longo do percurso.

Seria possível refletirmos sobre diversos pontos encontrados no desenvolvimento desta pesquisa, como o crescimento e fortalecimento do populismo penal, os impactos da relação entre a Lei Antiterrorismo e a “Garantia da Lei e da Ordem”, ou as práticas de vigilância empreendidas pelas “Rondas virtuais”.

Cabe ressaltar ainda que os caminhos seguidos durante a pesquisa foram marcados por uma percepção comum aos meus trabalhos anteriores, a da presença constante da cultura do medo, desta vez um medo relacionado ao declínio da ordem social. É na chave do medo que a tática black bloc, assim como todos os movimentos de contestação do poder estabelecido, é criminalizada e discursivamente transformada em ameaça terrorista, em inimigo público da ordem e da estabilidade política da sociedade, tornando-se vândalos, baderneiros, rebeldes irracionais, enfim monstros que assombram os pilares da política tradicional ao usar contra o poder do Estado as mesmas armas que este utilizou historicamente para se estabelecer.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

AGENDA Juventude Brasil: pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros 2013. Brasília, DF: Secretaria Nacional da Juventude, 2013.

APOLINÁRIO, M. N. O populismo punitivo na era da informação e o direito penal como instrumento de pedagogia social. In: **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2009.

ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

ARTIGO 19. **Protestos no Brasil 2013**. Disponível em: <http://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2014/06/Protestos_no_Brasil_2013-vers%C3%A3o-final.pdf>. Acesso em 15 set. 2016.

_____. **A Organização**. Disponível em: <<http://artigo19.org/a-organizacao/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. **As ruas sob ataque: protestos 2014 e 2015**. Disponível em: <<http://artigo19.org/blog/2015/09/10/as-ruas-sob-ataque-protestos-2014-e-2015/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei nº 15.556**, 29 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2014/lei-15556-29.08.2014.html>>. Acesso em: 25 mar 2017.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Lei nº 6528** de 11 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/4734bd1980be7a2003256b2a0061e644/95394833846e60a583257be5005ec84a?OpenDocument>>. Acesso em: 25 mar 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BAUER, M. W. Análise do Conteúdo Clássica: Uma Revisão. IN: GASKELL, G. e BAUER, M. W. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som** – Um Manual Prático; Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BECKER, H. S. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007

BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**: seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRITO, F.; OLIVEIRA, P. R. Territórios transversais. In: **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo. 2013.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2015.

CASSIANI, S. H. B.; ALMEIDA, A. M. Teoria fundamentada nos dados: a coleta e análise de dados qualitativos. In: **Cogitare**, Curitiba, v.4, n.2, jul./dez. 1999. p.13-21.

CIFUENTES, P. A polícia prende 19 ativistas anti-Copa. In: **EL País**. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/13/politica/1405205909_221645.html>. Acesso em 25 mar. 2017.

CLAUSEWITZ, C. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes. 1996.

COSTA, J. A tática black bloc. In: **Revista Mortal**. 2010.

D'ORAZIO, F. The future of social media research: or how to re-invent social media listening. In: WOODFIELD, K. **Social Media in Social Research**: Blogs on Blurring the Boundaries. NatCen Social Research. 2014. Disponível em: <<http://abc3d.tumblr.com/post/62887759854/social-data-intelligence>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

DEUSEN D. V; MASSOT, X. **The Black Bloc Papers**. Breaking Glass Press : Shawnee Mission, Kansas, 2010. Disponível em: <<http://www.infoshop.org/amp/bgp/BlackBlockPapers2.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

DUPUIS-DÉRI, F. **Black Blocs**. São Paulo: Editora Veneta. 2014.

ELIAS, N. **O processo civilizador** - formação do estado e civilização (vol. 1), Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ESTADÃO. Black blocs promete caos na copa com ajuda do PCC. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,black-blocs-prometem-caos-na-copa-com-ajuda-do-pcc,1503308>>. Acesso em 20 jan. 2017.

ESTADÃO. Pesquisa indica 93,4% de rejeição a atos de black blocs. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,pesquisa-indica-93-4-de-rejeicao-a-atos-de-black-blocs,1094200>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

FISCHER, R. M. B. Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em educação. In: **Revista Brasileira de Educação**, n.º 20. Campinas: Editores Associados/ANPEd, maio/jun./jul./ago., 2002, p. 83-94.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: ARTMED, 2009.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola Jesuítas, 2011.

_____. _____. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Do Governo dos Vivos**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

_____. **Segurança, Território, População**. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **História da Sexualidade**: Vol.I A Vontade de Saber. 15a ed., Rio de Janeiro: Graal. 2000.

_____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamentos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANÇA, V.; DORNELAS, R. O black bloc na mídia: embates discursivos na luta pela construção do simbólico. In: **Comunicação Pública** [Online], Vol.11 nº 20, 2016. Disponível em: <<http://cp.revues.org/1146>>. Acesso em: 27 set. 2016.

FREIRE, M. D. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. In: **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Ano 3, edição 5, p. 100-114, 2009.

FUREDI, F. **Culture of Fear Revisited**: Risk Taking and The Morality of Low Expectation. Londres: Continuum, 2006

FYFE, N. R.; BANNISTER, J. The Eyes on the Street. Closed Circuit Television Surveillance in Public Spaces. Association of American Geographers Conference, Chicago, **Anais**, Chicago, 1994, p. 1-13.

G1. Manifestações pelo Brasil. Disponível: <<http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>>. Acesso em 25 mar. 2017.

GARLAND, D. The Limits of the Sovereign State. Strategies of Crime Control in Contemporary Society, in: **The British Journal of Criminology**, Vol. 36, No. 4, 1996, p. 445-471.

GELDERLOOS, P. **Como a não-violência protege o estado**. Porto Alegre: Deriva, 2011.

GLASSNER, B. **Cultura do Medo**: Porque tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos. São Paulo: Francis, 2003.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social**: Uma perspectiva de análise. Rio de Janeiro: Vozes. 2012.

GOOGLE Forms. Disponível em: <<https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

GUTIERREZ, S. S. A etnografia virtual na pesquisa de abordagem dialética em rede sociais online. **Anais da 32ª reunião anual da ANPED**. Caxambú. 32ª Reunião Anual da ANPED, 2009.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo. 2013.

HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. London, SAGE Publications, 2000.

INSTITUTO Igarapé. Sobre o Igarapé. Disponível em: <<https://igarape.org.br/sobre-o-igarape/>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

KOZINETS, Robert V. On Netnography: Initial Reflections on Consumer Research Investigations of Cyberculture. In: **Advances in Consumer Research**, New York, Volume 25, p. 366-371, 1998.

LEACH, E. R. Glimpses of the Unmentionable in the History of British Social Anthropology. **Annual Review of Anthropology**, Vol. 13. 1984.

LEGISWEB. **Decreto Nº 44305 de 24/07/2013**. Cria Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas - CEIV e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=256823>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. **Decreto Nº 44305 de 24/07/2013**. Cria Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas - CEIV e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=256823>>. Acesso em: 28 out. 2013.

LIBERATO, L. V. M. **Expressões Contemporâneas de Rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista**. 2006. 270 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LUDD, N. **Urgência das ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil. 2002.

MAIOR, J. L. S. A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais. In: **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo. 2013.

MENA, F. Um modelo violento e ineficaz de polícia. In: **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo. 2015.

MINISTÉRIO da Defesa. **Garantia Da Lei E Da Ordem**. 2ª edição, 2014. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2014/mes02/md33_m_10_glo_2ed_2014.pdf>. Acesso em: 25 mar 2017.

_____. _____. 1ª edição, 2013. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33_m_10_glo_1_ed2013.pdf>. Acesso em: 25 mar 2017.

OLIVA, D. C. **Entre olhos eletrônicos e olhares humanos**. 2013. 151p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

_____. **Por uma sociologia do medo**: Um ensaio sobre a cultura do medo. 2011. 40p. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2011.

ARTIGO 19. ONG de direitos humanos que trabalha com liberdade de expressão, 2014. Disponível em: <<http://artigo19.org/blog/2014/06/02/relatorio-protestos-no-brasil-em-2013/>>. Acesso em: 26 mar. 2016

ORWELL, G. Reflexões sobre Gandhi. In: **Dentro da baleia e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

QUINALHA, R. H. **Justiça de transição**: contornos do conceito. São Paulo: Outras expressões; Dobra editorial. 2013.

REVISTA Fórum. Filósofo russo já morto é citado como suspeito em inquérito no Rio de Janeiro. 28 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2014/07/28/filosofo-russo-ja-morto-e-citado-como-suspeito-em-inquerito-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 15 set. 2016.

RIAL, C. Guerra de imagens: o 11 de setembro na mídia. In: **Antropologia em primeira mão**, 2003.

ROCHA, L. Por dentro da máscara dos black blocs. In: **Revista Época** Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/11/bpor-dentro-da-mascarab-dos-black-blocs.html>>. Acesso em 20 jan. 2017.

SECCO, L. As Jornadas de Junho. In: **Cidades Rebeldes**: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo. 2013.

SECDEV Foundation. Disponível em: <<https://secdev-foundation.org>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SECDEV Analytics; INSTITUTO Igarapé. **Black Bloc Rising**: Social Networks in Brazil. 2013. Disponível em: <<https://secdev-foundation.org/wp-content/uploads/2014/07/Black-Bloc-Rising-Social-Networks-in-Brazil.pdf>> .Acesso em: 27 set. 2016.

SENADO Federal. PROJETO DE LEI DO SENADO nº 499, de 2013. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115549>>. Acesso em: 25 mar 2017.

SEVERIANO, P. Pesquisar com Michel Foucault. In: **Textura**, v.18, n.36, jan./abr. 2016. p.265-285.

SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, William. **Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc**. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

SOUSA, J. T. P. **A Experiência Contemporânea da Política Entre Jovens Brasileiros**. Florianópolis : Em Debate/UFSC, 2015.

SOUZA, P. Projeto de lei que proíbe máscaras em protestos é aprovado no Rio. **G1**. 10 set. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/09/projeto-de-lei-que-proibe-mascaras-em-protestos-e-aprovado-no-rio.html>>. Acesso em: 15 set. 2016.

STATCOUNTER Global Stats. **Top 7 Desktop, Tablet & Console Social Media Sites in Brazil** June 2013 to Dec 2015. Disponível em: <http://gs.statcounter.com/#social_media-BR-monthly-201306-201512-bar>. Acesso em: 29 jan. 2016.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TERRA. **Manifestantes são presos em SP por infringir lei criada na ditadura**. Disponível em: <<https://noticias.terra.com.br/brasil/policia/manifestantes-sao-presos-em-sp-por-infringir-lei-criada-na-ditadura,3d3b2c154b991410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

TORINELLI, M. C. **A Máscara e a multidão: Enquadramentos dos anonymous nas manifestações de junho de 2013 no Brasil**. 2015. 221p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

VAN DEUSEN, V.; MASSOT, X. (org.). **The Black Bloc Papers**. Breaking Glass Press, Alternative Media Project. 2010.

VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta? In: **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo. 2013.

VIDICH, A; LYMAN, S. Métodos qualitativos: sua história na Sociologia e na Antropologia. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

WEBER, M. **Economía y sociedad**. México: Fondo de Cultura, 1984.

ZIZEK, S. Problemas no Paraíso. In: **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo. 2013

ANEXOS

ANEXO A – QUESTIONÁRIO

Questionário Black Bloc

Este questionário tem como objetivo coletar informações relevantes para a realização de uma pesquisa de doutorado em Sociologia realizada por Diego Coletti Oliva na Universidade Federal do Paraná, que tem como tema principal de análise a relação entre as ações diretas dos adeptos da tática Black Bloc e a repressão empreendida pelo Estado contras as manifestações e movimentos sociais no Brasil.

Este é apenas um questionário preliminar que busca identificar os perfis dxs adeptxs da tática Black Bloc, sua participação, seu posicionamento político, ideológico e suas opiniões sobre a ação policial e do próprio Black Bloc.

Todas as informações coletadas por meio desse questionário são anônimas e o acesso direto a esses dados é feito apenas pelo próprio pesquisador, qualquer informação de contato que seja solicitada é totalmente opcional e será mantida em sigilo pelo pesquisador.

Para garantir a qualidade da pesquisa, peço que as respostas abertas sejam preenchidas com o máximo de precisão e detalhes que puderem fornecer.

Desde já agradeço pela ajuda que é fundamental para a execução do trabalho

***Obrigatório**

Perfil

1. Qual a cidade e o bairro onde mora? *

2. Qual a sua idade? *

3. Qual sua cor ou raça/etnia? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Branca
☐ Preta
☐ Parda
☐ Amarela
☐ Indígena
☐ Não quero declarar

4. Qual o seu sexo? (Quando falamos sobre sexo, estamos falando sobre biologia, como foi classificado após o nascimento). *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Intersexo
☐ Masculino
☐ Feminino
☐ Outro: _____

5. Qual o seu papel de gênero? (Expressão externa do papel social de gênero, é como nós nos encaixamos nas regras da nossa família, da comunidade, da cultura e da sociedade). *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Queer
- ☐ Neutro
- ☐ Trans
- ☐ Fluido
- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Outro: _____

6. Qual seu nível de escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Cursando ensino médio
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Cursando graduação
- ☐ Graduação completa
- ☐ Cursando pós-graduação
- ☐ Pós-graduação completa

7. Qual o seu posicionamento político-ideológico? (esquerda, direita, liberal, conservador, anarquista, comunista, etc.) *

8. Qual a sua atuação profissional? (estudante, professor, vendedor, bancário, farmacêutico, médico, advogado, funcionário público, empresário, etc.) *

Sobre Black Bloc

9. Como conheceu o Black Bloc? *

10. Na sua opinião, qual a proposta do Black Bloc? *

11. Na sua opinião, qual o posicionamento político-ideológico do Black Bloc? *

12. Na sua opinião, quais foram os impactos das ações do Black Bloc nas manifestações? *

13. Na sua opinião, como a sociedade vê o Black Bloc? *

14. Qual sua opinião sobre a ação das polícias durante as manifestações? *

15. Você participou das manifestações em 2013 e/ou 2014, ou até nas mais recentes de 2015?

*

Marque todas que se aplicam.

- ☐ 2013
☐ 2014
☐ 2015
☐ Não participei

16. **Você foi envolvido em algum tipo de inquérito policial ou intimação sobre as manifestações e/ou a tática Black Bloc? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

Contato

17. **Você tem interesse em continuar em contato com essa pesquisa no sentido de trocar informações com mais profundidade em outras oportunidades? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim *Ir para a pergunta 18.*
☐ Não *Pare de preencher este formulário.*

Informações

Essas informações serão acessadas unicamente pelo pesquisador, não serão divulgadas de nenhuma forma para quaisquer órgãos ou instituições, nem mesmo para a Universidade.

18. **Deixe aqui seu contato via e-mail, facebook, skype ou whatsapp:**

Powered by



ANEXO B – INTERROGATÓRIO DE UM ADEPTO DA TÁTICA BLACK BLOC

Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública
 Polícia Civil do Estado de São Paulo
 Departamento Estadual de Investigações Criminais – DEIC
 4ª DELEGACIA DE POLÍCIA DE INVESTIGAÇÕES SOBRE FRAUDES
 PATRIMONIAIS PRATICADAS POR MEIOS ELETRÔNICOS
 Av Zaki Narchi, 152, Cerandini, São Paulo, SP, Fone 2224.0703,
 CEP 02029-900

TERMO DE DECLARAÇÃO

Aos [REDACTED] do ano de dois mil e
 quatorze, nesta cidade de São Paulo, na 4ª DIC/DEIC, onde se
 achava o Sr. [REDACTED] Delegado de Polícia
 respectivo, obrigo ESCRITO de seu cargo, ao final assinado,
 compareceu o (a) Sr. (a) [REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED] Sabendo ler e escrever, inquirida
 pela Autoridade, na presença da [REDACTED]

[REDACTED] respondeu que: Neste ato o depoente
 toma ciência das investigações que tramitam neste Departamento
 em desfavor dos denominados "Black Blocs", através do inquérito
 policial nº 01/13 que tramita pela Divisão de Investigações
 Gerais do DEIC. Onde o Sr. Mora?

[REDACTED] Mora com quem? Não deseja responder. O
 Sr. Trabalha? Onde? Qual sua função? Quanto tempo trabalha
 neste local? Trabalhava anteriormente? Não deseja responder.
 Promove o próprio sustento ou depende de alguém? Sustenta
 alguém? Não deseja responder. Já foi preso ou processado
 anteriormente? Por quais motivos e quando ocorreu? Quanto tempo
 ficou encarcerado? Não deseja responder. Neste ato o depoente
 toma ciência do teor do RDO nº 8781/2013, o qual figura como
 averiguada. Indagada sobre os fatos tratados no referido RDO,
 esclarece o que fazia no local, Não deseja responder. Já
 participou de outras manifestações? Não deseja responder. Qual
 seu objetivo nestas manifestações? Não deseja responder.
 Participou de outros eventos que resultaram quebra-quebra? Não
 deseja responder. Como estava trajado no dia da manifestação?
 Não deseja responder. A Sra. tem perfil no Facebook ou outro
 meio similar de comunicação disponível na internet, redes
 sociais ou e-mail? Não deseja responder. Qual o nome que a Sra.
 usa nas redes sociais, ou seja, como é encontrado e qual o
 endereço de e-mail que utiliza? Não deseja responder. A Sra. é
 uma "Black Bloc"? Por quais motivos? Não deseja responder. Qual

Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública
Polícia Civil do Estado de São Paulo
Departamento Estadual de Investigações Criminais - DEIC
43 DELEGACIA DE POLÍCIA DE INVESTIGAÇÕES SOBRE FRAUDES
PATRIMONIAIS PRATICADAS POR MEIOS ELETRÔNICOS
Av Zaki Narchi, 152, Carandiru, São Paulo, SP, Fone 2224.0709,
CEP 02029-900



o objetivo e propósito destas pessoas (Black Blocs)? Não deseja responder. Como funcionam as manifestações? Não deseja responder. Quem chama quem para participar e como se dá esse chamamento? Revele detalhes destes indivíduos que durante as manifestações ocorridas nos últimos meses, se misturam aos demais manifestantes e num ato de vandalismo destroem a cidade, danificando o patrimônio público e privado? Não deseja responder. Por que tais pessoas agem desta forma? Não deseja responder. Quem organiza as manifestações praticadas pelos Black Blocs? Não deseja responder. Existe uma liderança entre os senhores? Não deseja responder. Quem determina que seja feito desta forma? Não deseja responder. Conheço alguns manifestantes? Quais? Não deseja responder. Quantas pessoas estavam com o Sra. no dia que foi detido / conduzido ao DP? Não deseja responder. Sempre participa de manifestações? Qual frequência? Não deseja responder. Existe algum partido político envolvido ou que custeie o movimento? Não deseja responder. É filiado a algum partido político? Qual? Não deseja responder. Existe algum lugar onde os senhores se concentram para deliberar sobre ações do grupo? Não deseja responder. Quem coordena as reuniões? Ocorrem com frequência? Não deseja responder. Quem comanda o movimento no dia em que a Sra. foi detida? Existia uma liderança? Qual? Não deseja responder. Quem determina o que deve ou não ser realizado? Não deseja responder. Que indagada sobre a reportagem postada na revista EPOCA data de 11 de novembro de 2013, não deseja responder. Conhece as pessoas citadas na reportagem da revista Época de 11/11/13? Não deseja responder. Já esteve no sítio mencionado na reportagem? Não deseja responder. Recebeu algum tipo de treinamento para o confronto com policiais? Não deseja responder. Na data em que foi detida, presenciou se haviam integrantes dos Black Blocs entre os manifestantes? Não deseja responder. Nada mais havendo a tratar, mandou a Autoridade encerrar o presente que, após lido e achado conforme, vai devidamente assinado por todos e, por mim [assinatura], Escrivão de Polícia que o digitei.

ANEXO C – MORTES RELACIONADAS AOS PROTESTOS⁹⁰

CLEONICE DE MORAES

Cleonice era gari e trabalhava na limpeza noturna da cidade de Belém na noite do dia 20/06/13. No momento do confronto entre a polícia e os manifestantes, tentou se proteger, mas acabou inalando gás lacrimogênio. Cleonice era hipertensa e tomava remédios. Teve uma parada cardíaca e morreu na manhã do dia 21/06/13.

MARCOS DELAFRATE

No dia 20 de junho de 2013, em Ribeirão Preto-SP, o estudante Marcos Delafrate foi atropelado por um veículo que estava no meio dos manifestantes quando saiu bruscamente, atropelando o referido estudante e mais 11 pessoas. Somente Marcos morreu.

VALDINETE RODRIGUES PEREIRA E MARIA APARECIDA

Valdinete e Maria Aparecida bloqueavam a rodovia BR-251, em Goiás, com pneus no dia 24 de junho de 2013. Um motorista avançou na direção do grupo de manifestantes, atropelando-as. Sem parar para prestar socorro, o motorista fugiu.

PAULO PATRICK SILVA DE CASTRO

No dia 26 de junho de 2013, em Teresina-PI, o estudante Paulo Patrick Silva de Castro foi atropelado por um táxi, enquanto atravessava uma avenida em um local não permitido. Teve traumatismo craniano e edema cerebral e morreu cerca de duas semanas depois do acidente.

DOUGLAS HENRIQUE DE OLIVEIRA

⁹⁰ Dados levantados pela organização Artigo 19.

No dia 26 de junho de 2013, em Belo Horizonte-MG, em meio a um confronto com a polícia, Douglas Henrique de Oliveira tentou pular de um lado para o outro do viaduto e caiu. Não resistindo aos ferimentos, morreu no dia seguinte.

JOVEM COM NOME NÃO IDENTIFICADO

No dia 27 de junho de 2013, no Guarujá-SP, um jovem, cujo nome não foi identificado, estava na garupa da bicicleta de um amigo quando um caminhão tentou trocar de rota para não passar por uma manifestação e atropelou os dois jovens. Um faleceu e o outro sobreviveu apesar dos ferimentos graves.

RENATO KRANLOW

Em Pelotas-RS, no dia 3 de julho de 2013, Renato Kranlow furou um bloqueio, passando por uma manifestação. Os manifestantes, então, jogaram uma pedra no caminhão que quebrou o vidro e atingiu Renato.

SANTIAGO ANDRADE

O cinegrafista da TV Bandeirantes, Santiago Ilídio Andrade, foi atingido na cabeça por um rojão atirado por dois manifestantes em um protesto contra o aumento da tarifa de ônibus no centro do Rio de Janeiro no dia 6 de fevereiro de 2014. Santiago foi submetido a cirurgia e ficou em coma induzido no Centro de Tratamento Intensivo (CTI) do Hospital Souza Aguiar. Faleceu quatro dias depois.

TASNAN ACCIOLY

Na mesma manifestação onde ocorreu o caso de Santiago Andrade, um vendedor ambulante de 65 anos, foi atropelado por um ônibus. Tasnan Accioly, que não participava do ato, corria em meio à confusão causada pelo embate entre policiais e manifestantes quando o incidente aconteceu. Accioly foi socorrido pelo Corpo de Bombeiros e levado para o hospital Souza Aguiar, mas não resistiu e morreu durante o atendimento médico.

EDILSON DA SILVA DOS SANTOS

No dia 22 de abril de 2014, durante um protesto no morro Pavão-Pavãozinho, em Copacabana, Rio de Janeiro, motivado pela morte do dançarino Douglas Rafael da Silva Pereira, Edilson da Silva dos Santos, de 27 anos, foi baleado na cabeça pela Polícia Militar e morreu antes de chegar ao hospital.

LUCAS DA LUZ ALVES

O adolescente Lucas da Luz Alves, de 15 anos, foi atingido por dois tiros de revólver durante protesto contra o aumento da gasolina no Distrito Federal em 11 de fevereiro de 2015. Ele e cerca de 50 pessoas protestavam em um posto de gasolina na região, abastecendo seus carros com valores simbólicos, quando um frentista sacou o revólver que carregava na mochila e atirou no rapaz, que morreu no local.

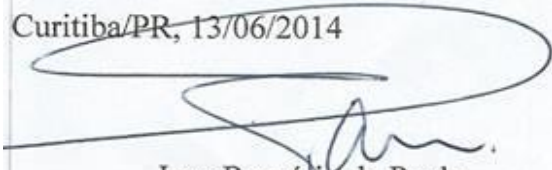
CLÉBER ADRIANO MACHADO OURIQUES

Em fevereiro de 2015, durante ato que integrava uma série de protestos dos caminhoneiros contra aumento dos preços do óleo diesel, contra as más condições das pistas, pela valorização dos fretes, direitos trabalhistas e mais segurança no transporte, um caminhoneiro recusou-se a parar diante do bloqueio realizado na estrada e avançou sobre um manifestante. Cléber Adriano Machado Ouriques, de 38 anos, morreu no local e o motorista fugiu sem prestar socorro.

LEIDILENE MACHADO / DANIEL VILA NOVA

Leidilene Machado e Daniel Vila Nova, trabalhadores rurais, morreram atropelados no dia 18 de maio de 2015 quando protestavam em local próximo a um canteiro de obras na rodovia Transamazônica. Ambos foram atingidos por um carro que furou o bloqueio criado pelos manifestantes. Segundo as testemunhas, o veículo acelerou em direção às pessoas que protestavam. Posteriormente, foi identificado como suspeito um operador de máquinas pesadas nas obras da Usina de Belo Monte.

ANEXO D – INTIMAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL DO PARANÁ

<p align="center">SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DELEGACIA DE DEFESA INSTITUCIONAL – DELINST/SR/DPF/PR MANDADO DE INTIMAÇÃO IPL nº 0585/14 SR/DPF/PR</p>	
<p>Pelo presente mandado de intimação, fica o(a) senhor(a) _____ com endereço relacionado em anexo, intimado(a) a comparecer no(a) Rua Profª. Sandália Monzon, 210, Santa Cândida - Curitiba/PR, próximo ao Terminal Santa Cândida, fone: 41-3251-7500, às 09:00 horas do dia 16/06/2014, a fim de prestar esclarecimentos no interesse da Justiça, devendo trazer documento de IDENTIDADE e CPF, _____</p>	
<p>Trata-se de inquérito policial destinado a <i>“(…)apurar eventual ocorrência dos delitos previstos nos artigos 163 e seus incisos, 262, 286, 288 do Código Penal Brasileiro, bem como eventual identificação com aqueles descritos na lei nº 7.170/83 (Lei de Segurança Nacional) em seus artigos 15 e 23, tendo em vista a notícia de que pessoas e grupos organizados estariam atuando de forma a extrapolar, de forma violenta e coordenada, o livre direito de manifestação política e social garantido pela Constituição Federal do Brasil, promovendo a depredação do patrimônio público e privado e a agressão a cidadãos e servidores ligados às forças de segurança do Estado (…)”</i>.</p>	
<p>Curitiba/PR, 13/06/2014</p>	
<p align="center">  Igor Romário de Paula Delegado de Polícia Federal </p>	<p align="center"> Iluir Raldi Escrivão de Polícia Federal </p>
<p>AVISO:</p> <p>1. Os intimados que não comparecerem, sem motivo justificado serão, depois de novamente intimados, conduzidos, mediante mandado escrito da autoridade policial, até à sua presença e incorrerão em crime de desobediência. (artigo 330 Código Penal Brasileiro)</p> <p>2. Não fornecemos informações sobre intimações por telefone. Para obter informações, o intimado, ou seu procurador legal, deve comparecer pessoalmente à sede da Delegacia, munido de identidade ou de procuração assinada.</p>	
<p>Data ____/____/____ Intimado _____</p>	